



CÂMARA DE ATIVIDADES MINERÁRIAS
Ata da 63ª reunião, realizada em 28 de agosto de 2020

1 Em 28 de agosto de 2020, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades
2 Minerárias (CMI) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), por meio
3 de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
4 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram os seguintes conselheiros
5 titulares e suplentes: o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão, representante
6 da SEMAD. Representantes do poder público: Verônica Ildefonso Cunha
7 Coutinho, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Maria Eugênia Monteiro,
8 da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Henrique
9 Oliveira Carvalho, da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social
10 (Sedese); Paulo Eugênio de Oliveira, da Companhia de Desenvolvimento
11 Econômico de Minas Gerais (Codemig); Enio Marcus Brandão Fonseca, do
12 Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
13 (Ibama); Luiz Henrique Passos Rezende, da Agência Nacional de Mineração
14 (ANM). Representantes da sociedade civil: Denise Bernardes Couto, do Sindicato
15 da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindiextra); Thiago Rodrigues
16 Cavalcanti, da Federação das Indústrias do Estado de Minas (Fiemg); José
17 Angelo Paganini, da Fundação Relictos de Apoio ao Parque Estadual do Rio
18 Doce; Julio Cesar Dutra Grillo, da Associação para Proteção Ambiental do Vale
19 do Mutuca (ProMutuca); Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima, da Sociedade
20 Mineira de Engenheiros (SME); Valter Vilela Cunha, da Associação Brasileira de
21 Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes-MG). **Assuntos em pauta. 1)**
22 **EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional
23 Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão declarou
24 aberta a 63ª reunião da Câmara de Atividades Minerárias. **3) COMUNICADOS**
25 **DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro Julio Cesar Dutra
26 Grillo: “Inicialmente, eu gostaria de tecer algumas considerações sobre o meu
27 voto de abstenção na reunião anterior sobre o empreendimento da Vale,
28 Complexo Mariana, Mina de Fazendão. Após a reunião, as ONGs locais me
29 chamaram atenção, e eu concordo que me equivoquei. Depois de conversar com
30 muita gente, eu concordo que me equivoquei. Eu sei que não posso trocar meu
31 voto, mas gostaria de registrar que eu não poderia me abster em função dos itens
32 que não foram plenamente resolvidos naquele processo de licenciamento. Como
33 por exemplo o rebaixamento do lençol freático com possível perda das águas
34 termais em definitivo. As explanações feitas pela SEMAD e pela Vale foram muito
35 boas, mas naquela reunião eu não fiquei confortável com as explicações. Por dois
36 motivos. O primeiro: sem que haja uma avaliação realmente integrada de todo
37 aquele complexo e não apenas da mina, eu fico inseguro sobre quais serão os

38 impactos hidrológicos na região no presente e no futuro. Alguns impactos serão
39 definitivos, e sem maiores informações não sabemos quais e seus respectivos
40 volumes de danos potenciais. O segundo ponto: no caso das águas termais, eu
41 continuo achando que esse é um bem para séculos e não estou seguro quanto a
42 sua recuperação integral após o encerramento da mina. Eu não estou fazendo
43 uma afirmação de que não se recomporá, mas tenho um forte sentimento de que
44 essa será uma perda definitiva, o que faz com que o projeto potencialmente seja
45 insustentável econômica, social e ambientalmente. Sem uma análise baseada em
46 informações mais profundas e seguras, o voto pelo deferimento seria não atentar
47 para os princípios de prevenção e precaução. Meu voto pela abstenção foi um
48 erro. Agora, mudando completamente de assunto, eu gostaria novamente de
49 solicitar que o processo de digitalização de mapas e imagens seja realizado com
50 resolução maior, mesmo que a SEMAD tenha que digitalizar as imagens
51 separadamente com uma resolução maior. Essa resolução da imagem deveria ter
52 um mínimo de 150 DPI, e o ideal é que fosse de 250 DPI. E, finalmente, no dia
53 4/8, eu enviei para Teca, Vânia, Sabrina, Yuri, Orsini, Wagner e Paganini a minha
54 proposta para a moção a ser votada na reunião de hoje, conforme acertado na
55 reunião passada. Então, textualmente, a minha mensagem foi: 'Senhor presidente
56 Yuri, apresento a vossa excelência e aos conselheiros Carlos Eduardo Orsini e
57 Wagner Soares Costa a presente moção de solicitação de reuniões sobre políticas
58 ambientais no âmbito do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM),
59 pelas razões abaixo aduzidas. À Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
60 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), conforme legislação que dispõe sobre
61 sua organização, incumbe a formulação, coordenação, execução e supervisão
62 das políticas públicas de conservação, preservação e recuperação dos recursos
63 ambientais visando ao desenvolvimento sustentável e à melhoria da qualidade
64 ambiental do Estado. É o Decreto 47.787, de 13/12/2019. Consoante com a
65 competência estrutural da Secretaria, o COPAM tem, por finalidade, deliberar
66 sobre diretrizes e políticas e estabelecer normas regulamentares e técnicas,
67 padrões e outras medidas de caráter operacional para preservação e conservação
68 do meio ambiente e dos recursos ambientais. Artigo 14º da Lei 21.972/2016.
69 Desse modo, com o escopo de garantir a discussão sobre política ambiental no
70 contexto governamental do Conselho de Política Ambiental, de modo a ampliar e
71 aprofundar os debates, surgiu a adoção das reuniões sobre políticas ambientais,
72 conforme abaixo se dispõe. Reuniões extraordinárias a cada dois meses da
73 Câmara de Atividades Minerárias (CMI), com o objetivo de discutir políticas
74 ambientais e preparar propostas de alterações nos decretos, deliberações e
75 procedimentos internos referentes aos processos de licenciamento ambiental. Os
76 temas podem ser propostos pelos conselheiros, e a ordem das discussões sobre
77 os temas será objeto de votação entre os conselheiros. E que a primeira reunião
78 a se realizar seja ainda em setembro de 2020. Certo da sua atenção, aproveito a
79 oportunidade para renovar nossos protestos de estima e consideração.' Esse e-
80 mail então foi enviado com cópia também para o Orsini, que me respondeu

81 dizendo textualmente: ‘Caro amigo Julio, está muito interessante a sua
82 proposição, entretanto, teremos que verificar junto aos colegas as referidas
83 disponibilidades. Seguem alguns pontos que eu gostaria de comentar. Todos têm
84 seus compromissos, e nós temos sido voluntários para esse desafio
85 representando a nossa sociedade. Certamente que as reuniões extras para tratar
86 de assuntos específicos e de interesse do setor serão bem-vindas. Nosso
87 presidente Yuri, com o devido conhecimento do regulamento, deverá analisar com
88 interesse essa proposição. Independentemente dessas tentativas, estaremos
89 analisando a questão da AAI, Avaliação Ambiental Integrada, à luz de outros
90 estudos já realizados e que, no meu modo de ver, deveriam atender aos Princípios
91 do Equador e aos ODS. Tive muita experiência nesse assunto atuando como
92 consultor da Croácia no programa de despoluição e balneabilidade da Costa
93 Oriental do mar Adriático e praticando os Princípios do Equador, em que os
94 estudos realizados consideram a questão ambiental integrada e estratégica, pois
95 está voltada para o processo de constituição da qualidade das águas para
96 propiciar o desenvolvimento econômico focado no turismo e no desenvolvimento
97 territorial da área anterior palco da guerra. A consequência desse processo foi tão
98 somente a Croácia ter mais de 5 milhões de turistas por ano para uma população
99 de pouco mais de 4,6 milhões que deve receber mais turistas que o Brasil.
100 Concluindo, meu caro Julio, existe também a possibilidade de integração da AAI
101 com a AAE, avaliação ambiental estratégica, como elemento importante para o
102 delineamento político, econômico e ambiental do setor mineral, mineração
103 sustentável para o Estado de Minas Gerais e projetar esse modelo para outros
104 Estados brasileiros. Um forte abraço.’ A minha resposta, ainda por e-mail, foi:
105 ‘Creio que as duas propostas não são excludentes já que a AAI poderia ser, por
106 exemplo, o primeiro tema a ser discutido pelo conselho da CMI nas suas reuniões
107 extraordinárias. Acho uma boa ideia começar por esse tema. Um grande abraço.’
108 Então dessa forma eu gostaria de solicitar ao Yuri que coloque em votação essa
109 proposta de moção ainda nesta reunião.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
110 Trovão: “Conselheiro Julio, o senhor está corretíssimo. A sua proposição vai de
111 encontro à do Dr. Orsini, tanto é que na sua proposição você fala para escolher
112 os temas, e o Dr. Orsini já propôs a AAI. Eu queria só relatar em relação à
113 proposição, eu estava até conversando aqui mais cedo, antes de iniciarmos a
114 nossa reunião, em relação a essa moção, se já colocamos o que o senhor já
115 propõe. Porque nós temos um artigo específico dentro do Regimento que fala
116 sobre os Grupos de Trabalho. Como o senhor já leu a moção, vamos colocar logo
117 em votação. E se possível já formamos o Grupo de Trabalho. Eu só vou ler aqui
118 para os senhores o que está previsto no Regimento. Capítulo V do Regimento
119 Interno, no artigo 42 tem a seguinte previsão: ‘As estruturas colegiadas do
120 COPAM poderão criar, com apoio da secretaria executiva, Grupos de Trabalho
121 em caráter temporário para analisar, estudar e apresentar proposta sobre matéria
122 de sua competência de forma não deliberativa. Os Grupos de Trabalho terão seus
123 componentes, coordenador, cronograma e data de encerramento dos trabalhos

124 estabelecidos no ato da sua criação pelo secretário executivo do COPAM. Então
 125 neste momento a minha sugestão: vamos votar a moção. Sendo aprovada, já
 126 colhemos os nomes dos membros – aí os senhores fiquem à vontade –, de quem
 127 vai participar desse Grupo de Trabalho. E o Grupo de Trabalho, na realidade, esse
 128 sobre o qual eu acabei de ler aqui, em relação à deliberação, pode ser menor. É
 129 só mesmo para organizar. Como foi feito entre os e-mails do Julio e do Dr. Orsini,
 130 organizar os temas a serem levados para a deliberação. Aí nós chamamos quem
 131 de direito, algum especialista nas áreas, montamos uma pauta. E já fica a cargo
 132 da secretaria executiva marcar essas reuniões, agendar essas reuniões. Então a
 133 minha proposta é o seguinte: vamos votar neste momento a moção, já lida pelo
 134 Julio.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Senhor presidente, eu não queria
 135 que votássemos ainda, porque tem alguns pontos dessa proposta que eu gostaria
 136 de discutir também com o Conselho, antes de se colocar em votação.” Presidente
 137 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Você gostaria de discutir em relação à formação
 138 do Grupo de Trabalho ou à moção proposta?” Conselheira Denise Bernardes
 139 Couto: “O texto da moção, primeiramente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
 140 Trovão: “Você tem condições de fazer isso ao final da nossa reunião, para darmos
 141 andamento?” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Não, porque, se votarmos a
 142 moção agora desse jeito... São proposições em relação a esse texto. Eu conversei
 143 com o Wagner, que hoje não está aqui, e ele me pediu também para poder trazer
 144 um pensamento que seja Fiemg e Sindixextra no que se refere a essa moção. Por
 145 isso que estou falando aqui agora.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “A
 146 proposição que eu fiz é o seguinte... Você está falando que tem ponderações a
 147 serem realizadas, e o Julio colocou a proposta dele. Eu estou perguntando: tem
 148 condições de fazermos isso ao final da reunião?” Conselheira Denise Bernardes
 149 Couto: “Votar a moção ao final da reunião, sim.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
 150 Trovão: “Votar a moção, discutir, ao final desta reunião de hoje.” Conselheira
 151 Denise Bernardes Couto: “Tudo bem, não agora.” Presidente Yuri Rafael de
 152 Oliveira Trovão: “Podemos, então? Ok. Então eu vou fazer o seguinte
 153 encaminhamento: eu vou continuar com ‘Assuntos Gerais’, ‘Comunicados dos
 154 Conselheiros’, e ao final, depois de terminar os processos, voltamos a debater a
 155 moção proposta pelo Julio. E aí vemos se construímos um texto. Eu vou pedir ao
 156 pessoal da secretaria para jogar o texto da moção, ao final, aqui na tela, para
 157 podermos discutir e debater os pontos e equacionar essas questões. E
 158 posteriormente votamos a moção e estabelecemos esse Grupo de Trabalho. Está
 159 certo? Então vamos fazer dessa forma.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini
 160 Nunes de Lima: “A minha colocação neste momento, fora, evidentemente, a
 161 discussão que depois pode ter com relação a essa moção apresentada pelo Dr.
 162 Julio Grillo, é com relação a alguns processos que normalmente são colocados
 163 nas nossas agendas. Nós temos visto processos que são complicados,
 164 complexos, que exigem um trabalho de avaliação um pouco mais detalhado. Eu
 165 cito alguns deles, dos quais, inclusive, com muita razão, é solicitada vista. Então
 166 nós mesmos solicitamos vista quando temos dificuldade em entendê-los e o

167 tempo talvez de avaliação não foi o necessário. Mas hoje nós temos na nossa
168 agenda um processo, o 13.1, da Vale, o Programa Coprodutos, que para mim é
169 uma inovação dentro da área de mineração. Eu como engenheiro de minas e
170 representante de uma Sociedade Mineira de Engenheiros pude levar isso aos
171 meus colegas que transitam comigo nesse trabalho junto ao COPAM, tipo o Dr.
172 Roberto Messias, ex-presidente do Ibama, outros amigos meus, como o Ronaldo
173 Malard. Aqui também tem o nosso querido diretor do Ibama, Ênio Brandão
174 Fonseca. Então nós vemos o seguinte, que um projeto como esse colocado no
175 item 13.1 é um projeto inovador. E eu digo mesmo, depois de uma avaliação que
176 pudemos fazer com a própria Vale. A Vale se dispôs a fazer uma apresentação
177 para nós, da qual participou, inclusive, o Julio Grillo, e eu sugeri, pelo menos, por
178 uma questão de racionalidade, uma questão de consenso dos conselheiros,
179 senhor presidente, eu queria conclamar os meus colegas conselheiros a nós não
180 pedirmos vista para esse processo, considerando a sua inovação, considerando
181 uma nova modalidade em tratar a questão mineral em Minas Gerais. Então essas
182 são as minhas palavras, eu deixo a critério de reflexão dos nossos caros colegas.”
183 Conselheira Denise Bernardes Couto: “Falando sobre essa questão desse
184 processo da Vale, apenas corroborar com as palavras do Orsini, uma vez que é
185 realmente uma inovação no setor mineral. Pelo que pudemos avaliar aqui é
186 justamente um processo que vai ao encontro do desejo até mesmo da própria
187 sociedade, é uma das alternativas de acabar com as barragens de mineração.”
188 Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Eu só queria dizer ao conselheiro
189 Orsini que concordo com as palavras dele a respeito desse processo. Eu acho
190 que é um processo extremamente importante, e por óbvio a Fiemg não pedirá
191 vista desse processo, exceto, claro, se algum conselheiro não ouvir o seu apelo
192 ou a sua consideração a respeito desse tema.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini
193 Nunes de Lima: “Só aproveitando a palavra do Thiago, eu queria parabenizá-lo
194 pelo título de mestrado que ele conseguiu nessa semana passada. Então eu
195 desejo a ele muitas felicidades no trabalho dele. É um lutador, uma pessoa de alta
196 competência. Meu caro Thiago, eu queria parabenizá-lo mais uma vez pelo seu
197 mestrado.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Eu ia deixar essa minha
198 manifestação para o item 13.1, mas, já que foi abordado pela Sociedade Mineira
199 de Engenheiros e pelo Sindiextra, e naturalmente pela Fiemg, que é quem na
200 verdade deve ter colocado a questão, é o seguinte: para mim, esse tipo de
201 iniciativa, de reaproveitamento de areia e agregados a partir dos rejeitos de
202 mineração, é extremamente desejável. Em 2018, no Ibama, eu tive diversas
203 conversas com representantes das minerações. Em todas elas, eu toquei nesse
204 assunto de que já estava passando da hora de começar a ter um
205 reaproveitamento dos agregados a partir do rejeito de mineração. Então é uma
206 briga antiga minha. Eu acho que é uma forma de, ao longo do tempo, diminuir os
207 rejeitos depositados nas barragens e criar uma alternativa econômica de longo
208 prazo para a sociedade local. Ao meu ver, o ideal seria que as mineradoras
209 montassem essas instalações, instalações como essa, próximo a todas as

210 grandes barragens de rejeito, e, após a instalação estar em operação normal,
211 cedessem para uma cooperativa de moradores locais operar e lucrar com a venda
212 de areia e agregados de rejeitos da mineração. Deveriam também buscar uma
213 parceria com as administrações municipais de forma que a areia e agregados a
214 serem consumidos pelos municípios viessem dos rejeitos depositados naquela
215 região. Essa é uma iniciativa que, ao meu ver, sem uma análise muito mais
216 profunda, mas que parece extremamente clara, é uma alternativa sustentável do
217 ponto de vista da economia pública, da sociedade civil e do meio ambiente. Não
218 tenho dúvida a respeito disso. Mas eu tenho um compromisso firmado com as
219 ONGs de defesa do meio ambiente do Estado de Minas Gerais de sempre solicitar
220 vista para que a sociedade local seja consultada. Sendo assim, eu solicitei às
221 ONGs de defesa do meio ambiente a dispensa, para esse caso, do pedido de
222 vista. É importante lembrar que a sociedade que mora próximo às minerações
223 perdeu completamente a confiança nas promessas das mineradoras, em
224 especial, nas promessas da Vale, e sempre gostariam de analisar se não tem
225 nada sendo omitido ou falseado no processo de licenciamento. Vendo o terror que
226 diversas comunidades em Barão de Cocais, Macacos, Brumadinho e outras estão
227 passando, com as sociedades inseguras em relação ao seu presente e ao seu
228 futuro, sendo divididas entre os que ganham alguma compensação que resolva o
229 seu problema imediato, mesmo que com perdas claras, e os que acham que as
230 compensações são insuficientes, eu compreendo perfeitamente essa
231 desconfiança. O Sr. Wilson Brumer, do Ibram, falou por diversas vezes em mudar
232 o conceito que a sociedade mineira tem da mineração, mas o que temos visto a
233 cada dia é a piora dessa imagem junto à sociedade mineira. Uma grande parte da
234 sociedade com a qual eu convivo já acha que deveríamos parar definitivamente
235 de minerar no nosso Estado. Deixo registrado que essa não é minha opinião. Eu
236 acho que tem que reduzir e fazer de uma forma melhor, mas eu sou contra parar
237 definitivamente de minerar. Mas essa é uma posição que hoje nos meios com os
238 quais eu convivo já é predominante. Neste momento, pouca gente acredita na
239 honestidade de propósitos das mineradoras e de seus representantes para com
240 o meio ambiente e com as populações diretamente atingidas pela mineração. Por
241 esse motivo, desconfiança sobre as reais intenções da Vale e sobre a
242 documentação apresentada, as ONGs me solicitaram que mantivesse o meu
243 compromisso de pedir vista. E, como eu tenho um compromisso firmado com as
244 ONGs, mantenho o meu pedido de vista. Mas, mesmo para as ONGs, eu já me
245 manifestei favoravelmente a esse tipo de empreendimento. O que elas vão buscar
246 é saber se tem alguma outra coisa por trás, se tem alguma irregularidade.”
247 Conselheira Denise Bernardes Couto: “Só, inicialmente, corroborar a fala, uma
248 vez que esse tipo de empreendimento, tipo do processo, é de suma importância
249 agora, no caso, para o setor, não só para o setor minerário, acho que até para a
250 sociedade como um todo, uma vez que se está dando uma nova destinação a
251 rejeito de mineração e tentando acabar com o problema, a questão das barragens.
252 Então isso vai ao encontro do que todos querem. Então eu tenho que corroborar

253 muito as palavras do Orsini e concordar com ele no que ele manifestou aqui agora
254 sobre esse projeto da Vale.” Conselheiro José Angelo Paganini: “Eu acho o
255 projeto muito interessante, e merece o reconhecimento de todos nós. O caminho
256 é esse, aproveitamento e reciclagem de materiais para que a atividade seja mais
257 sustentável. Entretanto, eu tenho algumas dúvidas e queria questionar o
258 empreendedor. Nós vimos, com o rompimento da barragem de Fundão, o que
259 aconteceu na bacia do rio Doce. As empresas garantem que o material que
260 escoou para o rio é basicamente argila e sílica, sem a presença de metais
261 pesados. Entretanto, a pesca está proibida até hoje no rio Doce, os estudos que
262 são realizados indicam a presença de metais pesados no pescado, na água.
263 Existe alegação de que isso é decorrência da composição do solo no Estado de
264 Minas Gerais, o que tem um certo teor de verdade. A população de Barra Longa
265 reclama de doenças de pele causadas pela poeira. Então tem uma série de
266 problemas, uma série de coisas que ainda estão em discussão. Então o que eu
267 queria saber, nesse caso específico, é se existe algum estudo que mostre a real
268 possibilidade de se utilizar esse material no fim que era proposto. Porque no que
269 se apresenta para nossa consideração não se fala nada a respeito. Foi analisado
270 esse material, existe estudo a esse respeito? E também uma questão do
271 transporte desse material, que é previsto por vias férreas. Hoje um incômodo
272 maior para quem mora nas proximidades da linha da ferrovia é o material
273 particulado decorrente do transporte de minério. Então seria interessante também
274 um esclarecimento sobre a questão. O que eu tinha que falar era basicamente
275 isso. E eu queria me desculpar porque não pude participar da reunião com o
276 empreendedor. Talvez ali ele me esclarecesse essas dúvidas.” Presidente Yuri
277 Rafael de Oliveira Trovão: “Eu já solicito ao empreendedor. O conselheiro Julio já
278 disse que vai pedir vista desse processo. Então sai de pauta, e não teríamos mais
279 discussão sobre esse ponto. Mas o empreendedor, tendo ciência das dúvidas do
280 José Angelo, que traga na próxima reunião também essas questões. A não ser
281 que o José Angelo também queira pedir vista em conjunto em relação a esse
282 ponto.” Salvio Caiafa/Representante da sociedade civil: “Eu gostaria de agradecer
283 a todos, ao presidente Yuri, aos demais conselheiros, a todos que participam
284 desta união e gostaria de pegar um gancho no que o Julio disse sobre promessas
285 de mineradoras, que é o que eu passo aqui em Congonhas. Meu nome é Salvio
286 Caiafa, eu falo pela sociedade civil organizada, e nós temos um terreno vizinho à
287 CSN aqui em Congonhas, onde em 19 de abril de 2019 desceram milhões de
288 toneladas de rejeito nesse terreno. A CSN se propôs a resolver o problema, nós
289 pedimos a ela um projeto de como seria feito isso; ela não apresentou. Nós
290 tivemos que fazer um diagnóstico ambiental do problema, e chegou-se à
291 conclusão de um crime ambiental gravíssimo que a CSN fez aqui em Congonhas,
292 no nosso terreno, na plataforma. E pegando o que o Julio disse de promessas nós
293 estamos até hoje esperando as promessas da CSN, nada foi regularizado. Houve
294 o interesse da compra do terreno pela CSN, na época, e o valor que eles
295 ofereceram era completamente irrisório. Ou seja, eles estragam o seu terreno, te

296 causam um prejuízo e ainda querem levar vantagem sobre isso. Porque nós já
 297 temos o problema de estarmos debaixo da barragem. Nós estamos debaixo da
 298 barragem da CSN, que é enorme, perto de vários bairros aqui na cidade. E além
 299 de estarmos debaixo da barragem nós também sofremos com isso, a entrada de
 300 rejeitos. É a segunda vez que a CSN joga rejeito no nosso terreno. Então nós
 301 estamos lá com teor de ferro altíssimo na água, o rejeito chegou perto da sede, e
 302 a CSN não informa, não te fala. ‘Nós estamos em área de impacto ambiental, o
 303 que vocês podem fazer por nós?’ Não existe nada, não existe um retorno concreto
 304 da CSN. Então é isso, a minha indignação. E falar que é uma das piores
 305 experiências que a pessoa, um sitiante, um produtor rural podem vivenciar, é ser
 306 vizinho de mineradora e, principalmente, da Companhia Siderúrgica Nacional.
 307 Porque ela polui e fica só no âmbito das promessas, solução nenhuma. É isso
 308 que eu gostaria de falar, e agradecer a vocês por me ouvirem aqui nesta reunião.”
 309 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu só quero salientar, conselheiros,
 310 como de praxe, que nós estamos em um processo dialético, em que temos as
 311 nossas, as contraposições àquilo que acreditamos ou àquilo que representamos
 312 em relação ao órgão, e tentamos chegar a uma conclusão, sempre pela maioria
 313 dos votos. Então não há uma unanimidade. E sempre o que eu digo aqui é que
 314 nós devemos respeitar a ideia e a função que cada conselheiro exerce aqui dentro
 315 do COPAM. Ou seja, se for pedir vista, que peça vista, e todos devemos respeitar
 316 o pedido de vista. Assim como também devemos respeitar aqueles que entendem
 317 que a vista às vezes é protelatória, que não deveria ser pedida. A questão toda
 318 se resume ao respeito que nós temos que ter de um conselheiro para o outro.” **4)**
 319 **EXAME DA ATA DA 62ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 62ª
 320 reunião da Câmara de Atividades Minerárias, realizada em 31 de julho de 2020,
 321 com as seguintes alterações: – Linha 2.012, onde está escrito “inseguro”, leia-se
 322 “seguro”; – Linha 2.270, onde está escrito “olha”, leia-se “olhe”; – Linha 2.360,
 323 substituir “9%” por “5%”; – Linha 487, onde está escrito “com o restabelecimento”,
 324 substituir por “até o restabelecimento”; – Linha 1.620, onde está escrito “ou feitos
 325 de forma isolada”, substituir a palavra “ou” por uma vírgula; – Linha 1.738,
 326 substituir a palavra “áreas” por “águas”. Votos favoráveis: Segov, Sede, Sedese,
 327 Codemig, Ibama, Sindiextra, Fiemg, Relictos, ProMutuca, SME e Abes.
 328 Abstenção: ANM. Justificativa de abstenção. Conselheiro Luiz Henrique Passos
 329 Rezende: “Eu vou pedir abstenção, porque fui convocado às pressas e não pude
 330 avaliar a ata.” **5) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA**
 331 **PRÉVIA CONCOMITANTE COM LICENÇA DE INSTALAÇÃO. 5.1) Nexa**
 332 **Recursos Minerais S/A. Projeto Bonsucesso. Lavra subterrânea, exceto**
 333 **pegmatitos e gemas. Paracatu/MG. PA 09657/2018/001/2018, ANM:**
 334 **831.287/2015. Classe 6. Apresentação: Supram Noroeste. Retorno de vista:**
 335 **ProMutuca, SME, Sindiextra e Relictos.** Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo:
 336 “Apesar de estar como condicionante, eu acho que o Parecer Único só deveria vir
 337 para deliberação da Câmara de Atividades Minerárias após ter anuência do lepha,
 338 não é só colocar como condicionante, pois nós podemos descobrir muito tarde

339 que esse condicionante não foi cumprido. Então eu acho que, antes de vir para
340 deliberação da CMI, nós já deveríamos ter essas anuências. Da mesma forma,
341 creio que sempre deveríamos aguardar as outorgas estarem 100% concedidas
342 antes de fazer um Parecer Único para deliberação da Câmara de Atividades
343 Minerárias, mesmo no caso de deliberação sobre Licença de Instalação. Então
344 são duas recomendações que eu faço, porque incidem sobre esse item.
345 Apresento também uma dúvida. Na apresentação que foi feita para os
346 conselheiros, a Nexa falou em barragem para os rejeitos, com movimentações do
347 tipo tira e põe. O PU não fala nada disso. Então fica uma pergunta: nós temos ou
348 não temos barragem de rejeito nesse empreendimento? Eu vou citar um problema
349 que é grave. Não só, não apenas, neste caso, mas em diversos outros. Isso o
350 Estado foi deixando acontecer ao longo do tempo e virou uma prática, mas é uma
351 prática que provoca acidentes, desastres, poluição, uma coisa com que eu não
352 concordo. É o seguinte. O minério ali vai ser transportado por 50 km pelo sistema
353 viário público. Isso pode ter acidente, desastre e poluição, gera prejuízo à
354 economia pública, que ficará com a manutenção desse sistema viário, e coloca
355 as vidas dos usuários desse sistema viário público em risco. Isso é inadmissível,
356 eu não concordo. E não é por que eu não concordo exclusivamente com esse
357 problema na Nexa. Eu não vou concordar com outras propostas que apareçam
358 com a movimentação do transporte de minério pelo sistema viário público, as
359 minerações têm que enfrentar o seu problema de transporte sem usar o sistema
360 viário público, pois isso significa transferência de recursos da economia pública
361 para o empreendedor, enquanto o Estado não tem tido condições mínimas de
362 investir em infraestrutura viária pública. Nós temos visto isso. Rebaixamento em
363 150 m aguardando outorga? E nós vamos deliberar sobre isso? Acho que não
364 pode ser assim, isso deveria aguardar para entrar em pauta, aguarda a ter outorga
365 e depois entra em pauta. No Parecer Único, aí literalmente: 'Após audiência do
366 dia 24/4, o Movimento Todos em Defesa da Vida, composto por moradores do
367 povoado de Lagoa de Santo Antônio, Cunha, Machadinho e Santa Rita,
368 protocolou um abaixo-assinado contra a instalação do empreendimento alegando
369 que o empreendimento poderá causar prejuízos ao abastecimento de água das
370 comunidades. Em 23/8 (quatro meses depois), a empresa Nexa protocolou a
371 resposta ao ofício citado, incluindo o modelo hidrológico em regime transiente
372 elaborado pela empresa MDGeo. Tais estudos foram analisados pela equipe da
373 Supram NOR, com suporte da analista ambiental Adriana de Jesus Felipe, da
374 Diretoria de Apoio Técnico e Normativo. Após análise, a equipe técnica concluiu
375 que as informações prestadas pela empresa, assim como os impactos e medidas
376 mitigadoras propostas, resultaram ser suficientes para conclusão da viabilidade
377 do projeto. Ressalta-se que os questionamentos realizados pelas comunidades
378 que se manifestaram contra a instalação do empreendimento, por temer prejuízo
379 na disponibilidade hídrica da região, foram contemplados nos estudos. Como
380 também foram propostas medidas mitigadoras, como a reposição de vazões,
381 armazenamento e reaproveitamento da água da chuva.' A comunidade, como se

382 pode verificar no parecer de vista que nós entregamos, não ficou convencida
383 disso, nem um pouco convencida. O último item, pilha. O Parecer Único, quando
384 cita uma pilha, tem que citar todas as características da pilha. Essa pilha é de
385 quantos metros, qual é a altura de cada uma das pilhas que vão ser feitas? 2.11,
386 literalmente: 'Pilha de estéril. Conforme consta no projeto conceitual das pilhas, a
387 pilha de estéril Norte terá volume de 304.000 m³, com leira de proteção de 5,7 m
388 de largura e 2,25 m de altura. Comportará um volume de 5 milhões m³. 'A pilha
389 terá comprimento de 234,45 metros e largura de 107,82 metros.' Mas não fala
390 qual é a altura. 'A Pilha de Estéril Sul comportará um volume de 304.024,55 m³,
391 com leira de proteção de 5,7 metros de largura e 2.25 metros de altura e volume
392 de 5.385,30 m³. A pilha terá comprimento de 234,45 metros e largura de 107,84
393 metros...' Pela leitura do PU, nós não conseguimos saber a altura das pilhas e
394 como – o que é mais importante – essas pilhas serão cuidadas durante a
395 implantação e a operação, quais são os riscos e o potencial de dano dessas
396 pilhas. É aquele negócio, a Usiminas, eu acho que há duas reuniões, nos deu um
397 bom exemplo de como tratar pilha de estéril, deixou todas as coisas claras. Eu
398 acho que toda vez que tiver uma pilha de rejeito, pilha de estéril, nós temos que
399 conhecer um pouco mais de detalhe, um pouco mais das características da pilha
400 para que possamos deliberar conscientemente. Mas, de qualquer forma,
401 considerando as observações acima, que eu falei agora, e as apresentadas pelas
402 ONGs de defesa do meio ambiente, que constam no nosso parecer de vista, o
403 voto da ProMutuca é pelo indeferimento.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini
404 Nunes de Lima: “Eu analisei, juntamente com a Fiemg e o Sindixtra, esse
405 processo e gostaria, inclusive, depois, das complementações tanto da Denise
406 quanto do Thiago, mas coloco alguns aspectos que acho importante,
407 considerando as avaliações feitas. Primeiramente, nós entendemos que uma
408 mineração subterrânea minimiza e racionaliza o manuseio de material estéril e
409 evita grandes processos erosivos superficiais, como geração de passivos em
410 áreas degradadas e outros inconvenientes decorrentes. Eu sou favorável à
411 mineração subterrânea por esses motivos e outros mais, exatamente de
412 racionalidade de processos. Os principais pontos que nós avaliamos, eu só vou
413 citar, para não tecer grandes comentários. Primeiro a questão da utilização da
414 água de processo. O empreendimento possui já outorga para essa pesquisa
415 hidrológica, com validade de dois anos, até 530 m³/h. A questão da intervenção
416 em vegetação. Será necessária intervenção em APP, sem supressão de
417 vegetação e corte de 535 árvores isoladas. Também cumpriu, através do PTRF,
418 a finalidade de realizar a compensação pela intervenção em APPs. Quanto ao
419 comportamento hidrogeológico, nós nos detivemos com mais ênfase nessas
420 nossas avaliações, e a dinâmica é a chamada dinâmica transiente. E um detalhe
421 que ficou para nós claro é que eles terão uma compensação das vazões tanto dos
422 ribeirões São Pedro como Santa Rita, considerando que a empresa Nexa, antiga
423 Votorantim, tem um controle razoável de todas essas razões desses córregos,
424 isso feito com monitoria integrada. Por fim, sobre os aspectos espeleológicos

também não vimos nenhum problema e da drenagem ácida, que talvez isso poderia ocasionar uma interpretação um pouco mais contundente. Essas atividades envolvem uma escavação em rochas que possuem minerais sulfetados, e a mineração novamente acelera esse processo de oxidação dos sulfetos. Nós verificamos, através dos ensaios que continuaram sendo feitos pela empresa, que esse problema não vai ocorrer. Pelo menos nós vemos como potencial não ocorrência desse tipo de problema. Avaliamos também as questões dos meios biótico e socioeconômico, sem nenhum problema, acompanhando perfeitamente o próprio relatório da Supram. Medidas mitigadoras também sem problema. E por fim os condicionantes também, que concordamos com aqueles colocados no relatório da Supram. A conclusão nossa é pelo deferimento da licença concomitante com a Licença de Instalação.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Só corroborando mesmo, o parecer de vista é pelo deferimento, de acordo com o disposto no parecer da Supram e com essas colocações do Orsini, que foram técnicas e muito bem colocadas.” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Só uma correção muito rápida, porque a Fiemg não pediu vista ao processo. Só para fazer essa correção, porque o conselheiro Orsini mencionou sobre o nosso pedido de vista, mas nesse item não pedimos.” Conselheiro José Angelo Paganini: “O parecer de vista foi disponibilizado para todos, então não vou lê-lo integralmente e vou só colocar alguns tópicos. Primeiro, começaria com a disponibilização dos documentos para análise. Foi disponibilizado para análise um documento com 3.786 páginas. Como já vínhamos falando muitas vezes, a qualidade de imagem desses materiais digitalizados, borrados, sem definição, dificulta a análise do material disponibilizado. Isso eu acho que não pode acontecer, e a SEMAD deveria tomar uma providência para que se melhore isso e facilite a nossa análise dos processos. Outro ponto é ausência de outorga para rebaixamento de lençol freático. O Parecer Único, na página 2, informa que durante a fase de implantação do empreendimento o rebaixamento do lençol freático será feito com uma outorga existente para pesquisa hidrológica. Essa questão é problemática porque se vai implantar um procedimento que no futuro não se vai ter a certeza de que vai ser concedida a outorga para esse rebaixamento. O Comitê da Bacia do Rio Paracatu se manifestou a esse respeito, o Movimento Verde de Paracatu também. Outro ponto é a avaliação dos impactos ambientais. O Relatório de Impactos Ambientais, na página 898, cita a necessidade de se fazer uma avaliação dos impactos cumulativos do empreendimento, do complexo minerário, fato que, no nosso entender, é positivo. O processo de avaliação dos impactos que é apresentado utiliza várias tabelas, criando um sistema de avaliação e uma possibilidade de controle mais efetivo desses impactos. Entretanto, isso é feito avaliando somente os macroimpactos, sendo que se deveriam avaliar todos os impactos cuja somatória vai constituir esses macroimpactos, para facilitar o controle, que pode advir de medidas diferentes. As tabelas constantes no EIA-Rima apresentadas a seguir resumem essa avaliação. Nelas eu não consegui

468 verificar como foi feita a avaliação dos impactos causados pelo tratamento de
469 minério que será efetuado em instalações de outro projeto da Nexa, projeto esse
470 já licenciado. Seria necessário que tivesse uma avaliação disso. O projeto lá está
471 licenciado, mas esse projeto vai mandar material para lá, que será tratado na
472 estação de tratamento de minério desse empreendimento, e não se fala nada,
473 não se avalia nada, o impacto pode ser modificado. Então precisaria ter uma
474 avaliação mais conjunta disso. A seguir, apresenta um mapa na página 23 do
475 Parecer Único, onde existe a indicação de uma área conhecida como de
476 autossalvamento. Não identificamos nenhuma análise de que a disposição de
477 rejeitos será efetuada em uma barragem de minério nem a existência de um plano
478 de atendimento a emergências ambientais decorrentes de eventual colapso da
479 barragem de rejeitos. Esse e outros impactos sinérgicos e cumulativos deverão
480 ser analisados no âmbito do licenciamento do Projeto Bonsucesso, na parte de
481 influência do rebaixamento na disponibilidade hídrica. Na página 14 do Parecer
482 Único, explica como será efetuada a drenagem da mina subterrânea. Na página
483 15, informa que os efluentes industriais tratados e as águas de bombeamento
484 para rebaixamento serão descartadas nos ribeirões Santa Rita e São Pedro e que
485 será executado um monitoramento antes da reunião das águas para garantir a
486 eficiência do tratamento, pois a legislação proíbe a diluição em água de melhor
487 qualidade dos efluentes tratados antes do seu descarte. Já na página 18 do
488 Parecer Único descreve a Influência do Rebaixamento na Disponibilidade Hídrica
489 nos cursos hídricos superficiais, como os ribeirões São Pedro e Santa Rita, nas
490 lagoas e nos poços de usuários do entorno do empreendimento, obtida por meio
491 de uma simulação efetuada por um modelo que utilizou os dados disponíveis no
492 momento. Esses resultados podem ser alterados à medida que o sistema de
493 rebaixamento é implantado, o que torna necessária uma atualização frequente
494 com novos dados obtidos pelo monitoramento efetuado, à medida que o projeto
495 for sendo implantado. Informa também, na página 20 do Parecer Único, que nas
496 lagoas perenes e intermitentes e nas surgências naturais na área de influência do
497 rebaixamento é possível o secamento desses corpos hídricos. Então já admite
498 que esse rebaixamento pode causar secamento de nascentes e lagoas. Na
499 página 49 do Parecer Único informa que o rebaixamento do lençol freático na
500 implantação e operação do empreendimento poderá afetar as surgências que
501 ocorrem no entorno do empreendimento. Na página 50 informa as medidas
502 mitigadoras que serão adotadas. Eu não vou citá-las todas aqui. O Parecer Único
503 também apresenta uma condicionante, sugerida na página 58, a condicionante
504 12, que pede a apresentação de um plano de desaguamento da mina, mas não
505 cita a necessidade de se incluir nesse plano as surgências naturais nem nos
506 poços dos usuários no entorno do empreendimento. Eu não vou ler a
507 condicionante. A parte de contribuição da sociedade civil. Ciente da preocupação
508 da sociedade civil com um grande rebaixamento do lençol freático necessário para
509 a operação da mina Bonsucesso, em uma região de conflito pelo uso da água,
510 onde o consumo de água é muito grande, e da necessidade de se manter o uso

511 múltiplo da água, solicitamos parecer do Movimento Verde de Paracatu e também
512 do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paracatu. O Comitê da Bacia Hidrográfica
513 do Rio Paracatu realizou uma reunião em 11 de agosto e fez a seguinte
514 manifestação sobre o projeto: 'Após a explanação, os conselheiros da
515 CTOC/CBH-Paracatu e participantes se mostraram preocupados com o
516 rebaixamento do lençol freático, o que pode ocasionar problemas futuros em
517 relação à quantidade de água disponível. Foi mostrado que o projeto poderá afetar
518 as vazões dos ribeirões Santa Rita e São Pedro, bacias em áreas de conflitos pelo
519 uso dos recursos hídricos, onde existe um grande número de irrigantes e de
520 assentados de reforma agrária. Outra preocupação ocorrida foi em relação a
521 outorga do empreendimento ser concedida somente após a instalação do mesmo.
522 O que poderá acontecer caso essa outorga não seja aprovada e concedida pelo
523 comitê na época?' A seguir, nós transcrevemos na íntegra o parecer do
524 Movimento Verde de Paracatu, mas não vamos lê-lo na íntegra. Eles entendem
525 que o principal dificultador da operação do empreendimento é o rebaixamento do
526 lençol freático e que o fato de se conceder Licença de Instalação para o
527 empreendimento que nem sequer tem autorização para realizar o rebaixamento
528 do lençol freático é uma irresponsabilidade. Sugerem que neste momento seja
529 feita uma baixa em diligência desse processo e que se retifique o FCE para que
530 se conceda somente a Licença Prévia. 'Assim, após os trâmites dos processos,
531 avaliaremos a concessão da Licença de Instalação'. E 'agindo pelo princípio da
532 precaução' eles sugere que o COPAM conceda somente a Licença Prévia. Caso
533 não seja possível a baixa em diligência, eles sugerem o indeferimento. Aí nós
534 concluímos: 'Diante do exposto, considerando os aspectos analisados acima e a
535 manifestação da sociedade civil local, em especial em relação a: falta do
536 documento de outorga aprovado pelo CBH Paracatu aprovando o rebaixamento
537 do lençol freático com as devidas condicionantes a serem impostas; a não
538 inclusão dos poços de usuários e das insurgências naturais do entorno do
539 empreendimento nos estudos complementares que serão realizados para a
540 definição de como será a reposição das vazões prejudicadas pelo rebaixamento;
541 a falta de análise e avaliação dos impactos provenientes da estação de tratamento
542 de minério; a utilização de barragem de rejeitos para disposição da lama do
543 tratamento de minério. Solicitamos a retirada de pauta do processo até que as
544 considerações acima sejam levadas em conta e o processo esteja devidamente
545 instruído. Caso não seja possível a retirada de pauta, sugerimos a modificação da
546 condicionante 12. Incluir as surgências naturais e poços de usuários. Ficaria com
547 a seguinte redação: 'Apresentar plano de desaguamento da mina, contemplando
548 as vazões destinadas aos cursos d'água com as novas proporções (ribeirões São
549 Pedro e Santa Rita), bem como a reposição em surgências naturais, poços de
550 usuários e lagoas que por ventura sejam afetados pelo rebaixamento através do
551 secamento das mesmas, de forma a atender e suprir as demandas mapeadas
552 durante a realização dos trabalhos de pesquisa e, conseqüentemente, nas
553 simulações do modelo hidrogeológico'. É o nosso parecer." Presidente Yuri Rafael

554 de Oliveira Trovão: “Como os senhores sabem, em relação a todos os processos
555 em que é solicitada ou a diligência ou a baixa em diligência ou a retirada de pauta,
556 eu primeiro escuto a equipe que fez a análise do processo para ver se é possível
557 sanar aquelas dúvidas, aquelas questões levantadas. Então já solicito de antemão
558 à equipe da Noroeste, no momento da sua manifestação, ou se possível, Ricardo,
559 a sua manifestação agora, tendo em vista que todos os pareceres foram
560 disponibilizados a tempo e modo, sobre a pertinência ou não, para subsidiar
561 minha decisão da permanência do processo em pauta. Se é possível esclarecer
562 esses pontos, sobretudo, o que o José Angelo requisita mais aqui em relação ao
563 deferimento do processo sem ter o rebaixamento aprovado. E tem outros pontos
564 aqui que foram colocados pelo Julio em relação se realmente existe a barragem
565 rejeito, em relação às pilhas, o tamanho, a altura e quais os cuidados em relação
566 à outorga de rebaixamento, os impactos sinérgicos que podem ocorrer. Todas as
567 questões foram levantadas nos pareceres de vista.” Conselheiro Julio Cesar Dutra
568 Grillo: “Já que ele vai responder, falar também sobre essa questão de 50 km de
569 transporte do minério se utilizando o sistema viário público. Essa é uma grande
570 preocupação.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, Julio, mas antes
571 de adentrarmos ao mérito eu quero só que o Ricardo me subsidie na decisão de
572 manter o processo em pauta. Ou seja, retirar o processo de pauta há necessidade,
573 vai voltar com parecer diferente ou complementação ou todas essas dúvidas
574 podem ser sanadas agora no momento da reunião tanto pelo empreendedor
575 quanto pela equipe da Noroeste?” Ricardo Barreto Silva/Supram Noroeste: “Nós
576 estamos aqui – eu e minha equipe – prontos para esclarecer todos os pontos
577 abordados. Primeiro, eu vou explicar sobre o empreendimento, o Projeto
578 Bonsucesso, da Nexa.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Qual vai ser o
579 nosso procedimento? Eu vou voltar novamente para o Conselho, escutar os
580 inscritos e voltar a você para entrar no mérito de todos os debates. Agora neste
581 momento, eu só quero que você me subsidie da seguinte forma. Os temas
582 levantados, é possível serem esclarecidos no decorrer dos debates por vocês?
583 Porque aí eu vou manter o processo.” Ricardo Barreto Silva/Supram Noroeste:
584 “Eu e minha equipe estamos aqui para esclarecer todos os pontos levantados.”
585 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Então você entende pela
586 pertinência do processo em pauta.” Ricardo Barreto Silva/Supram Noroeste:
587 “Exatamente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então até o momento
588 eu vou manter o processo em pauta, tendo em vista a manifestação do diretor
589 técnico do Noroeste. Nós vamos debater. Obviamente, ele anotou todos os
590 pontos, tanto do José Angelo quanto do Julio. Eu vou voltar para os conselheiros,
591 para as manifestações e destaques. Aí passo para os inscritos e, por fim, aos
592 representantes da equipe da Supram Noroeste.” Conselheira Maria Eugênia
593 Monteiro: “Na verdade, são alguns esclarecimentos em relação até a resposta da
594 equipe da Supram. Primeiro seria, efetivamente, em relação às pilhas de estéril.
595 Na página 15, eu estou entendendo que houve um erro talvez de digitação, não
596 sei, porque as duas pilhas – tanto a pilha Norte quanto a pilha de estéril Sul –, a

597 descrição delas está absolutamente idêntica, a não ser por uma diferença muito
598 pequeninha. Então eu gostaria que isso fosse esclarecido. Mas eu imaginava
599 que isso vai ser feito na fala do diretor técnico. A outra consideração, eu tive
600 algumas preocupações até muito em relação ao que o conselheiro Julio
601 comentou, em relação a barragem de rejeitos. Mas o que eu entendi foi o seguinte.
602 O que está sendo licenciado hoje seria exatamente a lavra, no caso de
603 Bonsucesso. E o beneficiamento, inclusive, nisso eu tive uma dúvida, mas depois
604 observei bem. Os itens aqui a serem licenciados seriam a lavra subterrânea, o
605 que está sendo discutido; a unidade de tratamento de minerais com tratamento a
606 seco; as pilhas de estéril e rejeito; e a estação de tratamento de esgoto. No caso
607 da unidade de tratamento, eu achei até que tivesse com erro, mas depois entendi
608 que, no caso, o que está sendo referido no Parecer Único se atém,
609 especificamente, ao que vai ser feito na unidade Bonsucesso. Ou seja, já se
610 considera que o processamento, nesse caso, que vai constar acho que só de uma
611 britagem e peneiramento – se estou me recordando bem –, e realmente nessa
612 unidade vai ser feito só isso. Agora, efetivamente, ao longo do parecer são
613 colocadas algumas considerações em relação à própria barragem de rejeito.
614 Então eu fiquei na dúvida, porque estou entendendo que são duas unidades
615 diferentes. Estamos licenciando aqui, é o objeto de licenciamento a unidade de
616 Bonsucesso. A unidade de Morro Agudo, onde esse beneficiamento vai ser feito
617 e onde eu entendo que esteja posicionada a barragem, é uma outra unidade, que
618 não é objeto de licenciamento. Nesse sentido, eu também tenho uma
619 consideração, que eu acho que poderia ser esclarecida, porque ao longo do
620 parecer se comenta que não vai haver alteração em termos de produção, não vai
621 haver alteração no caso de Morro Agudo. Então eu acho que isso também é um
622 ponto que eu gostaria de saber. Enfim, eu acho que é isso que poderia ser
623 explicado pela equipe da Supram.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de
624 Lima: “Em função exatamente do que já foi falado, tanto pelo nosso colega Julio
625 Grillo, o José Angelo e agora a Maria Eugênia, eu acho que realmente seriam
626 interessantes as observações da Supram Noroeste e também do empreendedor,
627 que pudessem prestar esclarecimentos com relação a dois pontos que eu acho
628 fundamentais: a questão do rebaixamento do lençol freático, porque isso tira uma
629 série de dúvidas do próprio José Angelo e do Julio Grillo, como também a questão
630 da barragem de rejeitos. É uma barragem que já está licenciada e não é motivo
631 de discussão neste momento. São esses dois pontos que eu queria salientar.”
632 Conselheiro Paulo Eugênio de Oliveira: “Eu li o parecer e tinha ficado com uma
633 dúvida com relação às detonações, até pelo fato de não entender como é feita a
634 detonação subterrânea. Eu não sou engenheiro de minas, e acho que o parecer
635 talvez não deva perder tempo explicando, mas as pessoas que não são da área
636 têm que entender também. E depois eu vi aqui que tem o plano de mitigação de
637 vibrações. Essas vibrações são consideradas muito do ponto de vista ambiental.
638 Eu queria saber se o empreendedor poderia falar com relação a detonação
639 subterrânea, quais são os cuidados, se isso não pode comprometer a geotecnia

também. É feito um plano de geotecnia aqui, mas eu queria que ele desse uma explicação um pouco melhor sobre isso.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “A questão de rebaixamento de lençol freático e todas as suas implicações, a falta de termos uma outorga, um monte de coisa feito essas, está muito claro isso, eu aguardo a explicação da Supram Noroeste. Mas tem um ponto ao qual as pessoas estão dando pouca importância e que para mim é extremamente importante. Notem uma coisa, eu tento sempre olhar para essas propostas, para esses pareceres, a partir do desenvolvimento sustentável. E eu acho que utilizar o sistema viário público para o transporte de minérios é absolutamente insustentável. Do ponto de vista da economia pública, significa praticamente uma transferência de recurso público para um empresário. Quer dizer, as custas, quem vai bancar isso é a sociedade. Então eu acho que, conceitualmente, nós não poderíamos mais admitir daqui para frente esse tipo de situação. Eu não quero ser descortês agora com a Secretaria de Desenvolvimento, mas eu gostaria que a Secretaria de Desenvolvimento refletisse a respeito da sustentabilidade de determinadas propostas. Por exemplo, o governo não tem dinheiro para aplicar em infraestrutura viária, isso está claro há muitos anos. O governo não tem dinheiro. E pega a pouca infraestrutura viária que tem e entrega para o empreendedor privado transformar aquilo em lucro? Gente, isso não é sustentável. Então eu gostaria que as Secretarias raciocinassem um pouco em cima de sustentabilidade, porque esse não é um caso único. Nós estivemos, recentemente, aqui, falando sobre aquele negócio acho que da Gerdau, que transportava, por mais de 40 km, utilizando a BR-040. Quer dizer, eu acho que isso não tem cabimento.” Rafael Ribeiro/Nexa Recursos Minerais S/A: “Deixar bem claro que o Projeto Bonsucesso é um projeto que contempla somente uma extração, uma mina subterrânea, o print ambiental é bastante reduzido quando comparado a um print de uma mina a céu aberto. Então está realmente distante 60 km da unidade onde será tratada esse minério, que é uma outra unidade da Nexa, que a unidade de Morro Agudo, que possui todos os licenciamentos. Não estamos aqui solicitando uma licença ambiental de uma barragem de rejeitos, pois a mesma já existe dentro do empreendimento hoje, em operação, da mina de Morro Agudo. As barragens que possuímos possuem todos os seus licenciamentos, Agência Nacional de Mineração, validado e inspecionado. Uma outra preocupação que foi levantada, com relação ao impacto e qualidade desse rejeito. Esse minério não terá nenhum tipo de impacto, ainda mais com a vantagem que temos atualmente que é a geração de resíduo zero. Ou seja, todo esse resíduo hoje que está contido nas barragens é um produto já certificado pelo Ministério da Agricultura, e hoje nós fazemos todo o fornecimento desse pó calcário agrícola para a região de Paracatu, já realizamos a análise, e esse material vai continuar sendo fornecido, ou seja, melhorando ainda a sustentabilidade desse material, desse produto. Como bem colocado, será somente licenciado para Bonsucesso uma unidade de britagem e peneiramento e a extração, e, posteriormente, será feito esse transporte por caminhão. Nessa

análise, foram estudadas três rotas, e essa rota selecionada foi a que menos gerou impacto, tanto ambiental quanto social. Então só respondendo à questão do Julio. Outras formas tornariam inviável o empreendimento, tal como a implementação de uma correia transportadora. Com relação a pilha de estéril, a dinâmica de uma pilha de estéril é um pouco diferente da dinâmica de céu aberto, não é uma pilha de estéril que vai ficar por toda a vida. No nosso método de lavra, inclusive, esse material estéril retorna para dentro da mina. Então ao final da extração esse estéril vai estar na mina, não vai ter uma pilha de estéril ao final da lavra. Então é somente uma pilha temporária, e vai ter todo um programa de acompanhamento e monitoramento também. São rochas, um material completamente diferente. Um outro que foi colocado, com relação às detonações. As detonações ocorrem no subsolo. Como hoje nós temos uma unidade de Morro Agudo, essa vibração não é praticamente sentida em superfície, mesmo assim nós temos todo um programa colocado também de monitoramento de vibrações durante a fase de abertura da mina, para justamente ter esse tipo de controle e mostrar que esse impacto em superfície é praticamente inexistente. Então vai sobre uma malha, é uma rocha bastante consistente, nós temos total segurança. Em termos das análises que foram realizadas, não terá riscos geotécnicos, de desabamento, em função das detonações. Então isso está bastante seguro e tudo muito controlado, em função do que nós já temos de operações subterrâneas já de longa data na região, e conhecemos bem o tipo de rocha que temos por lá. Outro ponto bem comentado é a questão do rebaixamento. Realmente, sim, vamos precisar desse rebaixamento para operação da mina subterrânea. Nós temos essa previsão e essa análise que foi realizada, em um modelo transiente, onde haverá alguns impactos, e vamos ter um programa de monitoramento hidrológico, hidrogeológico, para realizar esse acompanhamento e monitorar esses possíveis impactos para a implementação de ações mitigadoras. Então com esses pontos levantados nós temos total preocupação. E uma outra vantagem desse projeto é que não haverá o uso dessa água. Toda a água proveniente do rebaixamento do nível d'água vai ser disponibilizada para os córregos Santa Rita e São Pedro. O uso é mínimo, somente pela operação. Nós estamos falando de um pico que pode chegar a 3.500 m³/h, com a utilização de 100 m³/h. Então essa água vai ser disponibilizada de superfície. Sabemos que com o avanço pode ter alguma afetação a terceiros, essas afetações deverão ser compensadas. Inclusive, se houver a possibilidade, como comentado, propomos também um ajuste da condicionante nº 12. Se pudermos colocar aqui, seria mais ou menos na linha do que a Relictos colocou, mostrando o nosso compromisso com os nossos vizinhos e usuários já existente, que seria acrescentar à condicionante 12: 'Apresentar o plano de desaguamento de mina contemplando as vazões aos cursos d'água com as novas proporções (ribeirões São Pedro e Santa Rita), bem como a reposição em lagoas e poços de usuários que sejam afetados pelo rebaixamento, de forma a atender e suprir demandas já outorgadas e as mapeadas durante a realização dos trabalhos de pesquisa e, conseqüentemente,

nas simulações do modelo hidrogeológico.’ Então essa é uma proposição feita pelo empreendedor para que seja feita também essa modificação na condicionante 12.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu solicito essa condicionante que o senhor acabou de ler, mande-a no chat para nós, porque aí, qualquer coisa, eu coloco em votação de forma apartada dessa sugestão, após escutar a equipe da Supram Noroeste.” Svetlana Miranda/Nexa Recursos Minerais S/A: “Da parte do jurídico, somente um esclarecimento, esclarecer o conselheiro Julio Grillo a respeito da manifestação do Iepha e do Iphan, que a Supram, no seu parecer e na análise do procedimento, atendeu ao que está disposto no próprio Decreto 47.383, quando fala que a manifestação, quando não é vinculante, o PU poderá ser concluído, a licença será analisada pelo Conselho, porém não produzirá efeitos até que se tenha a manifestação dos órgãos anuentes. E é exatamente essa a manifestação da Supram no parecer. Então, apesar de ainda não constarem do processo as manifestações do Iepha e do Iphan, esses processos já foram formalizados, as anuências já foram solicitadas, e caso este Conselho entenda pelo deferimento, atendendo, mais uma vez, o disposto no Decreto 47.383, a licença não terá os seus efeitos até que os órgãos anuentes se manifestem.” Bruna Lima/Nexa Recursos Minerais S/A: “Apenas complementar a fala do Rafael, que nós já temos o parecer do Iphan e estamos aguardando o do Iepha.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Só para deixar claro que até este instante não tivemos realmente uma justificativa sobre a questão de se transportar o minério por 50 km utilizando o sistema viário público. Quando fazemos uma análise de viabilidade de um empreendimento, verificamos, inclusive, qual é o ponto de retorno. Mas temos que colocar todos os investimentos que vamos fazer e colocar também o custo operacional ao longo do tempo, para que saibamos se teremos ou não retorno daquele investimento específico. E o que acontece nesses casos em que se utiliza o sistema viário público? O empreendedor, ao invés de promover a sua instalação de transporte de minério, seja ela ferroviária, seja por correia transportadora, não importa, seja por um sistema viário próprio, escolhe fazer pelo sistema viário público. E nesse caso, ao meu ver, isso implica, posteriormente, uma transferência de recursos públicos para o empresário, vai aumentar o lucro do empreendimento, consequentemente, o lucro do empresário, já que uma parte do investimento que ele deveria ter feito ele não fez. E o Estado arca com a manutenção dessas vias, às vezes recuperação total das vias, e a sociedade ainda fica correndo o risco de desastres, além da poluição gerada pelo transporte, utilizando o sistema viário público, em caminhões. Eu acho isso completamente insustentável, além das questões de outorga, de aguardar o Iepha, aguardar o Iphan, do rebaixamento, independentemente de qualquer outra coisa dessa, simplesmente por essa questão de se transportar o minério pelo sistema viário público eu já sou contrário. E gostaria, por exemplo, que o governo do Estado de Minas Gerais explicasse por que ele permite isso. Se o próprio governo do Estado de Minas Gerais não tem recurso para poder investir em infraestrutura pública, por que ele permite que a

769 infraestrutura pública viária seja utilizada para transporte de minério em
770 detrimento da sociedade e da economia pública? Eu continuo não estando nem
771 um pouco satisfeito com isso. Só para acrescentar, eu participei da apresentação
772 da Nexa, uma boa apresentação, e lá eu coloquei essa questão. Imaginei que
773 eles teriam um tempo de apresentar uma resposta mais convincente do que a que
774 apresentaram, que é o seguinte: 'Olha, para nós, era a melhor alternativa.' Mas
775 entre todas as alternativas que eles estudaram eles não estudaram, por exemplo,
776 o seu próprio sistema de transporte de material. E isso deveria ser levado em
777 consideração." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Talvez o Rafael
778 Ribeiro, que falou, possa complementar, mas eles informaram que a opção pela
779 via pública é em relação econômica. Até mesmo por correias, ele falou que seria
780 inviável para o empreendimento. Então a justificativa foi dada." Conselheiro Julio
781 Cesar Dutra Grillo: "Quando o empreendimento fica inviável para o
782 empreendedor, o Estado tem que assumir uma parte do seu custo e investimento
783 para que ele se torne viável? Isso para mim não faz sentido." Presidente Yuri
784 Rafael de Oliveira Trovão: "Entendemos a sua colocação." Conselheiro Valter
785 Vilela Cunha: "Senhor presidente, a minha questão também vai no mesmo sentido
786 da fala do Julio. Eu acho que o Sérgio passou muito rapidamente sobre essa
787 definição de por que vai ser feito esse transporte assim ou assado. Eu acho que
788 o Julio tem razão, é uma preocupação muito grande, e acho que a Nexa tem de
789 dar uma justificativa melhor. Não é simplesmente 'a correia transportadora não
790 vale'. 'Eu vou jogar na estrada?' Eu acho que esse ponto merece ser um pouco
791 melhor discutido, porque é muito grave colocar caminhões grandes rodando 50,
792 60 km todo dia nas nossas estradas, que estão todas ruins, esburacas." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Ok, Valter. Eu retorno depois para os
793 representantes do empreendedor para estarem esclarecendo, pormenorizando
794 essa questão." Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: "O meu
795 posicionamento é também favorável a um estudo mais adequado do modal
796 rodoviário. Isso justifica exatamente a situação que vivemos no nosso país e em
797 Minas Gerais. Nós deixamos em uma determinada época de tratar o assunto
798 ferroviário para tratar assunto rodoviário como prioridade. Então está na hora de
799 revermos isso. Eu concordo, acho que as nossas rodovias estão
800 sobrecarregadas, não suportam mais transportes alternativos, e nós teríamos que
801 estudar a logística dessa modalidade. A logística está dentro também dos
802 critérios, Dr. Julio Grillo, da avaliação ambiental estratégica do processo de
803 mineração. Por quê? Porque eu acho que a logística é tão importante como a
804 mineração. Hoje muitas vezes nós estamos pagando para chegar um produto ao
805 porto, e por falta, muitas vezes, desse modal ferroviário, estamos pagando quase
806 o preço do material lavrado. Então isso eu acho que é muito importante, eu acho
807 que é uma situação que nós temos que estudar ou que se faça uma transposição
808 adequada de impostos que são pagos através do modelo minerário para o modelo
809 de transportes, para beneficiamento da sociedade." Conselheiro Luiz Henrique
811 Passos Rezende: "Eu queria uma reflexão em cima desse assunto. Eu concordo

812 com muita coisa que o Julio falou, mas quero ir bem mais além. Eu quero
813 conversar com vocês o seguinte. Eu trago um histórico de vida. Em 1986, eu fiz
814 um estágio de técnico de estrada na Rede Ferroviária. A Rede Ferroviária era o
815 mundo, a gente atendia várias cidades do país, o transporte era supervariado. Aí
816 veio o engodo das privatizações, aquela coisa. Ela era superavitária. E na verdade
817 as ferrovias foram dedicadas, a partir da privatização, ao transporte de minério.
818 Na verdade, quem comprou, e hoje quem opera as grandes ferrovias brasileiras
819 aqui no Sudeste são as grandes mineradoras, a Vale do Rio Doce, essa coisa
820 toda e tal. Em contrapartida, eu acho que quando fazemos uma estrada,
821 pavimentamos uma estrada, é um investimento público para o desenvolvimento
822 geral, é o desenvolvimento não só de todo o complexo social. Ficamos olhando,
823 o particular olha a estrada com um viés para ele transportar de um lugar para o
824 outro, mas também ali são transportadas mercadorias de diversas outras coisas
825 que fazem a economia girar. Esse é o modal brasileiro, a opção foi manter essa
826 coisa das estradas, rodovias, em detrimento das ferrovias. É tranquilo para a
827 gente ver, é só chegar à Europa, onde se vê o que é um transporte ferroviário. E
828 o que é um transporte mineral no Brasil. Na verdade, o que roda nas nossas
829 ferrovias são a soja e o minério. Isso em grande escala. O resto é coisa miúda. O
830 que eu estou querendo dizer é que essa mineração se viabilizou, deve ter se
831 viabilizado, pelo que eles falaram aí, nessa questão da logística, mas é a logística
832 parece que foi um papel fundamental, pelo que foi falado, utilizar estrada, porque
833 se colocasse outro equipamento ia ficar muito caro, não viabilizasse. Nós temos
834 que olhar também, por exemplo, que hoje eu ando no anel rodoviário e saio
835 fugindo das caretas just in time da Fiat. Então temos que olhar que isso é um
836 complexo geral, que precisamos entender isso, entender como funciona isso.
837 Agora também a crítica do Julio é muito importante, porque este governo agora,
838 por exemplo, viabiliza esse tipo de ação, e fica para o outro governo, daqui a dez
839 anos, cinco anos, na hora que a estrada estiver toda arrebitada, consertar a
840 estrada. Eu não sei qual é o número de viagens, qual impacto que está gerando
841 na rodovia. Isso deveria ser colocado. Deveria ter uma contrapartida da empresa
842 junto com a concessionária, quem gere a estrada, no quesito de manutenção, de
843 segurança. Já que vai usar a coisa pública, deveria ser feito esse tipo de coisa.
844 Eu acho que o estudo está mais focado em dar uma resposta mais detalhada
845 sobre esse tipo de transporte, como ele vai ser, qual é o impacto gerado e qual é
846 a contrapartida que está prevista para que isso ocorra. Agora não querendo tirar
847 o direito do cara também. Desculpa eu falar assim, mas não querendo tirar o
848 direito da empresa de usar uma coisa pública, que é feita para todos os públicos
849 usarem. Inclusive, eu posso dizer que nessa própria estrada vai passar carreta
850 bitrem que vai levar outras coisas pesadas, produção agrícola e não sei o quê,
851 que também não está sendo computada na manutenção da estrada. Mas faz parte
852 do desenvolvimento regional. Então eu acho que o mais lógico nessa questão
853 seria a empresa fazer um estudo mais detalhado desse impacto, dar um retorno
854 e falar qual é a contrapartida. Se realmente vai causar um sobrecarregamento no

855 trecho, o número de viagens, qual é a previsão de durabilidade do pavimento, o
856 que ela vai trazer de transtorno para a segurança das pessoas, o que é muito
857 importante; e quais as melhorias que podem ser feitas nesse trecho de estrada
858 para suportar esse impacto. Eu acho que nós temos que começar a pensar dessa
859 forma e não só cobrar da mineração, mas também passar a cobrar de todo mundo,
860 porque todo mundo, de toda quanto é forma.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
861 Trovão: “O nosso sistema de transporte é viário. Eu gosto muito de história. Desde
862 a década de 20, era o tema do Washington Luiz, ‘governar é abrir estradas’.
863 Tivemos o Processo, veio melhorando as nossas estradas, mas nosso sistema
864 realmente é viário, as vias são públicas, nós não podemos impedir quem quer que
865 seja de passar em uma via pública transportando o que quer que seja, nesse caso,
866 inclusive, no caso do minério. Mas eu vou voltar depois a palavra ao representante
867 da empresa para se manifestar em relação às opções ou aos estudos que foram
868 realizados em relação a optar apenas pelo transporte viário.” Conselheiro Julio
869 Cesar Dutra Grillo: “Desculpa, mas eu vou discordar de você em uma pequena
870 avaliação. Eu acho que tem muitas coisas que hoje são legais, mas que não são
871 boas. Esse compartilhamento do sistema viário público com caminhões de
872 mineração, eu acho que isso é insustentável e coloca em risco a vida de pessoas.
873 Então eu aqui, como disse antes, vou procurar sempre analisar as propostas a
874 partir de critérios de sustentabilidade. Eu não vou me pautar, exclusivamente, pela
875 legalidade, mesmo porque nós já temos aqui alguns conselheiros que se pautam,
876 exclusivamente, pela legalidade. Eu tenho que pensar a questão ambiental de
877 uma forma mais ampla e, principalmente, mais prospectiva, eu quero olhar o que
878 é o impacto de cada um desses processos para o futuro. Eu acho que o futuro,
879 neste caso, é transferência de recursos do Estado para aquele empreendimento.
880 Então eu não vou realmente ficar amarrado à questão da legalidade, mesmo que
881 sendo legal tudo seja aprovado. Mas eu tenho que deixar aqui claro, de forma
882 manifesta, essas preocupações por parte da sociedade.” Presidente Yuri Rafael
883 de Oliveira Trovão: “Não estamos discordando, só complementando a resposta.
884 Estou falando somente a questão da legalidade, porque não podemos realmente
885 impedir, mas a questão da política ambiental, sim, vai ser avaliada pelos
886 senhores, pelo deferimento ou indeferimento do processo. Se os senhores
887 indeferirem um processo em relação à viabilidade em relação ao impacto que está
888 sendo causado nas estradas, se o empreendedor quiser ou tiver interesse, por
889 viabilidade econômica ou por outra, vai ter que apresentar. Caso não, o processo
890 será indeferido. Mas só salientar e lembrando que a questão do nosso transporte
891 viário é uma questão que todo ano de política, desde o governo federal ao governo
892 dos municípios, é colocada como que vai haver uma alteração, e nós nunca vimos
893 essa alteração ocorrer. Eu gostaria muito, porque, para vir para cá, eu rodo 470
894 km por essa estrada e diversas vezes vendo vários acidentes em virtude desses
895 caminhões e desses bitrens que estão passando na estrada, e poderia ter um
896 transporte muito melhor. Temos lá o rio São Francisco, que é navegável em
897 grande parte e poderia ser utilizado. Infelizmente, ainda temos o transporte

898 rodoviário como o principal em nosso país.” Conselheira Verônica Ildefonso
899 Cunha Coutinho: “Exatamente essa colocação que você fez, eu acho que as duas
900 opiniões são complementares, vamos colocar assim. Eu sempre lembro aqui que,
901 enquanto conselheiros, nós somos servidores públicos, somos tidos como
902 funcionários públicos e estamos restritos, sim, à legalidade, ao que é colocado na
903 lei. Até porque a administração pública não pode agir fora daquilo que está
904 previsto. Mas nós temos os próprios princípios do direito ambiental que
905 possibilitam essa análise, como o conselheiro colocou. Não deixa de ser legal,
906 mas para além daquilo que está posto muito especificamente. Então eu acho que
907 é sempre válido trazer aqui o debate, mas, infelizmente, quando temos algo posto,
908 há de se seguir, porque senão incorremos em ilegalidade, improbidade, essas
909 coisas todas. Então temos que tomar um pouquinho de cuidado durante a nossa
910 situação e termos sempre em mente que somos conselheiros e que, enquanto
911 conselheiros, somos funcionários públicos e temos, infelizmente, algumas
912 limitações. Mas é superválida a proposta dele de termos reuniões que vão tratar
913 das políticas públicas, porque aí às vezes conseguimos abrir o leque um
914 pouquinho mais para discutir essas questões que foram levantadas aqui.”
915 Conselheira Maria Eugênia Monteiro: “Era no sentido mais de tranquilizar o
916 conselheiro Julio em relação às iniciativas do governo em relação não
917 especificamente a essa questão, mas de uma forma mais abrangente. O projeto
918 que foi mencionado anteriormente, o estudo de avaliação ambiental estratégica,
919 que eu acho que é o momento em que a Sede, juntamente com a SEMAD –
920 inclusive, já foi exposto isso no Plenário –, estamos desenvolvendo em conjunto,
921 vai ser desenvolvido um trabalho de avaliação ambiental estratégica, no qual
922 pretendemos inserir essa variável socioambiental e, com certeza, econômica,
923 exatamente no sentido de propor novas estratégias no caso da administração
924 pública, de políticas públicas voltadas para a área, especificamente, de minério
925 de ferro. Vai ser o primeiro estudo de avaliação ambiental estratégica em
926 mineração aqui em nosso Estado, voltado para minério de ferro. Então eu tenho
927 certeza de que esse ponto, dentre outros problemas que conhecemos no Estado
928 em relação à atividade minerária, vai ser abordado. Em relação, especificamente,
929 a esse caso da Nexa, eu concordo com o Luiz Henrique, eu acho que poderiam
930 ser melhor informados, no caso, pela empresa, qual seria esse impacto, qual a
931 frequência, qual a carga, qual o número de viagens. Eu acho sempre importante.
932 Historicamente, nós sabemos, isso já foi dito várias vezes, essa questão do uso
933 de transporte público das empresas. Isso não é com a Nexa, isso vem
934 acontecendo ao longo do tempo. Mas eu concordo com o conselheiro Julio, eu
935 acho que isso tem que ser revisto não só do âmbito da mineração. Como o Luiz
936 Henrique comentou, nós sabemos que esse transporte, de uma maneira geral, de
937 mercadorias, vamos dizer assim, não é bem monitorado. Mas eu acho que não é
938 o caso aqui de entrarmos nesse mérito. Mas, especificamente, agora no âmbito
939 da reunião, eu acho que valeria a pena que a empresa esclarecesse melhor.”
940 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu vou passar para a equipe da

941 Supram Noroeste, depois volto para a empresa, para estar esclarecendo em
942 relação a essa opção pelo transporte viário, maiores detalhamentos.” Ricardo
943 Barreto Silva/Supram Noroeste: “Muitas das coisas já foram esclarecidas, tudo o
944 que foi pontuado aqui. Nós vamos falar com relação ao Iphan. O empreendedor
945 tem manifestação do Iphan. Nós estamos concedendo uma licença sem efeito, de
946 acordo com o Decreto 47.383, devido à falta da manifestação do Iphan. É o que
947 está faltando. Então, se os senhores concederem essa licença, essa licença só
948 terá efeito a partir do momento que a empresa adquira a manifestação do Iphan,
949 favorável. Com relação a outorga, nessa fase, de instalação, não há necessidade
950 do rebaixamento. Por quê? O que é um empreendimento subterrâneo? Aqui
951 estamos autorizando uma mina subterrânea, onde serão desenvolvidas a
952 atividade de lavra subterrânea, unidade de tratamento de minério, pilha e estação
953 de tratamento de esgotos sanitários. Essa UTM nada mais é que um britador
954 móvel. Ele vai fazer uma pré-britagem para esse material ser levado à unidade
955 Morro Agudo, que fica distante mais de 50 km. Não tem barragem, nós não
956 estamos licenciando aqui nem barragem nem UTM. Não tem essas duas
957 atividades sendo licenciadas nesse projeto. Essas atividades estão licenciadas na
958 unidade Morro Agudo. O sistema viário, é muito salutar a discussão, mas não
959 temos como cobrar do empreendedor que ele abra uma nova via, não existe um
960 impedimento legal de ele utilizar essa via, que é uma via municipal. A maior parte
961 do trecho em que ele vai rodar é uma via municipal. Depois ele chega à 040, em
962 que vai rodar em torno de 20 km até chegar à unidade de Morro Agudo. Esse é o
963 traçado do empreendimento. Então, como não existe nenhuma ilegalidade de ele
964 utilizar, nós não discutimos com a empresa de ter que abrir novas vias. Mas uma
965 coisa que sempre discutimos com a empresa com relação ao transporte, desde
966 os projetos anteriores, Ambrósia Norte, Ambrósia Sul, que estão devidamente
967 licenciados – isso aqui é uma ampliação desses empreendimentos –, é com
968 relação à comunidade do Cunha. Aí, sim, discutimos com a empresa, desde os
969 projetos anteriores, de se evitar esse trajeto, porque ia afetar diretamente uma
970 comunidade, que fica à beira da rodovia. E aí a empresa optou por outra rota e
971 não essa, desde os projetos de Ambrósia Norte e Ambrósia Sul. Com relação à
972 comunidade que foi falada, não existe uma afetação direta do cone de
973 rebaixamento a comunidades e, sim, aos produtores rurais ali do entorno. Com
974 relação a pilha, são duas pilhas, são idênticas, e a altura máxima delas deve ter
975 em torno de 20 m. Faltou realmente colocar no parecer os 20 m. É o máximo a
976 que podem chegar essas pilhas. Com relação à outorga, como eu já havia dito,
977 não há necessidade de outorga de rebaixamento na fase de instalação, por isso
978 não foi cobrada essa outorga e, sim, será cobrada na fase de operação do
979 empreendimento, caso ele obtenha as Licenças Prévia e de Instalação e cumpra
980 todos aqueles programas e projetos apresentados nesta fase aqui. Com relação
981 à alteração da condicionante 12, nós até discordamos um pouco da proposta da
982 empresa. Achamos que deve, sim, incluir. Apesar de não terem ficado na
983 condicionante os poços da comunidade, mas nos programas apresentado pela

984 empresa se preveem já esses poços que porventura possam secar. Isso já está
985 previsto. Mas realmente concordamos que isso possa ser incluído na
986 condicionante 12. Não da forma que a empresa propôs. Pelo que eu entendi, seria
987 só para os que estão regularizados, já outorgados. Aí entendemos que não,
988 porque vai que tenha um empreendedor independente que, por várias questões,
989 não tenha regularizado, ele também deve ser assistido.” Presidente Yuri Rafael
990 de Oliveira Trovão: “Em relação à condicionante 12, quando eu colocar em
991 votação, eu já informo para os senhores conselheiros que não vou colocar a
992 condicionante 12. A condicionante 12 nós vamos colocar apartada para uma
993 discussão posterior. Votamos primeiro o processo e depois discutimos a
994 condicionante 12. Eu vou voltar aos representantes da empresa, e aquele que
995 estiver inscrito pode se manifestar em relação a essa opção, quais foram as
996 opções que os senhores tinham em relação ao transporte desse minério, em
997 relação à utilização da via pública, qual a média, quantos veículos vão estar
998 transportando, qual seria o impacto, as características desse transporte em
999 relação à opção viária.” Rafael Ribeiro/Nexa Recursos Minerais S/A: “É importante
1000 esclarecer que hoje a Nexa possui uma operação vigente bem próxima a esse
1001 novo empreendimento. É chamada Ambrósia Sul, é uma operação de mina a céu
1002 aberto. Hoje esse transporte já é realizado, esse trajeto que percorre em termos
1003 de 60 km, grande parte deles são estradas municipais, como colocado pela
1004 Supram, são estradas de terra. E posteriormente pega um trecho da 040 e outros
1005 trechos de estrada de terra também municipal. Então o que a Nexa se propõe e
1006 vem, atualmente, realizando? A manutenção de todo esse trecho. Não é deixado
1007 para o município realizar a manutenção, mas, sim, em uma parceria com o
1008 município, a Nexa realiza toda a manutenção desses trechos de estradas de terra.
1009 Nós, como bem comentado pela Supram, temos o objetivo de ainda não ter essa
1010 passagem pela comunidade do Cunha, minimizando a questão do impacto.
1011 Estamos falando hoje de uma rota em que temos em torno de 17 caminhões, que
1012 vai ter um incremento para 36 caminhões. Serão três viagens diárias, de segunda
1013 a sábado, não operando no domingo. De 7h da manhã às 10h da noite. Também
1014 no nosso PCA, no nosso Plano de Controle Ambiental, tem toda a parte de
1015 umectação dessas vias, sinalização e melhoria de todo esse sistema, bem como
1016 também melhoria de trechos que hoje não estão adequados para suportar esse
1017 movimento de transporte. Realizamos as simulações dinâmicas em função do
1018 tráfego existente na região, e o resultado foi que não temos um aumento
1019 significativo que venha impactar o modal rodoviário local, tendo em vista que
1020 grande parte da movimentação é uma movimentação agrícola. Então o nosso
1021 impacto sinérgico junto com o agrícola é mínimo, vai ter um incremento em torno
1022 de 20 caminhões, em termos de viagem que já ocorrem hoje. E com relação às
1023 opções o que nós analisamos foram opções do transporte viário. Foram três rotas,
1024 em que excluíamos a passagem pela comunidade do Cunha, mas mesmo assim
1025 tinha passagens próximas que foram eliminadas. E essa seleção dessa rota foi
1026 justamente a que é a atual, ou seja, não vai ter um impacto adicional e, sim, vamos

1027 estar passando pelos mesmos locais que hoje passamos. Ou seja, vamos ter esse
1028 controle maior em função da implementação do Plano de Controle Ambiental que
1029 vamos estar realizando. Então para nós essa opção é a que gera menos impacto
1030 ambiental quanto social. Por isso que foi selecionado esse trajeto.” Presidente
1031 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu volto para o Conselho. Mais alguma
1032 consideração antes de colocarmos em votação? Eu já saliento que pelas minhas
1033 anotações aqui os pontos foram esclarecidos. Então eu vou manter o processo
1034 em pauta. É o que sempre digo, às vezes os pontos foram esclarecidos, mas às
1035 vezes não temos concordância, não concordamos com a opção dada. Agora
1036 todos os pontos levantados foram referenciados ou pelo representante do
1037 empreendedor ou pela equipe da Supra Noroeste. Então eu vou manter o
1038 processo em pauta e, se não houver mais nenhuma dúvida, vou encaminhar para
1039 votação neste momento.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Rafael, quando
1040 você nos fez a apresentação pela Nexa, eu anotei os números e fiz as contas.
1041 Vão ser aproximadamente 100 viagens por dia, o que vai dar, em um determinado
1042 ponto da estrada, a cada 2,5 minutos, um caminhão passando. Não é um exagero,
1043 como ocorre aqui na BR-040, em que está quase um caminhão colado no outro,
1044 mas já é, para uma estrada de terra, muito significativo. Principalmente, porque o
1045 peso de um caminhão como esse aplicado a uma estrada de terra é muito
1046 diferente do peso de um carro comum. Então eu continuo sendo contrário à
1047 transferência, basicamente, do recurso público para viabilizar economicamente
1048 um empreendimento que vai dar lucro para poucos. É uma sociedade inteira
1049 pagando o lucro de poucos. Eu não concordo muito com isso. Agora, um pouco
1050 para a Maria Eugênia. Maria Eugênia, sobre esse processo, a sua fala de que
1051 vocês vão fazer uma avaliação ambiental estratégica. O Orsini também citou isso.
1052 Isso implica em analisar o futuro, e sem analisar a sustentabilidade de cada um
1053 desses empreendimento ou do conjunto dos empreendimentos não é possível
1054 deliberar pensando no futuro. Nós aqui, no Brasil mesmo, Minas, não temos a
1055 cultura da análise de sustentabilidade dos empreendimentos. Caso o grupo que
1056 irá promover o estudo da avaliação ambiental estratégica queira, eu me disponho,
1057 me disponibilizo para falar sobre análise de sustentabilidade. Eu acho que é
1058 importante começarmos a incluir essa visão da sustentabilidade nas nossas
1059 definições estratégicas.” Conselheira Maria Eugênia Monteiro: “Julio, com certeza
1060 agradeço as suas palavras, porque nós, inclusive, já estamos contemplando. É
1061 um projeto grande do Estado, que vai ser feito mediante a contratação de uma
1062 empresa de consultoria. Vai ser um grande projeto, e com certeza o objetivo
1063 primordial, além desse apoio estratégico na tomada de decisão do Estado, em
1064 termos de política pública, certamente que vamos ouvir a sociedade civil, as
1065 instituições envolvidas, as empresas. Enfim, eu acho que será um momento
1066 bastante democrático, em que todos serão ouvidos, e com certeza a sua
1067 participação será muito bem-vinda. Era só isso que eu queria colocar, e em outra
1068 oportunidade podemos conversar melhor. Mas certamente que a participação de
1069 todos será muito bem-vinda.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima:

1070 “A minha posição é muito claro, agora depois das explicações feitas pelo
1071 empreendedor, na pessoa do Dr. Rafael, e eu concordo também muito com o que
1072 foi falado pelo Luiz, da ANM, com relação a todo esse processo, que, de certa
1073 forma, não podemos mudar a mina de lugar. A mina está lá, o jazimento mineral
1074 está ali. Então nós temos que ter as facilidades necessárias para essa
1075 transposição, para colocar isso dentro de um ambiente produtivo. E digo também,
1076 da mesma forma que estamos falando sobre mineração, nós temos que falar
1077 sobre os produtos agroindustriais no Brasil. Julio, que esse assunto, inclusive,
1078 agora a Maria Eugênia comentando, eu acho importante avaliarmos dentro do
1079 aspecto global da sustentabilidade, mas também nós temos que ver o seguinte:
1080 nós somos limitados ali a uma operação, no caso da Nexa, em que a possibilidade
1081 de variável é muito pequena. O que pode ocorrer – aí eu dou isso como ponto
1082 avançado – é uma melhoria dessa rodovia, em função da sua manutenção,
1083 futuramente, quem sabe, a sua pavimentação. E aí a Nexa vai deixar um legado
1084 também, um legado de melhoria para a própria situação desse transporte.”
1085 Conselheiro José Angelo Paganini: “A empresa afirmou, há pouco, que na fase
1086 de implantação do empreendimento não vai haver rebaixamento de lençol, ‘por
1087 isso não é necessária a outorga definitiva’. Não é uma verdade, porque na página
1088 49 do Parecer Único está escrito o seguinte: ‘As intervenções ocasionadas pelo
1089 sistema desaguamento da mina, tanto na etapa de implantação quanto na de
1090 operação, podem interferir no equilíbrio dinâmico da recarga, movimento (fluxo) e
1091 descarga de águas subterrâneas, bem como afetar as surgências que ocorrem no
1092 entorno do empreendimento. Além disso, essas atividades podem gerar
1093 alterações, também, nos sistemas hídricos superficiais, como mencionado no item
1094 2.13 deste Parecer Único’. Então vai haver na implantação um rebaixamento do
1095 lençol, e para isso seria necessária a outorga definitiva.” Presidente Yuri Rafael
1096 de Oliveira Trovão: “Ricardo, quer se manifestar sobre esse ponto, alguma
1097 observação adicional?” Ricardo Barreto Silva/Supram Noroeste: “A própria
1098 empresa falou, o Rafael falou, da desnecessidade, e os estudos também
1099 informam essa desnecessidade na fase de instalação. O parecer informa porque
1100 essa outorga de rebaixamento, durante a pesquisa, ele bombeia, dá direito a ele
1101 bombear 530 m³/hora. Por isso que é relatado isso, para os ajustes do modelo
1102 hidrogeológico. Mas ele já até finalizou esse modelo, por isso que está falando ali
1103 do rebaixamento, mas é por conta da outorga de pesquisa.” Larissa Medeiros
1104 Arruda/Supram Noroeste: “Eu só queria fazer um comentário de que as etapas de
1105 instalação e de operação da mina subterrânea acabam se fundindo. Então a
1106 menção aqui da instalação de rampas e redes irá ocorrer com o rebaixamento na
1107 fase de operação, após a outorga. Enquanto eles não obtiverem a outorga de
1108 rebaixamento eles vão fazer a instalação do que não tem necessidade de
1109 rebaixamento do lençol. Então todo tipo de infraestrutura que não tem
1110 necessidade de rebaixamento, que não necessite da outorga, será feita durante
1111 a instalação. A instalação que é citada aqui, na abertura de rampas e redes que
1112 necessitem do rebaixamento, será feita na LO, depois da concessão da outorga,

1113 que vai ser analisada pela CTOC, do CBH Paracatu.” Presidente Yuri Rafael de
 1114 Oliveira Trovão: “Ok, muito obrigado pelos esclarecimentos. Eu vou dar
 1115 andamento então à votação do processo. E já destaco que a condicionante nº 12
 1116 nós vamos fazer apartada. Então nesta votação neste momento nós não estamos
 1117 incluindo a condicionante 12, que vamos discutir logo após, caso o processo seja
 1118 deferido. Se for indeferido, por óbvio, nós não vamos discuti-la. Então item 5.1,
 1119 Nexa Recursos Minerais S/A, PA 09657/2018/001/2018. Em votação.” Votos
 1120 favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM, Sindiextra, Fiemg, SME
 1121 e Abes. Votos contrários: Relictos e ProMutuca. Abstenção: Abes. Destaque de
 1122 voto favorável. Conselheiro Luiz Henrique Passos Rezende: “A ANM vota
 1123 favorável ao projeto considerando que as explicações sobre o transporte que
 1124 foram dadas na reunião, de acordo com o empreendedor, são focadas na
 1125 segurança e na melhoria dos trechos para os quais está sendo proposto o
 1126 transporte.” Justificativas de votos contrários e de abstenção. Conselheiro José
 1127 Angelo Paganini: “Contra, pelas colocações dos movimentos sociais locais e pelo
 1128 não esclarecimentos dos pontos levantados.” Conselheiro Julio Cesar Dutra
 1129 Grillo: “ProMutuca vota contra, também porque eu acho que a sociedade local
 1130 manifestou uma insatisfação grande com o processo e de desconfiança de uma
 1131 forma geral. Mas principalmente em função dessa transferência de recurso
 1132 público para o empreendedor. Eu vou votar contra todo empreendimento
 1133 minerário que for utilizar o sistema viário público para o transporte de seu
 1134 material.” Conselheiro Valter Vilela Cunha: “Abstenção, porque eu não me senti
 1135 confortável com as explicações dadas sobre rebaixamento e sobre o transporte.”
 1136 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então processo deferido por nove
 1137 votos favoráveis, dois contrários e uma abstenção. Eu solicito à secretaria que
 1138 coloque a condicionante 12 e a sugestão de alteração. E aí eu vou solicitar
 1139 manifestação, inicialmente, do Ricardo, em relação à proposição.” Larissa
 1140 Medeiros Arruda/Supram Noroeste: “Nós vamos acrescentar na condicionante
 1141 ‘bem como a reposição em surgências naturais’, não no texto do empreendedor,
 1142 no texto original. ‘... bem como a reposição em surgências naturais, poços de
 1143 usuários e lagoas.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Nós temos a
 1144 sugestão do José Angelo.” Larissa Medeiros Arruda/Supram Noroeste: “Eu achei
 1145 que esse texto que estava embaixo fosse a sugestão dada pelo empreendedor. É
 1146 o mesmo texto. Nós vamos acatar a sugestão do José Angelo, então.” Presidente
 1147 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então eu já vou colocar em votação essa
 1148 alteração, que foi proposta pelo José Angelo e acatada pelo pessoal da Supram
 1149 Noroeste.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Senhor presidente, eu queria
 1150 ouvir o empreendedor sobre esse texto proposto, o que ele acha, qual é o
 1151 posicionamento.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ele propôs uma
 1152 outra alteração que foi acatada pela Supram Noroeste. Eles opinaram e sugeriram
 1153 uma terceira via. Mas de qualquer forma vamos ouvir.” Rafael Ribeiro/Nexa
 1154 Recursos Minerais S/A: “Nenhuma objeção porque está dentro do nosso Plano de
 1155 Controle Ambiental também.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então

1156 em votação essa alteração da condicionante 12 conforme lida pela técnica da
 1157 Supram Noroeste. Em votação.” Votos favoráveis: Segov, Sede, Sedese,
 1158 Codemig, Ibama, ANM, Sindiextra, Fiemg, Relictos, ProMutuca, SME e Abes.
 1159 Destaques de votos favoráveis. Conselheiro Enio Marcus Brandão Fonseca:
 1160 “Considerando que essa é uma proposta de alteração discutida aqui neste
 1161 momento pelas partes, eu acompanho e vou ser favorável.” Conselheiro Thiago
 1162 Rodrigues Cavalcanti: “Em razão da concordância da Supram, bem como do
 1163 empreendedor, a Fiemg vota favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
 1164 Trovão: “Então alteração de condicionante aprovada por 12 votos favoráveis.” 6)
 1165 **PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA**
 1166 **CONCOMITANTE COM LICENÇA DE INSTALAÇÃO E LICENÇA DE**
 1167 **OPERAÇÃO. 6.1) AngloGold Ashanti Córrego do Sítio Mineração S/A. Aterro**
 1168 **para resíduos perigosos. Classe I. Nova Lima/MG. PA 00089/1985/052/2018.**
 1169 **Classe 6. Apresentação: Suppri. Retorno de vista: ProMutuca, SME,**
 1170 **Sindiextra e Fiemg. Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo:** “O empreendimento da
 1171 AngloGold tem um aspecto positivo de estar propondo uma mudança, uma
 1172 evolução na forma de disposição de seus resíduos de mineração. Isso é uma
 1173 coisa muito boa. Agora eu vou falar a respeito do Parecer Único, literalmente. ‘Foi
 1174 solicitada, através de informação complementar, a manifestação do Iphan/MG
 1175 para a fase de Licença de Operação quanto ao patrimônio cultural e arqueológico,
 1176 uma vez que esse órgão emitiu anuência apenas em relação à fase de instalação,
 1177 e o empreendedor reorientou o citado processo para LP+LI+LO. No entanto, até
 1178 a presente data, não houve protocolo com a manifestação formal desse órgão.
 1179 Nesse diapasão, será condicionado que o empreendedor apresente, antes do
 1180 início da operação do empreendimento, anuência do Iphan para a fase de LO.’ Eu
 1181 reitero minha solicitação de que Pareceres Únicos, mesmo que para a Licença de
 1182 Instalação, não sejam enviados para deliberação na CMI sem a anuência do
 1183 Iphan, do Iepha ou sem as outorgas já concedidas. ‘Mesmo levando em
 1184 consideração a evolução no método proposto para a disposição dos seus
 1185 resíduos de mineração, após o recebimento das considerações das ONGs de
 1186 defesa do meio ambiente, temos que solicitar a retirada de pauta desse PU.’
 1187 Quem leu o parecer de vista vai ver que tem uma longa explicação para poder
 1188 fazer essa justificativa. ‘No caso dos licenciamentos da AngloGold Ashanti
 1189 Córrego do Sítio Mineração S/A, acreditamos que seja fundamental uma análise
 1190 do conjunto das pequenas partes licenciadas e em licenciamento para que
 1191 possamos ter uma visão mais clara dos impactos cumulativos e sinérgicos.
 1192 Claramente, a sociedade não está sentindo confiança na continuidade desses
 1193 licenciamentos picados de empreendimentos, já que não consegue avaliar todos os
 1194 impactos potenciais. Considerando todas as questões apresentadas acima,
 1195 entendemos que esse processo deve ser retirado de pauta.’ É essa a minha
 1196 posição.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Da mesma forma que nos
 1197 demais pontos que eu sempre trato aqui, primeiro eu vou escutar a equipe que
 1198 analisou o processo, e aí ela me subsidia na minha decisão. No momento, eu vou

1199 escutar as demais manifestações de vista, depois passo para a equipe da Suppri
1200 para falar sobre a necessidade ou não da baixa em diligência ou retirada do ponto
1201 de pauta, se vai trazer algo diferente do que está sendo posto para deliberação,
1202 neste momento, dos senhores.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de
1203 Lima: “Nós avaliamos isso em função de dois aspectos bastante discutidos,
1204 inclusive, com a equipe da AngloGold Ashanti. Eu vejo o seguinte. Realmente a
1205 atividade da AngloGold na região é uma atividade centenária. E nós três que
1206 pedimos vista – SME, Fiemg e Sindiextra –verificamos que se trata de um
1207 complemento de um processo operacional. Portanto, de certa forma, essa
1208 avaliação integrada, apesar de ser já comentada pelo Julio, seria interessante,
1209 mas, pelas características que estão sendo colocadas operacionalmente, ela
1210 pode ser feita em uma outra oportunidade e talvez em uma avaliação mais
1211 específica integrada. Mas para o caso atual ela atende perfeitamente à proposição
1212 feita. Eu pediria para continuar rolando o relatório, que eu quero comentar um fato
1213 mais importante também que eu vejo, que é um estudo que a AngloGold tem feito.
1214 Essa questão de intervenção em vegetação foi perfeitamente equacionada.
1215 Quanto à área de deposição de resíduos, a Anglo apresenta uma estrutura de
1216 adequabilidade em todo o processo, com a detecção de vazamentos, com a
1217 detecção de coleta de líquidos percolados. Isso ela já faz com maestria, sem
1218 qualquer problema. Segurança dos resíduos: verificam-se, pelas observações
1219 técnicas da empresa, os cuidados adicionais com relação à impermeabilização,
1220 já referido anteriormente, e o posicionamento do próprio Aterro H1, situado em
1221 uma região que oferece segurança ao próprio posicionamento dela, natural, de
1222 suas ombreiras, bem como o muro compactado, com elevação gradativa de no
1223 máximo 10 m, conforme se pode verificar nessa configuração ilustrada. Meio físico
1224 também foi perfeito, sem nenhum problema. Eu queria me deter a essa nota de
1225 destaque. Porque nós temos que também aproveitar desses tipos de projetos, e
1226 o destaque que fizemos é que, quando aprofundamos nas questões de
1227 sustentabilidade ligadas à atuação da AngloGold Ashanti no Estado de Minas
1228 Gerais, verifica-se seu portfólio de anotações no contexto da responsabilidade
1229 social. Algo que tem sido hoje referendado pela comunidade mundial através dos
1230 Princípios do Equador e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Eu
1231 gostaria, depois – não vou ler agora –, que os nossos colegas conselheiros
1232 lessem esses detalhes que eu captei exatamente do portfólio da AngloGold. Isso
1233 é um exemplo que deve ser seguido em todos os outros projetos minerários. Por
1234 isso, presidente, nós fomos favoráveis ao deferimento e ao atendimento às
1235 condicionantes que foram perfeitamente colocadas pela Suppri.” Conselheira
1236 Denise Bernardes Couto: “O parecer, como o Orsini disse, foi conjunto, e o
1237 Sindiextra não tem mais nada para manifestar, é de acordo mesmo.” Conselheiro
1238 Thiago Rodrigues Cavalcanti: “O parecer foi conjunto, a manifestação da Fiemg é
1239 a constante do parecer. Eu só queria complementar um ponto de que o aterro
1240 tratado nesse processo é justamente para não usar mais a barragem. Então eu
1241 acho que isso é uma informação importante e eu queria colocar.” Conselheiro Luiz

1242 Henrique Passos Rezende: “Eu fui apresentado a este projeto nesta semana,
1243 inclusive, o Claudinei pediu para eu participar dessa apresentação, porque ele
1244 estava com algumas dúvidas sobre o aterro. Eu andei fiscalizando essa barragem.
1245 São três barragens, uma perto da outra, é uma relação de segurança e de
1246 interferência uma na outra muito grande. E principalmente a barragem que está
1247 hoje em operação pela empresa é a barragem de Calcinados. Ela tem esse nome
1248 Calcinados porque recebe o rejeito que se chama calcinado, e esse rejeito vai ser
1249 um rejeito que está sendo desaguado – não era desaguado –, que era lançado na
1250 barragem. Então essa barragem tem uma altura grande, está no vale muito
1251 estreito e tem uma sinergia com as outras duas, que são a Cocuruto e a
1252 Rapaunha. Em caso de rompimento, é um desastre generalizado na região. Esse
1253 tipo de aterro nós analisamos, fizemos algumas considerações, e é um aterro que
1254 vem a acabar com esse tipo de barragem, vai ser a realidade daqui para frente.
1255 Espero que seja. Inclusive, vai impedir o acréscimo nessa grande barragem, que
1256 é a Calcinado, e que provavelmente vai ser descomissionada. E esse risco que já
1257 existe hoje vai ser muito bem amenizado no futuro, porque vamos começar a ter
1258 pequenos aterros desse tipo. É uma tecnologia nova, já poderia estar sendo
1259 usada há mais tempo, mas o que fez com que ela viesse a ser implantada foram
1260 os recentes desastres pelos quais nós passamos. Eu acho que é o caminho em
1261 que estamos caminhando. Eu não vejo o porquê de não aprovar. Eu conheço o
1262 site, mais ou menos, na região. Eu não vi nenhum lugar que tenha alguma
1263 interferência que venha a envolver questões históricas ou outra coisa. Eu acho
1264 que a comunidade está ganhando muito, apesar dessa desconfiança de que o
1265 Julio Grillo fala seja muito importante, porque a credibilidade da mineração caiu
1266 muito com os acidentes pelos quais passamos, os desastres. Eu vejo com muitos
1267 bons olhos e adianto que é um passo gigantesco para caminhar em uma
1268 disposição nova de rejeito e redução de risco para a população. Inclusive, esse
1269 aterro está sendo feito de uma forma de disposição em que a provável
1270 contaminação do solo está sendo bem reduzida com relação ao que já existe na
1271 barragem.” Luís de Souza Breda/AngloGold Ashanti: “Nós anotamos alguns
1272 questionamentos, alguns pontos, principalmente, colocados pelo Sr. Julio Grillo,
1273 e eu vou passar por eles. Mas primeiramente é importante dizer que esse projeto,
1274 o Aterro H1, configura-se como um marco de transição de tecnologias de
1275 disposição de rejeito. É um projeto muito importante para a AngloGold Ashanti,
1276 porque, através da implantação de um sistema de filtragem e secagem de rejeitos
1277 também associado a essa estrutura... É importante dizer que o aterro então é um
1278 marco de transição de tecnologias, nós vamos deixar de dispor com o tempo...
1279 Então essa estrutura é configurada como processo de transição de tecnologias
1280 de disposição de rejeitos, nós vamos deixar de dispor rejeito em barragem ao
1281 longo do tempo e vamos passar a dispor rejeito a seco dentro de uma estrutura
1282 de aterro. Então isso eu acho que é um grande benefício e um caminho da
1283 empresa em relação ao processo de desenvolvimento sustentável. Então é muito
1284 importante trilhar por isso. E além disso a estrutura se configura como uma

1285 ampliação e continuidade à atividade já realizada na planta do Queiroz.
1286 Atualmente, realizamos através de outros aterros e vamos passar a dispor através
1287 do Aterro H1. Ou seja, é uma ampliação e continuidade de uma atividade que já
1288 é licenciada. Passando rapidamente pelos pontos que foram levantados. Sobre a
1289 questão da anuência do Iphan, nós tivemos, sim, uma anuência concedida que
1290 atesta a possibilidade de implantarmos o aterro. E além disso é muito importante
1291 dizer que, além dessa anuência específica, nós tivemos uma anuência completa
1292 para o site, para a planta do Queiroz como um todo. Então logo abarca a operação
1293 da planta do Queiroz como um todo, além dessa anuência específica para o
1294 projeto do Aterro H1. Sobre a questão do LAC 1, da modalidade de licenciamento,
1295 é importante dizer que se trata de uma ampliação e continuidade de uma atividade
1296 que será implantada em um contexto também já licenciado. Então portanto a lei
1297 nos permite ser enquadrados nessa modalidade. Sobre a questão da avaliação
1298 ambiental integrada, é importante dizer o seguinte. Essa estrutura vai ser
1299 implantada em um contexto já licenciado, dentro de uma planta industrial, com
1300 todos os controles ambientais já implantados e todos os monitoramentos já
1301 executados, com os relatórios serão entregues, periodicamente, ao órgão
1302 ambiental. Então nada mais é do que uma continuidade da operação da planta,
1303 não está trazendo nenhum impacto novo o empreendimento. Mas, mesmo assim,
1304 mesmo a empresa não sendo obrigada por lei a apresentar a avaliação ambiental
1305 integrada, é importante dizer que a AngloGold está providenciando a contratação
1306 de algumas empresas especializadas em estudos ambientais que vão
1307 desenvolver esse estudo de avaliação ambiental integrada, não só para o site da
1308 planta do Queiroz, mas para todas as nossas unidades operacionais. É importante
1309 dizer que já temos uma avaliação ambiental integrada para o Complexo de
1310 Córrego do Sítio, que fica em Santa Bárbara, mas nós vamos estender esse tipo
1311 de avaliação para todas as nossas unidades, mesmo não sendo uma obrigação
1312 legal. A empresa também acha isso uma questão importante em termos de ganho
1313 ambiental. E em relação à questão da contaminação ambiental levantada, é
1314 importante dizer que todos os nossos controles ambientais já estão implantados
1315 para operar a planta do Queiroz, todos os monitoramentos são executados
1316 conforme demandado não só no processo de licenciamento ambiental, mas
1317 conforme legislação vigente e conforme todas as melhorias que são solicitadas
1318 pelo próprio órgão ambiental, e os relatórios são entregues, periodicamente, ao
1319 órgão ambiental. E não é isso que tem sido mostrado através dos nossos
1320 resultados de monitoramento, a empresa tem atendido aos padrões legais e de
1321 monitoramento estabelecidos na legislação. Eu acho que passei por todos os
1322 pontos e queria, por fim, pedir um destaque: nós temos pequenas alterações para
1323 propor nas condicionantes, caso o processo seja julgado pelo deferimento. Seriam
1324 as condicionantes 5, 9, 10, 15 e 16.” Ricardo Carneiro/AngloGold Ashanti:
1325 “Essencialmente, a nossa função aqui é de apoio nas questões de procedimento
1326 e de ordem jurídica. Nada obstante os esclarecimentos e questionamentos
1327 constantes do parecer do conselheiro Julio Grillo, as respostas apresentadas pelo

1328 Luís Breda foram absolutamente esclarecedoras, mostrando toda a regularidade,
1329 mostrando o avanço que representa esse aterro de resíduos. De modo então que
1330 não há muito o que dizer ou ainda esclarecer que não seja pedir aos senhores
1331 conselheiros que no processo de votação votem pelo deferimento da LAC,
1332 Licença Prévia, de Instalação e Operação, requerida.” Presidente Yuri Rafael de
1333 Oliveira Trovão: “Eu vou voltar para o Conselho para alguma consideração, antes
1334 de passar pela equipe da Suppri. Alguma manifestação? Não havendo, eu vou
1335 passar para a equipe da Suppri, considerando que houve o pedido do conselheiro
1336 Julio para a retirada e baixa em diligência do processo. Eu quero saber, antes de
1337 mais nada, sobre a pertinência ou não. Na minha opinião, as coisas já foram
1338 esclarecidas, mas de qualquer forma eu quero ouvir a equipe da Suppri.” Karla
1339 Brandão Franco/Suppri/SEMAD: “Com relação à solicitação de retirada de pauta,
1340 nós entendemos que o processo foi corretamente instruído. Como o Luiz muito
1341 bem falou, pela ANM, ele tem muita experiência com barragem, então a proposta
1342 é exatamente a destinação de uma forma mais segura de um resíduo perigoso,
1343 que é disposto atualmente em barragem, de uma forma alternativa, conforme,
1344 inclusive, o artigo 30 da Lei 21.972 já prevê, que o Estado deve incentivar a
1345 disposição alternativa ao invés de barragens. Então nós consideramos que é uma
1346 ampliação do empreendimento já existente, que teve processos precedentes
1347 instruídos por EIA/Rima, que tem um PCA vigente para o complexo como um todo,
1348 um processo de revalidação também em análise, que avalia tudo. A empresa
1349 propôs fazer uma avaliação ambiental integrada da área. E além disso o estudo
1350 foi completo, houve um diagnóstico da área, um diagnóstico regional. Então nós
1351 entendemos que não há necessidade, não há nada a ser complementado que
1352 possa alterar a nossa posição. Então a Suppri se manifesta pela manutenção do
1353 processo na pauta. A Verônica vai fazer uma complementação com relação ao
1354 relatório de vista, mas fora isso eu acho que a empresa também esclareceu. Se
1355 tiver mais alguma, dúvida estamos à disposição.” Presidente Yuri Rafael de
1356 Oliveira Trovão: “Então considerando o que foi informado pela empresa e pela
1357 equipe eu vou manter o processo em pauta, em julgamento.” Verônica Maria
1358 Ramos do Nascimento França/Suppri/SEMAD: “Na verdade, é só uma
1359 complementação mesmo, porque o relatório de vista falou sobre a não publicação.
1360 Na verdade, existe uma publicação, o EIA/Rima foi disponível, não houve
1361 requerimento de audiência pública, e depois da alteração do projeto não alterou
1362 a ADA nem aumentaram os impactos. Por isso não há necessidade de nova
1363 publicação.” Conselheira Maria Eugênia Monteiro: “Só enfatizar essa questão de
1364 que a Karla acabou de falar. Eu acho que é sempre importante enfatizar essa
1365 substituição, no caso, de uma barragem de rejeitos, onde se submete o rejeito à
1366 água, além de potencializar qualquer risco de contaminação, o fato de você dispor
1367 material já filtrado em um aterro, comparativamente em relação à barragem, é
1368 muito mais seguro. E nesse caso específico nós sabemos da seriedade da
1369 empresa e da experiência deles ao longo dos anos em questões desse tipo. Então
1370 era mais só para enfatizar e parabenizar a empresa, no caso, pela iniciativa de

1371 alteração do processo.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Mais algum
 1372 conselheiro quer fazer uso da palavra? Não havendo, eu vou colocar em votação
 1373 o item 6.1, da AngloGold Ashanti. Atenção senhores conselheiros, as
 1374 condicionantes 5, 9, 10, 15 e 16 eu vou colocar em apartado, porque vamos
 1375 discuti-las posteriormente, Então neste momento em votação com exceção das
 1376 condicionais 5, 9, 10, 15 e 16. Ok? Então em votação o item 6.1, AngloGold
 1377 Ashanti Córrego do Sítio Mineração, PA 89/1985/052/2018.” Votos favoráveis:
 1378 Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM, Sindiextra, Fiemg, SME e Abes.
 1379 Abstenção: Relictos e ProMutuca. Justificativas de abstenções. Conselheiro José
 1380 Angelo Paganini: “Nós vamos nos abster. Nós entendemos que a forma de
 1381 disposição de resíduos é uma mudança positiva que merece nosso conhecimento.
 1382 Mas não estamos seguros pela falta de uma avaliação integrada do conjunto de
 1383 todas as atividades desenvolvidas pela operação do empreendimento.”
 1384 Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Pela abstenção também. Eu acho essa
 1385 mudança no processo de disposição de rejeitos apresentada pela AngloGold
 1386 extremamente louvável, eu sou um defensor disso há muito tempo, vocês sabem
 1387 que eu defendo isso há muito tempo. Mas a sociedade não está tranquila. Quer
 1388 dizer, as ONGs locais. A sociedade local não está tranquila em relação ao
 1389 empreendimento mesmo, como um todo. Essa iniciativa de se fazer uma
 1390 avaliação ambiental integrada é também muito louvável, mas nós não estamos
 1391 com ela. Então o que a sociedade me pediu foi que votasse contra. Pelo fato de
 1392 eu achar que essa mudança de disposição de rejeito é extremamente favorável,
 1393 eu estou me abstendo. Quer dizer, eu estou com o voto diferente daquele
 1394 solicitado pela sociedade.” Destaque de voto favorável. Conselheiro Carlos
 1395 Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Eu voto favorável e queria colocar em função do
 1396 nosso relatório de vista, pelas medidas inovadoras que a AngloGold está
 1397 proporcionando e pela responsabilidade social que a empresa tem demonstrado
 1398 em mais de 100 anos de operação em Minas Gerais.” Presidente Yuri Rafael de
 1399 Oliveira Trovão: “Então processo deferido, dez votos favoráveis e duas
 1400 abstenções. Eu vou pedir à secretaria que coloque no quadro as condicionantes
 1401 e vou fazer o seguinte encaminhamento em relação às condicionantes. Primeiro
 1402 a condicionante 5, que a empresa pediu destaque. Então a empresa faz o
 1403 destaque, e eu vou abrir a palavra para o Conselho e também para os
 1404 representantes da Suppri para ver se concordam ou não com a solicitação de
 1405 alteração. Sendo alterada, colocamos depois em bloco.” Luís de Souza
 1406 Breda/AngloGold Ashanti: “As alterações propostas, vocês vão perceber que para
 1407 todas as condicionantes é mais uma questão de prazo que estamos pedindo para
 1408 adequar tudo. A empresa se manifesta favoravelmente a qualquer uma delas,
 1409 vamos cumprir tudo, mas gostaríamos de ter mais prazo, principalmente, e mudar
 1410 um pouco o texto de algumas delas. Então a condicionante, só uma questão de
 1411 alteração de prazo. Ao invés de ser ‘antes do início das obras’, nós pedimos para
 1412 apresentar um relatório fotográfico 30 dias após o início das obras, indicando a
 1413 instalação dessa sinalização que é cobrada na condicionante. E argumentando

1414 que as obras vão ser feitas dentro de uma área já operacional, já licenciada e com
1415 acesso restrito. Só pessoas devidamente autorizadas e treinadas podem acessar
1416 as áreas. Então só pedimos o prazo para cumprir.” Presidente Yuri Rafael de
1417 Oliveira Trovão: “Suppri, qual o posicionamento em relação a esse item
1418 específico?” Karla Brandão Franco/Suppri/SEMAD: “Nós não temos objeção à
1419 alteração.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então concordância com a
1420 5. Pode falar a 9.” Luís de Souza Breda/AngloGold Ashanti: “Mais uma vez é uma
1421 questão de prazo. Até o momento a empresa sempre cumpriu todos os padrões
1422 relacionados ao tratamento de efluentes determinados pela legislação, que é a
1423 DN COPAM/CERH nº 1/2008, como mostra o nosso relatório de cumprimento de
1424 condicionantes. No entanto, a Suppri pediu essa melhoria no nosso tratamento.
1425 Então nós pedimos para alterar um pouco o texto dela, solicitando apresentar um
1426 estudo relacionado a essa melhoria e um cronograma de execução com a
1427 alternativa que possa efetivamente garantir a manutenção do parâmetro sulfato
1428 em concentrações abaixo de 250 mg/l, que é um parâmetro determinado para
1429 cursos d’água classe 2 e não para efluentes, como era determinada até então nas
1430 condicionantes.” Karla Brandão Franco/Suppri/SEMAD: “Nós também não temos
1431 nenhuma objeção. Nós entendemos a manifestação do empreendedor porque é
1432 um tipo de tratamento específico, e o objetivo, inclusive, é garantir uma melhoria
1433 do curso d’água em um parâmetro a mais. Nem é previsto na 01/2008, então
1434 consideramos que está se propondo a garantir uma melhoria a mais do que
1435 necessária, junto com a equipe técnica da Suppri. Então sem nenhum tipo de
1436 objeção.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Alguma coisa pelo
1437 Conselho? Eu nem abri a palavra na primeira, senhores conselheiros, porque,
1438 pelo Decreto 47.383, alteração somente de prazo, quando não influencia no
1439 mérito da questão, pode ser decidida apenas pelo órgão de análise, poderia ser
1440 decidida até pela Suppri. Nós estamos aproveitando aqui, já fazendo e dando
1441 ciência para os senhores, mas essas condicionantes, até o momento aqui, nem
1442 precisariam estar sendo debatidas, porque são somente questão de prazo. Mas
1443 quando os senhores quiserem se manifestar, por favor, levantem a mão, que aí
1444 passamos a palavra para os senhores. Até o momento, nós tivemos a
1445 aquiescência na alteração das condicionantes 5 e 9. Passamos para a 10.” Luís
1446 de Souza Breda/AngloGold Ashanti: “Da mesma maneira, nós vamos cumprir o
1447 que está estabelecido na condicionante. Apenas solicitamos a questão do prazo
1448 e a questão relacionada ao protocolo do referido estudo no respectivo processo
1449 de licenciamento, que é o processo de operação da planta do Queiroz, se refere
1450 à Licença de Operação da planta do Queiroz. Então a única adequação da
1451 condicionante é essa, para apresentarmos esse estudo no âmbito do respectivo
1452 processo de licenciamento, que é esse que está em análise no órgão ambiental.”
1453 Karla Brandão Franco/Suppri/SEMAD: “Sem objeção também.” Luís de Souza
1454 Breda/AngloGold Ashanti: “Sobre a condicionante 15, da mesma maneira, é uma
1455 solicitação de alteração do prazo. Ao invés de ser antes do início das obras,
1456 apresentar essa manifestação, essa nova manifestação do Conselho de Cultura,

1457 porque nós já tivemos uma primeira manifestação, nós solicitamos um prazo
1458 maior, que seria 15 dias após a manifestação do Conselho Deliberativo de Cultura
1459 de Raposos, considerando esse período de pandemia. É importante dizer que nós
1460 já temos um canal de comunicação aberto com os moradores do bairro Galo e
1461 não só o bairro Galo, mas todas as comunidades que existem em torno da nossa
1462 operação. Continuaremos fazendo toda a comunicação, não só desse projeto,
1463 mas da operação da planta como um todo, como é feito. E estamos pedindo só
1464 esse prazo, para ficar mais factível de cumprirmos.” Karla Brandão
1465 Franco/Suppri/SEMAD: “Sem objeção também.” Luís de Souza Breda/AngloGold
1466 Ashanti: “Podemos falar sobre a 16? Sobre essa, a única alteração que nós
1467 solicitamos na condicionante foi essa questão do atendimento às demandas
1468 apresentadas pelo público alvo via ata de reunião e canais de comunicação. Nós
1469 solicitamos uma pequena alteração, para colocar ‘via canais de comunicação
1470 utilizados, priorizados de acordo com cada momento da execução do programa’.
1471 É importante dizer que esse programa não parou de ser executado em função da
1472 pandemia, nós continuamos com os contatos e os canais abertos com a
1473 comunidade, mas as reuniões têm sido virtuais, então não geramos uma ata
1474 propriamente dita. Mas geramos uma memória, e se pode, inclusive, gravar tudo
1475 que for discutido nessas reuniões, com autorização do público presente. A única
1476 coisa que pedimos é isso, demonstrar o atendimento da condicionante, mas
1477 utilizando os canais em cada momento da execução desse programa.” Karla
1478 Brandão Franco/Suppri/SEMAD: “Sem objeção também, atende ao objetivo da
1479 mesma maneira.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Pelo Conselho
1480 alguma observação? Não há. Então nós temos a concordância da Suppri em
1481 todas as solicitações. Eu vou ler aqui para os senhores. Condicionante nº 5 ficou
1482 com a seguinte redação: ‘Promover a sinalização próximo à área indicando a
1483 entrada e saída de caminhões durante toda a fase da obra de implantação do
1484 aterro. Prazo: enviar relatórios fotográficos 30 dias após o início das obras,
1485 indicando a instalação da sinalização.’ Condicionante nº 9 ficou com a seguinte
1486 redação: ‘Considerando que o lançamento de efluente líquido industrial é lançado
1487 na barragem Cocuruto e deságua em curso d’água, que por sua vez é um curso
1488 d’água classe 2 (Córrego Mina D’Água), cuja vazão é basicamente a vazão do
1489 efluente lançados da barragem, apresentar estudo e cronograma de execução
1490 com alternativa que possa garantir a manutenção do parâmetro sulfato em
1491 concentrações abaixo de 250 mg/l, pelo prazo de 180 dias.’ Condicionante 10, a
1492 redação ficou a seguinte: ‘Realizar estudo detalhado dos pontos PQZ 2041 e PQZ
1493 2046 de monitoramento de águas subterrâneas e dos demais pontos que
1494 compõem o programa de monitoramento no entorno da barragem Calcinados para
1495 avaliar a ocorrência ou não da drenagem ácida no local e o grau de
1496 comprometimento do solo e do lençol freático no entorno dela. Protocolar o
1497 requerido estudo no âmbito da Licença de Operação da planta do Queiroz em
1498 fase de revalidação para que o órgão ambiental conduza sua análise no âmbito
1499 do respectivo processo (Processo Administrativo COPAM 089/1985/050/2014),

1500 bem como cópia do protocolo de apresentação do estudo no processo em
 1501 epígrafe no prazo de 180 dias.’ Próxima condicionante, nº 15, com a seguinte
 1502 redação: ‘Apresentar manifestação do Conselho Deliberativo Municipal de Cultura
 1503 de Raposos/MG em relação à seguinte condicionante imposta no OF. 27/2018,
 1504 de 25/10/2018: ‘Abrir uma linha de comunicação direta com a Associação dos
 1505 Moradores do Bairro Galo Velho e que juntos discutam sobre as obras de
 1506 intervenção à mobilidade do bairro, principalmente ao acesso dos bens
 1507 inventariados presentes na AID, como medidas compensatórias do processo de
 1508 licenciamento ambiental. Prazo: 15 dias após a manifestação do Conselho
 1509 Deliberativo Municipal de Cultura de Raposos/MG.’ Próxima, condicionante nº 16:
 1510 ‘Apresentar relatório fotográfico da execução do programa de comunicação social
 1511 contendo o percentual das reclamações, sugestões e críticas recebidas através
 1512 dos canais de comunicação com a comunidade; percentual de atendimento das
 1513 demandas apresentadas pelo público alvo via canais de comunicação
 1514 utilizados/priorizados de acordo com cada momento de execução do programa.
 1515 Prazo: semestral.’ Então coloco em votação as referidas alterações lidas e
 1516 colocadas no quadro.” Votos favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama,
 1517 ANM, Sindiextra, Fiemg, Relictos, ProMutuca, SME e Abes. Presidente Yuri
 1518 Rafael de Oliveira Trovão: “Então alterações das condicionantes 5, 9, 10, 15 e 16
 1519 aprovadas por 12 votos favoráveis.” **6.2) J&F Mineração Ltda. Extração de areia**
 1520 **e cascalho para utilização imediata na construção civil. Alvinópolis/MG. PA**
 1521 **08118/2010/003/2018, ANM 832.011/2006. Classe 4 (conforme Lei nº**
 1522 **21.972/2016, artigo 14, inciso III, alínea b). Apresentação: Supram Leste**
 1523 **Mineiro. Retorno de vista: ProMutuca, SME e Fiemg. Conselheiro Julio Cesar**
 1524 Dutra Grillo: “Apesar do impacto ambiental que pode ser observado nas imagens
 1525 do Google – são claros –, o empreendimento aparentemente não apresenta
 1526 problemas para o seu deferimento. Considerando que a licença é para a expansão
 1527 das atividades, sugerimos a inserção de um condicionante exigindo a recuperação
 1528 das áreas degradadas em paralelo com a expansão desta mineração.”
 1529 Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Só manifestar que a Fiemg fez análise
 1530 do processo, juntamente com a SME, e o parecer é pelo deferimento, nos termos
 1531 do parecer da Supram.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima:
 1532 “Hipoteco as palavras do Dr. Thiago.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:
 1533 “Eu volto para o Conselho. Destaque dos senhores conselheiros?” Conselheiro
 1534 Julio Cesar Dutra Grillo: “Tem a inclusão da condicionante que eu solicitei.”
 1535 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, nós voltamos a ela
 1536 posteriormente.” Vinicius Valadares Moura/Supram Leste Mineiro: “Tenho
 1537 algumas ponderações a respeito dos pareceres de vista. Inicialmente,
 1538 cumprimento o Dr. Julio Grillo e explanar para o senhor que a base de dados de
 1539 imagens de satélite de que nós dispomos para utilizar aqui é a que está
 1540 disponibilizada na rede. Então as imagens não são atualizadas. Em virtude da
 1541 situação da pandemia e da manutenção da possibilidade de vistoria remota,
 1542 independentemente de a vistoria ser remota ou não, nós estamos solicitando em

1543 todos os processos o imageamento atualizado por drone de todos os
1544 empreendimentos, com uma elevada resolução, que vai permitir disponibilizar
1545 para a instância decisória, seja ela a Câmara Técnica do COPAM ou a
1546 Superintendência, imagens atualizadas e bem precisas do empreendimento.
1547 Então nós já estamos aqui na Supram Leste esse procedimento. Informar para o
1548 senhor que, em virtude de o processo requerer uma ampliação, é importante
1549 destacar que para esse empreendimento essa ampliação não é de área, mas,
1550 sim, de produção. Então na mesma área que o senhor conseguiu visualizar que
1551 já existe esse impacto é a área onde vai ser realizada essa ampliação, mas que
1552 na verdade trata-se de ampliação de produção e não de expansão de área. Então
1553 prestar esse esclarecimento para o senhor. E em virtude disso já existe, nos autos
1554 do processo, um Prad para eventualmente, quando do encerramento das
1555 atividades, esse Prad ser executado. É uma condição requerida, inicialmente, na
1556 formalização do processo. Então suponhamos que daqui a alguns meses o
1557 empreendedor encerre as suas atividades. Ele já tem por obrigação executar esse
1558 Prad na área do empreendimento junto com o plano de fechamento de mina. Um
1559 faz parte do outro. Finalizando a minha fala, eu gostaria de parabenizar os
1560 conselheiros, que têm elevado o nível desta Câmara. Eu acho importante dar esse
1561 feedback da parte da Supram – e eu falo aqui pela minha equipe – de que a
1562 discussão nesta nova gestão tem sido muito técnica, efetivamente. Então isso é
1563 importante para engrandecer o trabalho realizado não só pela equipe técnica da
1564 Supram como por vocês conselheiros. Nós temos o José Angelo, o Dr. Orsini, que
1565 são figuras já conhecidas nossas aqui da Supram Leste; o Sr. Julio. Então eu
1566 quero neste momento parabenizar a todos os conselheiros, que durante os
1567 trabalhos que são executados na Câmara contribuem efetivamente para tecermos
1568 discussões técnicas. O conhecimento não é imutável, e a cada dia nós estamos
1569 aprendendo, e é a partir do debate que são construídas as novas ideias e
1570 quebrados velhos paradigmas. Então eu saúdo a todos os conselheiros que se
1571 empenham nessa missão de efetivamente exercer aqui seu papel de conselheiro.
1572 Finaliza então a minha fala, presidente, congregando a todos os conselheiros que
1573 nós aqui da Supram Leste, Julio, Dr. Orsini e demais conselheiros, nós estamos
1574 a todo tempo aqui de pé e à ordem para o que for necessário para prestar o
1575 esclarecimento que se fizer necessário. Então eu faço esse convite a vocês de
1576 que, uma vez submetido um parecer para esta Câmara e esse parecer esteja
1577 sendo submetido pela Supram Leste – existe no site da SEMAD, e vocês também
1578 têm cópias de todos os nossos e-mails e contatos –, entrem em contato conosco
1579 para buscar dirimir qualquer eventual dúvida que surja para que possamos, na
1580 reunião em que está sendo pautado esse parecer, já discutir essas dúvidas que
1581 vocês tenham. Eu acredito que o nosso trabalho pode ganhar em eficiência com
1582 isso, e vai ser muito importante para todos nós, principalmente para o público, que
1583 acaba sendo beneficiado com o nosso trabalho. Nós estamos aqui é para servir a
1584 ele.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Minhas palavras são de
1585 reconhecimento. O que acaba de dizer nosso querido Vinicius Moura, pela

1586 Supram Leste, é aquilo que nós esperamos do retorno do governo. Eu vejo
 1587 realmente, pela experiência nossa de vida e pela experiência de também termos
 1588 estado no governo, que é uma posição realmente fantástica, Vinicius. Parabéns
 1589 pela sua fala, parabéns pela conduta que vocês têm tido, não só a Supram Leste,
 1590 como todas as Suprams. Eu acho que vocês têm realmente desenvolvido um
 1591 trabalho espetacular em prol do meio ambiente e em prol da racionalidade dos
 1592 processos. É essa racionalidade que nós temos de ter, a consciência da
 1593 racionalidade de que nós não podemos mais perder tempo. Minas Gerais, o Brasil,
 1594 já perdeu muito tempo. Nós estamos em um mundo de competitividade, e essa
 1595 competitividade nós somente alcançaremos se tivermos racionalidade e
 1596 desburocratização dos processos. Então essas são as minhas palavras, e eu
 1597 enfatizo e, Vinicius, te dou os parabéns pela sua belíssima colocação nesse
 1598 momento.” Conselheiro José Angelo Paganini: “Eu queria fazer só uma colocação.
 1599 Eu estou completamente de acordo com a inclusão da condicionante proposta
 1600 pelo Julio Grillo, da ProMutuca. Nós estamos em uma região em processo de
 1601 desertificação, a situação aqui é complicada, vocês conhecem. Então não pode
 1602 esperar o encerramento da atividade produtiva para fazer recuperação das áreas.
 1603 Então as áreas na área de influência, na área de propriedade do empreendimento,
 1604 estão degradadas hoje, e deveriam começar imediatamente um processo de
 1605 recuperação dessas áreas.” Elias Nascimento de Aquino Iasbik/Supram Leste
 1606 Mineiro: “Boa tarde, Yuri, boa tarde, senhores conselheiros. Não temos nenhuma
 1607 outra consideração a acrescentar àquilo que o Vinicius já passou.” Presidente Yuri
 1608 Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, então eu vou colocar em votação.” Conselheiro
 1609 Luiz Henrique Passos Rezende: “Só um momento. Nada contra a proposta do
 1610 Julio Grillo, aliás, eu até apoio. Eu só queria comentar o seguinte. Em todas os
 1611 licenciamentos, eu acho que em todas as regras já é o pressuposto de que as
 1612 áreas que já foram lavradas, das áreas que já estão abandonadas, que não são
 1613 de operação mais, são concomitantemente recuperadas. Então eu não sei se
 1614 essa proposta do Julio Grillo é redundante ou se já está posta antes do
 1615 licenciamento. Eu acho que isso é praxe de todo o licenciamento ambiental, essa
 1616 questão da recuperação dessas áreas abandonadas. Agora não faz nenhum
 1617 sentido recuperar uma em que vou trabalhar em cima depois. Ela pode estar no
 1618 meio da operação, servir de um acesso, essa coisa toda.” Presidente Yuri Rafael
 1619 de Oliveira Trovão: “Ok, nós vamos discutir a proposta, e aí as colocações do
 1620 senhor, no momento da leitura pelo Julio da justificativa da sua proposta de
 1621 inclusão de condicionado. Primeiro eu vou colocar o processo, conforme previsão
 1622 do Regimento, e depois colocamos em discussão a sua proposta. Em votação o
 1623 item 6.2, J&F Mineração Ltda. Processo 08118/2010/003/2018. Em votação.”
 1624 Votos favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM, Sindiextra,
 1625 Fiemg, Relictos, ProMutuca e SME. Ausência: Abes. Presidente Yuri Rafael de
 1626 Oliveira Trovão: “Processo deferido por 11 votos favoráveis e uma ausência.
 1627 Agora retornando à proposta do conselheiro Julio.” Conselheiro Julio Cesar Dutra
 1628 Grillo: “Eu fiz essa proposta baseado em imagem do Google. A imagem do Google

1629 que eu peguei é a imagem tradicional do Google e deve estar com mais ou menos
 1630 80 cm por pixel. Então nos dá uma definição relativamente boa. Apesar de que ali
 1631 ela está muito clara, mesmo assim, se você fizer um acerto na imagem, consegue
 1632 ter uma boa definição. Mas o Vinicius fez uma colocação que não tinha passado
 1633 pela minha cabeça, que é a de que essa imagem não está atualizada e que a área
 1634 como um todo ainda está sendo explorada. Então eu faria uma pequena correção.
 1635 Antes, eu queria agradecer também ao Vinicius, ao pessoal da Supram Leste,
 1636 pelo reconhecimento da nossa intenção de elevar o padrão das discussões. É um
 1637 agradecimento mesmo. Mas, voltando, eu agora fiquei sem saber, daquela área
 1638 que pegamos no Google, qual seria a que está realmente sendo explorada. Eu
 1639 alteraria o meu condicionante de uma maneira clara e simples. As áreas que não
 1640 forem mais utilizadas deveriam ir sendo recuperadas ao longo do tempo, não é
 1641 esperar todo o processo terminar para fazer um Prad e recuperar tudo. Vai
 1642 recuperando na medida do tempo. Nos casos em que isso for possível. É essa a
 1643 minha sugestão.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Nós temos que ter
 1644 um texto, Julio, para colocarmos em deliberação. Então seria a condicionante:
 1645 ‘Exigir a recuperação das áreas degradadas em paralelo com a expansão desta
 1646 mineração.’ Seriam áreas que não vão ser lavadas mais. É isso?” Conselheiro
 1647 Julio Cesar Dutra Grillo: “Isso, perfeitamente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
 1648 Trovão: “Pode colocar até o prazo no decorrer da licença, durante a validade da
 1649 licença.” Vinicius Valadares Moura/Supram Leste Mineiro: “Presidente, em
 1650 conversa aqui com a equipe, eu penso que nós podemos ser, seguindo a mesma
 1651 linha, um pouco mais conservadores, tendo em vista o início do período chuvoso
 1652 que se aproxima. Eu sugeriria alterar a redação solicitando que o empreendedor
 1653 apresente à Supram Leste. Deixa-me só contextualizar a ideia, e aí a gente
 1654 sintetiza na forma do texto, que eu acredito que possa ir ao encontro do que o
 1655 conselheiro Julio já colocou. Eu sugeriria que seja apresentado pelo
 1656 empreendedor um levantamento de todas as áreas que já não são objeto de lavra
 1657 e o cronograma da execução do Prad nessas áreas. E poderia ter um prazo de
 1658 60 dias para apresentar todas essas áreas, com o cronograma de execução,
 1659 considerando a proximidade do período chuvoso, para poder resguardar, já iniciar
 1660 uma ação que resguarde essas áreas que eventualmente serão objeto da
 1661 recuperação.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Eu acho a sugestão do
 1662 Vinicius melhor do que a minha.” Conselheiro Luiz Henrique Passos Rezende: “Eu
 1663 só queria chamar atenção que a mina não se resume só à questão da frente de
 1664 lavra, em uma frente de lavra existe todo um processo também de outras áreas
 1665 necessárias para que ela seja executada. Então eu sugeriria que essa redação
 1666 fosse colocada de uma forma que as pessoas entendessem. Porque chega uma
 1667 pessoa que não é técnica e começa a exigir coisas que não fazem sentido,
 1668 recuperar uma área que está sendo usada como pátio, recuperar uma área que
 1669 está sendo usada como área de transporte, área de outra coisa dentro da
 1670 empresa.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Nós precisamos de um
 1671 texto para colocar em votação. Vamos colocar um texto básico aqui, que foi a

1672 sugestão do Vinicius, e em cima do texto vamos modificando, porque senão
 1673 ficamos só no campo das ideias e não temos um texto para trabalhar.” Vinicius
 1674 Valadares Moura/Supram Leste Mineiro: “Eu estou digitando agora no chat a
 1675 redação do texto, considerando a sugestão do Luiz também.” Elias Nascimento
 1676 de Aquino lasbik/Supram Leste Mineiro: “Se essa proposta feita pelo Vinicius para
 1677 inclusão ou alteração da condicionante vier como forma de nova condicionante,
 1678 no texto sugerido pelo Julio talvez fosse interessante substituir ‘exigir’ por
 1679 ‘promover’, porque a exigência já está partindo do órgão ambiental como
 1680 condicionante.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Entendi, Elias. Vamos
 1681 colocar primeiro o texto e trabalhamos em cima dele.” Elias Nascimento de Aquino
 1682 lasbik/Supram Leste Mineiro: “Na verdade, a proposta do Vinicius seria em
 1683 substituição mesmo da proposta feita pelo Julio, então não seria necessária a
 1684 adequação que eu sugeri inicialmente.” Conselheiro Paulo Eugênio de Oliveira:
 1685 “A intenção dessa condicionante é que já fossem sendo recuperadas as áreas
 1686 degradadas que não vão ser mais utilizadas. Não é isso? Do jeito que ficou a
 1687 condicionante, ‘apresentar a identificação das áreas degradadas do
 1688 empreendimento’, vai ficar por conta da Supram decidir. Eu acho que está tudo
 1689 bem para todo mundo. A Supram vai entender que é para ele já ir recuperando?
 1690 Porque amanhã alguém da Supram pode falar que o empreendedor pode mandar
 1691 um Prad. ‘Não, mas não acabamos de operar a mina ainda, o Prad é só no final.’”
 1692 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “É por isso que está lá, primeiro a
 1693 Supram deseja que ele identifique as áreas e ele promova o cronograma de
 1694 execução. Então nesse cronograma de execução vai estar a previsão de
 1695 executar.” Conselheiro Paulo Eugênio de Oliveira: “Mas está em aberto. Se o
 1696 empreendedor, no futuro, apresentar um cronograma dizendo que só vai
 1697 recuperar daqui a dez anos quando esgotar a mina, a Supram não vai, legalmente,
 1698 ter na mão o argumento de dizer ‘o objetivo é que vocês fossem recuperando’.
 1699 Não tem nada aqui que prenda a recuperação a uma coisa atual.” Presidente Yuri
 1700 Rafael de Oliveira Trovão: “Então seria colocar ‘paralelo à operação’, o que foi
 1701 sugerido pelo Julio Grillo. ‘... com o cronograma de execução do Prad em paralelo
 1702 à operação’.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Eu acredito que
 1703 o que o Paulo está falando é muito prático. Isso corrobora, inclusive, aquilo que o
 1704 Luiz Henrique comentou de que muitas vezes tem áreas de servidão que não têm
 1705 jeito de recuperar naquele momento, você vai recuperar após uma abertura de
 1706 lavra, o encerramento de uma determinada lavra. Então eu concordo também, eu
 1707 acho que em paralelo você cria uma sinergia entre a operação e a recuperação.”
 1708 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Eu acho que o entendimento está
 1709 bem sedimentado, porque qualquer área que for utilizada futuramente não vai ser
 1710 recuperada. Igual o próprio Henrique já colocou aqui, não tem porquê de
 1711 recuperar uma área em que você vai trabalhar futuramente. Somente essas áreas
 1712 que não serão mais trabalhadas ou não serão utilizadas. Eu acho que ficou bem
 1713 claro para nós.” Representante da J&F Mineração Ltda.: “Em relação à
 1714 condicionante, a empresa está de acordo e concorda em seguir o plano

1715 apresentado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Então eu vou
 1716 colocar em votação. Em votação a inclusão da seguinte condicionante:
 1717 ‘Apresentar à Supram Leste a identificação das áreas degradadas do
 1718 empreendimento, com cronograma de execução do Prad, em paralelo à operação.
 1719 Prazo: 60 dias.” Votos favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM,
 1720 Sindiextra, Fiemg, Relictos, ProMutuca, SME e Abes. Presidente Yuri Rafael de
 1721 Oliveira Trovão: “Inclusão de condicionante aprovada por 12 votos favoráveis.” **7)**
 1722 **PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO**
 1723 **CORRETIVA CONCOMITANTE COM LICENÇA DE OPERAÇÃO. 7.1) Draga**
 1724 **Milan Construtora e Terraplanagem Ltda. Extração de areia e cascalho para**
 1725 **utilização imediata na construção civil. Paracatu/MG. PA 1339/2020, ANM**
 1726 **832.100/2008. Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III,**
 1727 **alínea b). Apresentação: Supram Noroeste. Retorno de vista: ProMutuca.**
 1728 Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Pelas minhas análises, o empreendimento,
 1729 aparentemente, não apresenta problemas para o seu deferimento. As ONGs de
 1730 defesa do meio ambiente não enviaram novas observações sobre esse
 1731 empreendimento, que foi retirado de pauta para complementação e correções
 1732 sugeridas por elas. Diante do exposto, as correções tendo sido efetuadas, a
 1733 ProMutuca se manifesta pelo deferimento.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini
 1734 Nunes de Lima: “Foi pedida vista conjunta, e a posição nossa é pelo deferimento,
 1735 sem maiores problemas.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “A Sra.
 1736 Márcia Alves se inscreveu e disse que somente se houver necessidade. Não foi
 1737 feito nenhum outro destaque. Então eu coloco em votação o item 7.1, Draga Milan
 1738 Construtora e Terraplanagem Ltda. PA 1339/2020. Em votação.” Votos
 1739 favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM, Sindiextra, Fiemg,
 1740 Relictos, ProMutuca e SME. Ausência: Abes. Presidente Yuri Rafael de Oliveira
 1741 Trovão: “Então 11 votos favoráveis e uma ausência.” **8) PROCESSO**
 1742 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 8.1) CSN**
 1743 **Mineração S/A. Pilha de Rejeitos do Fraile II; pilhas de rejeito/estéril; minério**
 1744 **de ferro. Congonhas/MG. PA 1134/2020, ANM 043.306/1956. Classe 4**
 1745 **(conforme Lei nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III, alínea b). Apresentação:**
 1746 **Suppri. Retorno de vista: ProMutuca, SME e Sindiextra.** Conselheiro Julio
 1747 Cesar Dutra Grillo: “O empreendimento tem o aspecto positivo da mudança da
 1748 forma de disposição dos resíduos de mineração. Já é um ganho, um bom passo.
 1749 Agora, observação, as imagens do Parecer Único estão ilegíveis. É possível
 1750 localizar a área no Google Earth com a boa definição, mas é praticamente
 1751 impossível ler as informações escritas nas imagens apresentadas pelo PU. Eu
 1752 reforço o pedido de que as imagens sejam digitalizadas com uma resolução maior.
 1753 Indo para o PU, literalmente, nas páginas 10 e 11, condicionantes para a fase de
 1754 LI 1, 4, 5 e 6. A condicionante 1: ‘Considerando a manifestação pública do
 1755 empreendedor de que existe um plano de descaracterização da barragem Casa
 1756 de Pedra, indicada nesse processo como estrutura de contenção de sedimentos
 1757 da PDE, o empreendedor deverá apresentar um relatório técnico com ART que

1758 justifique a necessidade de lançamento de água e a necessidade de lançamento
1759 de água e finos derivados do dreno de fundo da PDR e o efeito do aporte no
1760 reservatório, considerando os aspectos geotécnicos e o volume atualmente
1761 regularizado para disposição. Deverão ser apresentados os cenários de operação
1762 atual, durante as obras de descaracterização e posterior à mesma e todas as
1763 medidas de controle ambiental propostas, inclusive, nas fases de instalação e
1764 operação da PDR Fraile II.' Condicionante 4: 'Realizar reunião com as
1765 comunidades situadas na AID do empreendimento, com o intuito de dar
1766 publicidade à situação da barragem Casa de Pedra. Na ocasião, deverão ser
1767 abordados no mínimo: apresentação de relatórios técnicos da situação da
1768 barragem em linguagem clara e de fácil entendimento para as comunidades,
1769 apresentação das medidas de prevenção e controle da barragem.' Condicionante
1770 5: '5 - Apresentar relatórios técnicos sobre as reuniões realizadas com as
1771 comunidades, situadas na AID do empreendimento, considerando os requisitos
1772 mínimos abordados na condicionante nº 4.' '6 - Apresentar relatórios técnicos
1773 avaliativos a serem encaminhados ao órgão ambiental contendo, de forma
1774 sucinta, as reclamações, sugestões e demais demandas do público externo, as
1775 providências tomadas e as tratativas quanto os contatos recebidos pela
1776 comunidade...' A comunidade local não reconhece o cumprimento dessas
1777 condicionantes. Eu recebi telefonema de um monte de gente, de um monte de
1778 moradores. Fica claro para mim, no mínimo, que não está havendo uma
1779 interlocução da empresa com a sociedade que lhes possibilite alguma segurança.
1780 No mínimo, essa comunicação da empresa com a sociedade tem que melhorar.
1781 E pelo que eles afirmam esses condicionantes não foram cumpridos. Agora,
1782 novamente, literalmente do Parecer Único. '... A pilha de rejeitos filtrados está
1783 inserida na Sub-bacia do Rio Maranhão, tributário do rio Paraopeba. Houve
1784 supressão de seis cavidades naturais subterrâneas pelo projeto, todas
1785 consideradas como de baixa relevância pela análise técnica. Para instalação da
1786 pilha foi necessária intervenção em 51,63 ha de vegetação nativa, dos quais 40,41
1787 ha são passíveis de anuência pelo órgão federal, que foi emitida em 7/2/2019. As
1788 fitofisionomias afetadas foram Floresta Estacional Semidecidual em estágios
1789 médio e inicial de regeneração, eucalipto com sub-bosque, savana
1790 arborizada/cerrado ralo, brejo. O diagnóstico da fauna apresentou presença de
1791 uma fauna relevante, apesar das alterações na paisagem, e espécies ameaçadas
1792 de todos os grupos de vertebrados. É fundamental, portanto, a manutenção de
1793 corredores ecológicos na área do empreendimento e em todo o complexo,
1794 garantindo a sobrevivência das populações de espécies frágeis...' Eu acho
1795 extremamente importante incluir uma condicionante exigindo a entrega de um
1796 mapa com os corredores ecológicos a serem preservados na área total dos
1797 empreendimentos minerários da CSN em Congonhas e demais municípios das
1798 áreas direta e indiretamente afetada. A divisão de um grande empreendimento
1799 em pequenas partes nos impede de entender o empreendimento como um todo.
1800 No caso dos corredores, se continuarem com os licenciamentos de pequenos

1801 pedaços, estaremos perdendo as possibilidades de preservar os corredores mais
1802 importantes. Levando em consideração a troca de disposição dos rejeitos em
1803 barragem pela disposição a seco em pilha, a minha tendência seria pelo
1804 deferimento. Mas, após receber os relatos das ONGs e de moradores locais, o
1805 meu voto é pelo indeferimento ou então retirada de pauta, para que a sociedade
1806 possa nos dizer que sentem que aqueles condicionantes foram cumpridos e para
1807 que a mineradora nos apresente alguma coisa em relação aos corredores
1808 ecológicos. Se não for possível a retirada de pauta, o meu voto seria pelo
1809 indeferimento.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço ao Julio. Da
1810 mesma forma que os demais processos, eu não vou retirar de pauta neste
1811 momento e solicito à equipe da Suppri que, antes de adentrarmos ao mérito da
1812 questão, me auxilie nesta decisão.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Nós
1813 fizemos análise do processo, entregamos o parecer dentro do prazo regimental,
1814 vimos que a análise foi feita corretamente, seguindo todos os parâmetros
1815 possíveis a serem considerados. E no final dessa análise o nosso parecer é pelo
1816 deferimento nos termos do parecer.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes
1817 de Lima: “A minha complementação é de apoio ao relatório e ao deferimento.”
1818 João Batista/Mineração S/A: “Senhor presidente, eu gostaria de fazer uma
1819 apresentação prestando maiores esclarecimentos sobre a fala do Sr. Salvio, sobre
1820 o que ele disse de que a CSN lançou milhares de toneladas de rejeito em sua
1821 propriedade. Neste primeiro slide, eu apresento para os senhores uma imagem
1822 plana localizando a Área Sul da mina Casa de Pedra. Nessa imagem, os vários
1823 afluentes do rio Maranhão. E o afluente onde tem o direcionamento para o fluxo
1824 de água para o sítio. No próximo slide, eu mostro uma imagem da Área Sul para
1825 que os senhores possam visualizar cada vertente para curso d’água, mostrando
1826 que não teve nenhuma contribuição de rejeitos, seja da área operacional ou
1827 mesmo da barragem Casa de Pedra, que está mais acima, fazendo uma distinção
1828 do vale onde houve o carreamento, que foi proveniente de uma manutenção de
1829 estrada. Então o que ocorreu? Nessa manutenção de estrada, em virtude do
1830 patrolamento da mesma, houve a desagregação de materiais, acabou carregando
1831 material para a propriedade do sítio Sobradinho. Nós ficamos sabendo que
1832 chegou esse material a esse sítio via Secretaria de Meio Ambiente do município
1833 de Congonhas, em função de uma denúncia que o proprietário fez, e logo de
1834 imediato nós fizemos uma varredura em toda a área para identificar a causa do
1835 ocorrido e constatamos que esse material que carregou para esse sítio foi
1836 proveniente da estrada. Logo a seguir, nós fizemos alguns Samps às margens
1837 dessa estrada para conter esses sedimentos, uma vez que a estrada é bastante
1838 íngreme e aumenta muito a velocidade de escoamento da água de chuva e com
1839 isso carrega esses sedimentos. Então nós fizemos mais três Samps. A estrada já
1840 continha quatro Samps, e nós aumentamos para sete. E teve um resultado muito
1841 positivo, e até hoje estão funcionando em perfeita condição. O próximo slide
1842 apresenta as fotos que nós retiramos do relatório da ProMutuca. Esse curso
1843 d’água, quando entra na propriedade do sítio Sobradinho, entra através de um

1844 canal, que me parece que foi escavado à mão, o famoso rego, e esse rego
1845 percorre certo trecho com canal aberto. O trecho mais à frente via tubulação. Não
1846 sei se suficiente para garantir o escoamento de uma pluviometria mais alta. E
1847 depois cai em duas lagoas. Uma lagoa é de porte menor, e a outra é maior, como
1848 vou apresentar no slide seguinte. Por que nós acreditamos que esse material foi
1849 proveniente da estrada? Porque a característica visual do material tem um
1850 aspecto muito parecido com o aspecto da estrada. Nós trazemos uma imagem
1851 atualizada, tirada na quarta-feira passada, e apresentamos o caminhamento
1852 desse curso d'água dentro da propriedade de Sobradinho. O ponto onde entra no
1853 bueiro da malha ferroviária da MRS. Tem um caminhamento por canal, e no curso
1854 d'água natural deveria descer, mas, no entanto, foi desviada por meio de um rego.
1855 Interrompe o canal aberto, segue por tubulação fechada sob essa área e de novo
1856 continua em canal aberto em formato de rego e cai na primeira lagoa. E deságua
1857 na segunda, que é uma lagoa um pouquinho maior. Aquela primeira foto que foi
1858 apresentada no relatório da ProMutuca, e vocês podem ver que não foi uma
1859 quantidade significativa de material carreado para a propriedade. E por que esse
1860 material acabou sendo contido aí? Porque o entroncamento dessa tubulação tem
1861 um diâmetro bem menor do que apresenta nesse rego. Pela nossa medida via
1862 foto, deve ter em torno de no máximo 50 cm de largura. Temos fotos ilustrando a
1863 entrada dentro da propriedade. A foto nº 2 apresenta a continuidade do rego e
1864 onde o curso d'água deveria passar naturalmente. Vocês podem ver que o
1865 volume, as milhares de toneladas de materiais informadas pelo sitiante, não é
1866 verdade. Tanto é que ele não permitiu. Nós tentamos por várias vezes fazer a
1867 limpeza desse rego, e ele não nos consentiu. E me parece que ele mesmo fez a
1868 limpeza, e os finos foram retirados manualmente, através de pás, e jogado o
1869 material nas ombreiras. A foto 3 apresenta a chegada do canal. A foto 4, a primeira
1870 lagoa, e a 5, a segunda lagoa. E fotos que tiramos também na quarta-feira, e o
1871 curso d'água está bem preservado. E por fim apresentamos uma imagem com as
1872 propriedades que nós adquirimos nos últimos dez anos. Nós adquirimos essas
1873 propriedades em cima de um planejamento. Tinha vários sitiantes entre o rio
1874 Maranhão e a malha ferroviária, e nas margens estava avançando um processo
1875 de desmatamento. Em função de ser um rio bastante sinuoso, nos seus meandros
1876 já estavam provocando grandes erosões, e essas erosões avançando em direção
1877 à malha ferroviária. Foi um dos motivos que fizeram com que nós avançássemos
1878 também na aquisição dessas propriedades. Foram várias propriedades
1879 adquiridas, realizamos projetos, propostas de compensação em APP para
1880 regularização. É também com finalidade para compensação de APP a aquisição
1881 dessa propriedade. Ainda não desistimos de fazer essa compra. As negociações
1882 com sitiantes remontam de datas bem anteriores ao que ocorreu com esse
1883 carreamento de sedimentos por chuvas para essa propriedade. Não tem nada a
1884 ver com o ocorrido. E aqui, finalizando, eu apresento para vocês o que realmente
1885 aconteceu. Não foi nenhum acidente caracterizando lançamento de rejeito ou
1886 mesmo vazamento de barragem ou mesmo carreamento de sedimentos

1887 provenientes de pilha. Então de manutenção de estrada vicinal.” Marcelo Augusto
1888 Barros: “Eu gostaria de contribuir com vocês, com uma informação muito simples
1889 e objetiva. Eu faço parte de alguns conselhos aqui em Congonhas, e entre eles o
1890 Conselho de Segurança Pública de Congonhas. Nós temos um comitê na CSN –
1891 eu acho que não divulgam isso, mas eu acho muito importante – que tem
1892 participação da sociedade, bem abrangente, tem representante da OAB,
1893 representante da Saúde, representante da educação, representante do comércio.
1894 Então é um comitê muito grande. Nós temos reuniões bimestrais, em que a CSN
1895 apresenta todos os trabalhos que ela desenvolve. É preocupante quando vemos
1896 que eles fazem um trabalho, apresentam, e as pessoas falam que não tem. Isso
1897 me deixa muito preocupado, porque nós somos voluntários, todos nós, exercendo
1898 um trabalho, acompanhando, fiscalizando, com certeza, todo o trabalho a CSN. E
1899 tem que só agradecer essa oportunidade que nos engrandece enquanto pessoas
1900 e contribuintes para a sociedade. A minha fala hoje seria apenas sobre isso,
1901 porque o pessoal tem que acompanhar o que acontece, procurar saber o que
1902 acontece. Não adianta ficar de longe atirando pedras, enquanto o que está
1903 acontecendo é uma outra realidade. Não mereceria pedras, mereceria respeito e
1904 apoio para continuar agindo da forma correta. Basicamente, é isso. É muito
1905 importante que vocês, toda a sociedade, saiba que existe esse comitê. Esse
1906 comitê funciona desde o ano passado, temos bimestrais, e todas as ações da
1907 CSN são apresentadas: meio ambiente, segurança, tem um programa de
1908 prevenção da Covid, é um negócio que passa pelo comitê, que tem toda a
1909 sociedade representada. Era só isso que eu queria dizer a vocês. Mais uma vez,
1910 espero estar sempre contribuindo para que essa informação seja divulgada,
1911 porque nós estamos lá contribuindo para a sociedade e não para A ou B ou C.”
1912 Eduardo Sanches/CSN Mineração: “Eu queria só contextualizar, rapidamente,
1913 esse projeto, que está dentro do processo de descaracterização da barragem.
1914 Nós não mais estamos utilizando as barragens para recebimento de rejeito, desde
1915 o ano passado. O processo hoje é 100% filtrado e empilhado. E em decorrência
1916 da necessidade de nós termos que ajustar alguns parâmetros, inclusive a falta de
1917 área, para podermos fazer o empilhamento, nós tivemos que, inclusive, reduzir a
1918 nossa produção praticamente um terço em relação ao ano passado. Isso teve um
1919 impacto significativo na cidade de Congonhas em relação aos impostos,
1920 obviamente. E nós já estamos planejando com essa área já retomar a nossa
1921 produção normal em relação ao ano passado. E lembrando que o nosso projeto
1922 consiste, além de processar o material vindo da mina, processar também o
1923 material das barragens. Como não estamos mais utilizando, entramos no
1924 processo agora de eliminação dessas barragens. Então a importância desse
1925 processo de licenciamento para a continuidade operacional. E para que
1926 eliminemos as nossas barragens, o que é o clamor de toda a sociedade, nós
1927 precisamos, nós precisamos de área para poder fazer o empilhamento. O
1928 processo tem que ter início, meio e fim. E obviamente que passa por esse
1929 processo de empilhamento.” Conselheiro Luiz Henrique Passos Rezende: “O

1930 Geandré e o Tadeu que estão representando a CSN? Eu queria que eles fizessem
1931 um resumo de todo esse processo dessa pilha e qual é a vantagem da aplicação
1932 dela e o que ela está trazendo de ganho com a barragem da CSN. Só para
1933 contextualizar.” Geandré Ernesto/CSN Mineração: “Em resposta à solicitação do
1934 Luiz Henrique, contextualizando com relação à questão de implantação da pilha,
1935 vale ressaltar a importância, exatamente, desse processo de empilhamento,
1936 principalmente considerando o posicionamento da CSN hoje realmente, dada a
1937 descaracterização de todas as suas barragens de contenção de rejeitos. A pilha
1938 e as demais pilhas licenciadas fazem parte de um projeto integrado e visam
1939 exatamente dar continuidade às operações da CSN Mineração. Todo esse projeto
1940 está sendo implantado com as melhores práticas da engenharia, com vários
1941 estudos, inclusive, considerando a compactação e umidade desse rejeito que está
1942 sendo empilhado de forma a garantir exatamente que a estrutura comece, desde
1943 sua fundação, de forma segura e que não comprometa exatamente a sua
1944 implantação durante os anos. Vale ressaltar que estamos elaborando também
1945 vários estudos referentes a essa questão, principalmente do comportamento do
1946 próprio rejeito, uma vez que a nossa ideia é fazer com que a condição do rejeito
1947 esteja em uma condição dilatante e não contrátil, diferenciado do rejeito lançado
1948 no reservatório de barragem. E de forma assim garantir que a pilha se integre de
1949 forma adequada e segura ao meio ambiente. E esse é o nosso grande objetivo.”
1950 Conselheiro Luiz Henrique Passos Rezende: “Qual é o ganho que tem
1951 implantando e não lançando rejeitos nas outras barragens?” Geandré
1952 Ernesto/CSN Mineração: “A vantagem é exatamente isso. Hoje, por exemplo, nós
1953 não estamos lançando rejeito no reservatório de Casa de Pedra em função
1954 exatamente desse processo de empilhamento filtrado, e isso traz um ganho
1955 enorme para a estrutura, uma vez que se eliminam os carregamentos sobre ela.
1956 Mesmo a barragem Casa de Pedra sendo uma barragem de alteamento a jusante,
1957 a intenção da CSN é de eliminar totalmente as barragens. E aí no caso da
1958 implantação do empilhamento de rejeito filtrado não mais utilizaremos essas
1959 barragens, no caso, a barragem Casa de Pedra, para esse fim. As solicitações na
1960 própria estrutura serão praticamente cessadas, estarão hoje os carregamentos
1961 que já estão. Porque aí já fazem parte, já está, inclusive, o próprio volume da
1962 estrutura já calculado, para questões de amortecimento de cheias. Enfim, essa é
1963 a grande vantagem nesse processo.” Conselheiro Luiz Henrique Passos
1964 Rezende: “Talvez eu faça uma pergunta técnica até meio chata. Eu queria saber
1965 assim: 1 m³ dessa pilha seria quantos metros cúbicos na barragem?” Geandré
1966 Ernesto/CSN Mineração: “Depende, inclusive, da própria densidade desse
1967 material, considerando que na barragem esse material vai estar saturado. Eu não
1968 vou saber dizer exatamente a relação, mas a diferença é mínima. Então
1969 consideramos exatamente esse volume. No caso, seria a água, porque vamos
1970 estar tirando o sólido.” Conselheiro Luiz Henrique Passos Rezende: “E seria
1971 quantos por cento do volume?” Geandré Ernesto/CSN Mineração: “Algo em torno
1972 de 30%.” Conselheiro Luiz Henrique Passos Rezende: “Você lança com quanto

1973 de umidade? Quando você lança a polpa, você lança com quanto de umidade na
 1974 barragem?” Geandré Ernesto/CSN Mineração: “A polpa vai com 30% de umidade.
 1975 Eu estou considerando aí, no caso, o resultado para concepção da pilha, algo em
 1976 torno de 14% de umidade para iniciar o processo de compactação. Inclusive,
 1977 existe uma margem de erro. Então seria mais ou menos essa relação.”
 1978 Conselheiro Luiz Henrique Passos Rezende: “Eu vejo mais do que isso, porque
 1979 vai compactar, vai trazer segurança, o rejeito compactado não liquefaz. Eu vejo
 1980 outra vantagem: redução completa de risco de ter uma liquefação, de ter um
 1981 acidente com a barragem.” Geandré Ernesto/CSN Mineração: “Obrigado pela
 1982 oportunidade de esclarecer, mas o que estou falando é exatamente isso. Nesse
 1983 processo, fazendo controle de umidade e mais compactação, o rejeito não vai ter
 1984 essa característica contrátil que pode causar a liquefação. Vai ser sempre um
 1985 rejeito dilatante nesse processo, que vai ser desde o início ensaiado, avaliado,
 1986 analisado, fazendo um processo de melhoria contínua.” Conselheiro Carlos
 1987 Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Eu acho que o que foi falado pelo pessoal técnico
 1988 da CSN, principalmente quando o Eduardo Sanches comentou, e depois o
 1989 Marcelo, o Geandré, eu vejo o seguinte. Todos nós estamos buscando soluções
 1990 para minimizar problemas de barragens. Então isso nós aqui do Conselho, da
 1991 CMI, eu acho que temos que aplaudir. E nós como defensores disso estamos
 1992 aplaudindo esse trabalho da CSN.” Rodrigo Ribas/Suppri/SEMAD: “A minha
 1993 introdução, Julio, é só uma pequena crítica ao seu pedido de vista em relação ao
 1994 aproveitamento de coproduto. Eu entendo o seu acordo com as ONGs, respeito.
 1995 De maneira alguma nós estamos aqui criticando o seu direito de pedir vista e o
 1996 seu dever para com os seus companheiros. A única coisa que ficou ruim é você
 1997 falar que os conselheiros querem verificar se há alguma irregularidade ou
 1998 ilegalidade, alguma coisa escondida no processo. Desculpa, Júlio, eu não posso
 1999 concordar com isso. Nós não nos escondemos, não criamos irregularidades ou
 2000 ilegalidades em processo nenhum. Nós já fomos auditados por diversas vezes
 2001 nos nossos processos. São processos sempre em evidência tanto dentro quanto
 2002 fora do COPAM. É claro. E nós nos orgulhamos muito. Claro, nós cometemos
 2003 erros materiais e erros formais, como qualquer pessoa pode cometer erro, mas
 2004 até hoje nós temos uma avaliação que é ilibada em relação à regularidade e à
 2005 legalidade dos nossos processos. Nós discordamos – é claro –, muitas vezes,
 2006 mas somos pautados pelo princípio da legalidade o tempo todo. Peço suas
 2007 desculpas, Julio, não é uma crítica pessoal a você. Eu entendo que os seus
 2008 companheiros tratam dessa maneira, e você nunca tratou. Entendo seu respeito
 2009 inabalável pelo processo e pela Suppri, mas eu queria só fazer esse registro.
 2010 Depois você me critica, depois você briga comigo, Julio. Deixa as meninas
 2011 responderem tudo, e depois eu vou continuar aqui.” Conselheiro Julio Cesar Dutra
 2012 Grillo: “Rodrigo, eu não vou brigar com você, mesmo porque eu acho que houve
 2013 um equívoco na interpretação. Certamente, falha na minha comunicação. O que
 2014 eu quis ali dizer é o seguinte: a sociedade local, as ONGs, de uma maneira geral,
 2015 perderam completamente a confiança nas mineradoras como um todo, em todas

2016 elas. Isso não significa a perda da confiança, por exemplo, em vocês, nos
2017 servidores da SEMAD. Mas vamos deixar clara aqui uma coisa: toda informação
2018 que for omitida pelos empreendedores não será analisada por vocês. E eu não
2019 estou fazendo uma crítica a vocês, isso faz parte do processo. Por exemplo, nós
2020 já tivemos casos de falseamento de informações. Por exemplo, Córrego do Feijão
2021 foi um caso de falseamento de informação. E o próprio Yuri já colocou em reuniões
2022 passadas que vocês partem do princípio de que vocês têm que confiar na
2023 fidedignidade da informação recebida. Então só resta para as ONGs locais elas
2024 tentarem averiguar a omissão de alguma informação ou a distorção de alguma
2025 informação. Esse exemplo da CSN para mim é um exemplo claro. Até o Marcelo,
2026 representando a sociedade, veio aqui e disse que a sociedade está informada. O
2027 pessoal que me liga, o pessoal que me procura – e, por exemplo, eu acho que
2028 vale a pena talvez escutar o Sandoval – dá uma informação completamente
2029 diferente dessa, não dá uma informação de que a sociedade está devidamente
2030 informada e de acordo com o processo. Eu acho que está faltando informação.
2031 No caso do 13.1, é o seguinte: eu sou a favor de um empreendimento como esse
2032 do Coprodutos, eu venho lutando por isso há muito tempo, mas não posso deixar
2033 de dar para as ONGs o tempo necessário para que elas possam apresentar
2034 qualquer consideração a respeito.” Rodrigo Ribas/Suppri/SEMAD: “Eu confesso
2035 que de maneira alguma eu me senti agredido nem acho que vocês desconfiam de
2036 nós. É só a colocação mesmo. O Sandoval nos envia fotos semanalmente. Nós
2037 somos acessados pela sociedade. O Neylor também, que o secretário municipal
2038 de Meio Ambiente, nos provoca muito. Então tem mais informação do que talvez
2039 transpareça ter.” Mariana Antunes Pimenta/Suppri/SEMAD: “A primeira coisa que
2040 eu acho que é importante mencionarmos é que esse processo é um processo de
2041 Licença de Operação, então os quesitos de viabilidade já foram tratados no
2042 parecer de LP-LI, que já foi pautado nesta Câmara. Então nós vamos tratar dos
2043 itens relativos à instalação do empreendimento, que são tratados na Licença de
2044 Operação e que foram mencionados no parecer de vista do Sr. Julio Grilo. A
2045 primeira delas é relativa às imagens. Nós temos as imagens disponíveis, se vocês
2046 quiserem ver alguma delas. Nós pedimos desculpas pela resolução, vamos tentar
2047 melhorar esse item. A segunda é relativa ao não cumprimento de algumas
2048 condicionantes, conforme mencionou a comunidade local. O cumprimento dessas
2049 condicionantes foi entregue pelo empreendedor. A primeira delas foi replicada no
2050 nosso parecer, por não ter sido respondida na íntegra. Então é uma condicionante
2051 do parecer de LO. As condicionantes 4 e 5 foram respondidas conjuntamente por
2052 se tratarem das reuniões, e foram apresentados relatórios técnicos dessas
2053 reuniões – que foram realizadas pelo Comitê CSN, que é uma organização que a
2054 CSN fez com entidades da sociedade – periódicas, incluindo vários temas,
2055 inclusive, o tema de barragens. O Sr. Marcelo Augusto chegou a comentar, mas
2056 esses comprovantes desses relatórios técnicos estão no processo. Claro que se
2057 houver alguma outra informação a equipe recebe. Com relação aos relatórios
2058 técnicos contendo as reclamações, sugestões e outras demandas do público

2059 externo, a CSN também apresentou – consta no processo – três reclamações
2060 nesse período de instalação do processo, feitas pelo Sr. Adeilton, Sr. José Miguel
2061 dos Santos e Sr. Geraldo Souza Dantas, sobre limpeza e poeira. A empresa fez
2062 um ofício informando as medidas de controle que ela tem. Ou seja, essas
2063 condicionantes se encontram cumpridas, pelo entendimento da Suppri, da equipe
2064 técnica. Quanto a sua recomendação, Sr. Julio, sobre corredores ecológicos, nós
2065 concordamos. Foi feita uma análise local sobre esses corredores ecológicos no
2066 âmbito deste processo, a CSN apresentou algumas medidas, mas que a equipe
2067 técnica ainda considera que são tímidas. E nós gostaríamos de sugerir que isso
2068 fosse tratado de uma forma mais ampla no processo de revalidação. O processo
2069 de revalidação já está em análise com a Suppri, a equipe técnica se compromete
2070 a fazer essa análise de uma forma mais ampla e tratar disso com instrumento
2071 adequado. Porque estamos agora na Licença de Operação de um
2072 empreendimento que já se encontra instalado e que os corredores locais foram
2073 tratados no processo de LP+LI. Então, se o senhor concordar, fica essa sugestão
2074 nossa de tratar com o instrumento mais adequado. Qualquer outra dúvida relativa
2075 a desempenho ambiental que foi verificado no parecer, nós estamos às ordens e
2076 nos colocamos à disposição.” Angélica Aparecida Sezini/Suppri/SEMAD: “Eu
2077 queria fazer apenas uma pontuação em relação ao que o Sr. Salvio Caiafa
2078 apresentou no parecer de vista que o Dr. Julio nos trouxe, porque é uma questão
2079 jurídica, envolve uma questão jurídica, e eu acho importante esclarecermos isso.
2080 O Sr. Salvio relatou uma questão de um dano ambiental que já foi falado
2081 inicialmente. Nós da Suppri somente tivemos a notícia dessa questão com o
2082 parecer de vista. Então esse assunto só chegou ao nosso conhecimento no
2083 parecer. Nós vimos que o Sr. Salvio tomou todas as providências necessárias em
2084 relação à fiscalização municipal, o município atuou, conforme foi demonstrado,
2085 através de auto de infração. E no âmbito municipal todas as providências foram
2086 tomadas. Como há um dispositivo na Lei Complementar 140 que diz que a
2087 Unidade Federativa que licencia o empreendimento é também responsável pela
2088 autuação, quando necessária, nós da Suppri decidimos que vamos averiguar o
2089 que aconteceu e, se for o caso, nós vamos fazer as autuações devidas, de acordo
2090 com a legislação estadual, pelo dano causado, pela falta de comunicação desse
2091 dano ao Estado. Que cabe aplicação do Decreto 47.383, o código 116. Mas isso
2092 vai acontecer no momento posterior, que é o momento em que vamos avaliar essa
2093 questão com mais profundidade. De qualquer maneira, quero frisar que esse tema
2094 só nos chegou ao conhecimento através do parecer e que, sendo necessário,
2095 vamos tomar as providências que dizem respeito às autuações devidas e
2096 aplicação da legislação estadual.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu
2097 volto ao Conselho. Alguma consideração? Então, pelas considerações feitas, eu
2098 vou manter o processo em pauta e já vou encaminhá-lo para votação. Item 8.1,
2099 CSN Mineração S/A. Processo Administrativo 1134/2020. Em votação.” Votos
2100 favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM, Sindiextra, Fiemg, SME
2101 e Abes. Voto contrário: ProMutuca. Abstenção: Relictos, ProMutuca. Justificativas

2102 de abstenção e de voto contrário. Conselheiro José Angelo Paganini: “Pela
 2103 abstenção. É positiva a forma de disposição de resíduos, mas falta uma interação
 2104 mais efetiva e positiva da empresa na sociedade civil. Por essa razão estamos
 2105 nos abstendo.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Meu voto é contra. Levando
 2106 em consideração a troca de disposição de rejeitos em barragem pela disposição
 2107 a seco em pilha, a minha tendência seria realmente pelo deferimento do PU. Mas,
 2108 após receber os relatos das ONGs e dos moradores locais e de nesse Parecer
 2109 Único ter a ausência de proposta de produção de corredores... Aqui eu abro um
 2110 parêntese. Ótima iniciativa de realizar os estudos de forma integrada, que bom,
 2111 parabéns para vocês. Mas o fato de isso não estar nesse PU. E agora a
 2112 consideração final e definitiva. Eu não tenho mais a menor dúvida de que está
 2113 havendo uma falta imensa, uma falha imensa na comunicação entre a empresa e
 2114 a sociedade local. Essa coisa tem sido exacerbada nos últimos tempos, por
 2115 exemplo, pela questão de partículas no ar, a poeira que a cidade está
 2116 enfrentando. Quer dizer, uma grande maioria da sociedade ali está muito pouco
 2117 satisfeita com essa comunicação. Então talvez até não esteja havendo
 2118 interlocução dos representantes da sociedade que estão nesse grupo formado
 2119 pela CSN para trocar as ideias, talvez falte a comunicação desse grupo com o
 2120 restante da sociedade. Eles podem estar representando uma pequena parte, não
 2121 estarem representando o todo. Eu não quero fazer um diagnóstico aqui mesmo
 2122 porque não tenho todos os elementos. O diagnóstico que eu faço é que a falha de
 2123 comunicação está muito grande. Em função disso e dando crédito aos relatos das
 2124 ONGs locais, o meu voto é contrário.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:
 2125 “Então processo deferido por dez votos favoráveis, um contrário e uma
 2126 abstenção.” **9) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE**
 2127 **RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 9.1) Belmont Mineração Ltda.**
 2128 **Lavra subterrânea de pegmatitos e gemas; lavra a céu aberto, minerais não**
 2129 **metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento; pilhas de**
 2130 **rejeito/estéril; unidade de tratamento de minerais (UTM), com tratamento a**
 2131 **úmido; postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento,**
 2132 **instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e**
 2133 **postos revendedores de combustíveis de aviação. Itabira/MG. PA**
 2134 **00062/1994/017/2019, ANM 830.142/1978. Classe 5. Apresentação: Supram**
 2135 **Leste Mineiro. Retorno de vista: ProMutuca, SME, Sindiextra e Fiemg.**
 2136 Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “A renovação da licença operacional,
 2137 aparentemente, não apresenta problema. O Movimento pelas Serras e Águas de
 2138 Minas (MOVSam), pela Teca... E vou abrir um parêntese para novamente elogiar
 2139 o trabalho da Teca, que tem sido incansável e com a qualidade de trabalho nota
 2140 100. Mas ela tentou localizar no território de Itabira pessoas ou organizações que
 2141 conhecessem o empreendimento para poder analisar conjuntamente o pedido de
 2142 renovação de Licença de Operação ou contribuir com considerações. Mas não
 2143 encontrou ninguém. Isso porque nesse município as questões envolvendo a Vale
 2144 estão absorvendo toda a atenção da sociedade civil organizada. Nesse caso, na

2145 falta de qualquer outra observação, a ProMutuca vota pelo deferimento, pela
 2146 aprovação do projeto.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “O
 2147 nosso parecer é pelo deferimento. O relato de vista foi conjunto com o Sindiextra
 2148 e a Fiemg.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Como o Orsini falou, o relato
 2149 de vista conjunto é pelo deferimento nos termos do Parecer Único da Supram.”
 2150 Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “O Orsini e a Denise já mencionaram
 2151 o parecer conjunto pelo deferimento.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:
 2152 “Algum destaque por parte dos conselheiros? Não há? Nós temos três inscritos,
 2153 somente se houver necessidade. Nenhum destaque por parte dos conselheiros,
 2154 eu vou encaminhar para votação. A equipe do Leste quer se manifestado? Eu vou
 2155 encaminhar então para votação. Em votação, item 9.1, Belmont Mineração Ltda,
 2156 Processo Administrativo 00062/1994/017/2019. Em votação.” Votos favoráveis:
 2157 Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM, Sindiextra, Fiemg, Relictos,
 2158 ProMutuca, SME e Abes. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Processo
 2159 deferido por 12 votos favoráveis.” **10) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA**
 2160 **EXAME DE ADENDO A LICENÇA DE OPERAÇÃO. 10.1) Mineração Riacho**
 2161 **dos Machados Ltda. Lavra a céu aberto. Minerais metálicos, exceto minério**
 2162 **de ferro. Riacho dos Machados e Porteirinha/MG. PA 11961/2009/005/2013,**
 2163 **ANM 831.005/1982 e 833.480/2006. Classe 6. Apresentação: Supram Norte de**
 2164 **Minas. Retorno de vista: ProMutuca, SME, Sindiextra e Fiemg.** Conselheiro
 2165 Julio Cesar Dutra Grillo: “O Parecer Único de adendo à Licença de Operação,
 2166 aparentemente, não apresenta maiores problemas. Mas quando consultamos a
 2167 sociedade local encontramos uma série de problemas e reclamações não
 2168 abordados no Parecer Único. Sendo assim, solicitamos a retirada de pauta para
 2169 que os problemas apresentados pelas ONGs e citados no nosso relatório de visita
 2170 sejam solucionados. Caso a retirada de pauta não seja possível, recomendamos
 2171 a inserção, no Parecer Único, das condicionantes apresentadas nas
 2172 considerações finais das manifestações das ONGs de defesa do meio ambiente,
 2173 páginas 5, 6 e 7 do parecer de vista. Então dizemos mais ou menos o que seria.
 2174 ‘Em caso de negativa de baixa em diligência por parte do presidente da
 2175 CMI/COPAM, que conduzirá a reunião, propõem-se as seguintes alterações de
 2176 condicionantes conforme aqui descrito. 1. Alterações dos prazos de comprovação
 2177 de cumprimento das condicionantes propostas no PU, da seguinte forma. Para
 2178 antes do início das atividades autorizadas pela AIA. Condicionantes 1, 4, 5, 6, 7,
 2179 10, 12, 14 e 18. Para enquanto durarem as atividades de supressão da vegetação,
 2180 com periodicidade quinzenal. Condicionante 8. Justificativa. As condicionantes
 2181 propostas pela Supram Norte aqui citadas devem ter a sua comprovação de
 2182 cumprimento em tempo anterior ao início das atividades, uma vez que devem
 2183 estar comprovadas com antecedência as suas consequências ambientais e as
 2184 sociais em relação aos impactos associados, obedecendo-se aos princípios
 2185 constitucionais da precaução e prevenção, além de outros aspectos legais, a
 2186 exemplo do artigo 32 da Lei 11.428. Condicionantes 5, 6 e 7. E que seja incluída
 2187 uma nova condicionante. Proposta - Que seja instituído um grupo de discussão e

acompanhamento das atividades relacionadas aos impactos diretos e indiretos às comunidades do entorno da cava, formado por conselheiros do COPAM e Supram Norte, representantes das comunidades do entorno, Ministério Público e quem mais se dispuser. O objetivo desse grupo seria o de propor, junto ao órgão ambiental licenciador, ações de mitigação, compensação e monitoramento dos impactos gerados pela atividade minerária no entorno do empreendimento. Prazo: antes do início das atividades autorizadas. Outras considerações. 1. Que as áreas de compensação pela supressão de vegetação nativa e intervenções em APPs sejam selecionadas em locais situados no entorno do empreendimento, a fim de melhor mitigar e compensar os impactos associados a essas atividades. Em caso de impossibilidade de cumprimento das compensações nesses locais, deverá ser devidamente justificado pelo empreendedor e/ou Supram, sobre a escolha e definição das áreas propostas no Parecer Único da Supram Norte. 2. Que haja a contratação de uma empresa acreditada para realizar as análises de amostras de água e solo para confrontar com as análises obtidas pela própria Mineração Riacho dos Machados (MRDM). As amostragens deveriam ser coletadas trimestralmente em diferentes pontos dentro da área total que compreende a MRDM, e ao final de cada ano seria elaborado um parecer com os resultados comparativos entre a empresa contratada e a MRDM. Existem boas opções de empresas para essa possível contratação, e já foi estabelecido contato com algumas empresas para viabilidade de orçamento. Os parâmetros seriam os seguintes:’ E aí o pessoal enviou uma tabela, que eu não vou ler aqui, porque é uma tabela relativamente extensa. Então nós sugerimos a inclusão desses condicionantes e a alteração em alguns outros.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, conselheiro Julio. Eu já vou adiantar aqui, que como esse processo é lá da Supram Norte, embora não tenha sido eu que tenha feito o controle processual – eu assino de acordo –, nós temos ciência desse processo. A questão por que eu não vou tirá-lo de pauta. As questões colocadas no parecer do conselheiro são pertinentes, mas não são afetas a esse processo. O que esse processo visa, apenas, é deliberar sobre uma supressão de vegetação em virtude do aumento da cava, da expansão da cava. A própria expansão da cava não tem nem parâmetro na Deliberação 217. Então o que nós estamos avaliando é apenas a supressão de vegetação e acrescer o número do DNPM ao certificado, que já foi objeto de análise da licença anterior. Então todas essas questões colocadas em relação a comunicação com a comunidade, as questões vindas em relação às condicionantes, ao cumprimento ou não, elas serão tratadas no processo de revalidação, que está sendo analisado na Superintendência. Então eles já entraram com processo de revalidação, está sendo avaliado e, posteriormente, será colocado aqui para apreciação dos senhores. Então em virtude de as colocações no parecer não serem afetas, em sua grande maioria, que poderia levar à retirada de pauta, eu vou manter o processo em pauta. Tem até no momento do parecer falando sobre a barragem de água, e ela foi vista em outro processo. Inclusive, em outro processo já deferido. Então são questões realmente

2231 pertinentes. Disso não resta dúvida alguma, que são pertinentes, mas não são
2232 afetas a esse processo, que é apenas de intervenção sobre a vegetação. E aí eu
2233 até leio aqui para os senhores o parágrafo 2º do artigo 31 do Regimento Interno:
2234 'Fica vedada a discussão de matéria já deliberada nas fases anteriores do
2235 processo de licenciamento, sem prejuízo do poder-dever de autotutela pelo
2236 Colegiado.' Então nós não estamos aqui diante do poder de autotutela, revendo
2237 aqui o processo de licenciamento, e essas questões são afetas à revalidação em
2238 si. Então assim eu mantenho o processo em pauta. Em relação às condicionantes
2239 sugeridas, nós vamos discuti-las, uma por uma, com a equipe técnica.”
2240 Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Inicialmente, eu queria
2241 compactuar com a colocação feita neste momento pelo Dr. Yuri no processo de
2242 validação, uma vez que existem outros condicionantes que são inegáveis que
2243 estão fora da atual colocação feita, que é exatamente a ampliação de talude de
2244 lavra. Ou seja, trata-se de uma medida técnica de ampliação da cava, que vem
2245 possibilitar – este é o nosso parecer – a segurança da respectiva lavra com a
2246 melhor estabilidade dos taludes e, conseqüentemente, pela segurança dos
2247 trabalhadores, dos funcionários e, conseqüentemente, do funcionamento com
2248 mais sustentabilidade operacional do empreendimento. Nós nos detivemos,
2249 exclusivamente, a esse aspecto da ampliação do talude de lavra, com
2250 conseqüente retirada de florestas, de área de vegetação. Então o nosso parecer
2251 é pelo deferimento e, evidentemente, também na consecução disso, nas palavras
2252 que o próprio presidente Yuri Trovão colocou, que se refere a outro processo.
2253 Essas são as minhas considerações. Não sei se Denise e Thiago pretendem falar
2254 algo, porque pedimos a vista em conjunto.” Conselheira Denise Bernardes Couto:
2255 “O Orsini já fez todas as colocações. Eu quero corroborar o posicionamento, e o
2256 parecer foi conjunto pelo deferimento.” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti:
2257 “Sem considerações adicionais, a posição é pelo deferimento.” Ricardo Carneiro
2258 Mineração Riacho dos Machados Ltda.: “A disponibilidade é apenas para
2259 eventuais esclarecimentos, se houver alguma questão de ordem de procedimento
2260 ou de natureza jurídica. Eu agradeço a oportunidade e fico à disposição.”
2261 Alexandre Gonçalves/Comissão Pastoral da Terra: “Esse parecer, essas
2262 questões que foram colocadas foram construídas por um grupo bem grande de
2263 pessoas que acompanham há muitos anos esse processo dessa exploração da
2264 Mineração Riacho dos Machados e que acompanham também a questão do
2265 monitoramento da água. E que é uma questão muito complexa, porque foi
2266 confirmado o impacto, um tempo atrás, pelo Ministério Público, e nesse estudo foi
2267 levantada uma série de questões que trouxe muita preocupação com relação a
2268 contaminação de água para a população que vive no entorno, como também para
2269 as pessoas que vivem de um projeto econômico ligado à barragem Bico da Pedra,
2270 a jusante desse projeto, em Janaúba. Então em toda a região existe uma
2271 apreensão muito grande com relação aos riscos desse projeto, e essas análises
2272 que teve mostraram os índices de arsênio e outros que preocuparam a
2273 comunidade local e trouxeram uma série de questões técnicas, ambientais e

2274 sociais para o debate. Inclusive, foi identificado um dos poços com arsênio. Com
2275 relação a essa AIA, especificamente, eu queria trazer dois pontos. Depois outras
2276 pessoas vão poder aprofundar um pouco mais. Então vou tentar falar mais no
2277 geral. Uma coisa é: essa AIA é para ampliar o tamanho da cava, como foi colocado
2278 aqui por várias pessoas, e esse avanço é para cima de uma comunidade. A
2279 comunidade de Piranga. Inclusive, o Juscelino está aqui na reunião. Hoje,
2280 segundo os dados do próprio parecer da Supram, são mais ou menos 600 m entre
2281 a cava e a casa das pessoas. Com esse avanço, vai ficar para 400 m. E pelo que
2282 vimos não existe um diálogo real da empresa com a comunidade no sentido de
2283 discutir alternativas para essas famílias. Nós estamos falando de uma região do
2284 Semiárido, deve ser a região mais seca de Minas, lá só chove durante três, quatro
2285 meses, o resto do tempo é seco. E as famílias não aguentam mais viver do lado
2286 da mineradora. Se vocês puderem ir um dia à comunidade de Piranga vocês vão
2287 ver qual a situação das famílias. A mineradora trabalha o dia inteiro, e o vento
2288 sopra para o lado deles, as pessoas estão doentes, as pessoas estão com risco
2289 de beber água contaminada. Então esse é um grito que estamos trazendo aqui.
2290 Por isso que defendemos que esse ponto tem que ser tirado de pauta para poder
2291 se avaliar ao certo qual é esse impacto para cima dessas famílias e como vão se
2292 encontrar alternativas para elas. São famílias que já estão lá antes dessa
2293 mineradora há muito tempo. Inclusive, alguns conselheiros aqui que já
2294 trabalharam para a mineradora conhecem muito bem essa realidade. Outra
2295 questão que vemos é que esses adendos que a mineradora vem pedindo estão
2296 dificultando uma visão dos conselheiros e da gestão ambiental mais ampla com
2297 relação à sinergia dos problemas e os efeitos cumulativos. Por exemplo, a história
2298 dessa mineradora, ela tem vários ad referendos. Se vocês pegarem aí, forem
2299 estudar, vocês vão ver. O que ela está fazendo hoje não tem mais conexão com
2300 EIA/Rima, grande parte das questões. No início, eles iam explorar a água a partir
2301 de uma barragem no rio Piranga. Depois eles começaram a tirar água
2302 subterrânea, inclusive, das comunidades, furaram poços nas comunidades de
2303 forma ilegal. Tudo isso registrado. Depois eles fizeram uma barragem no rio
2304 Rodeador. Isso nem estava previsto no EIA/Rima. Essa barragem no Rodeador
2305 hoje funciona com APO, não tem Licença de Operação. Inclusive, ano passado,
2306 a Supram foi lá e embargou essa barragem de água, embargou também porque
2307 a barragem de água foi uma barragem feita para perenização do rio Rodeador, e
2308 depois que a barragem foi feita o rio Rodeador tem menos água. Nós temos
2309 estudo de professor da UFMG mostrando isso. Tem menos água. Ou seja, o
2310 projeto que era para perenização de rios não está perenizando rio nenhum.
2311 Porque na verdade não era para isso, era um projeto para levar água para
2312 mineradora. As pessoas que estão abaixo do rio hoje estão em uma situação pior
2313 do que estavam antes. A outra questão, a barragem de rejeitos recentemente foi
2314 embargada. Porque ela fez uma alteamento que não estava previsto no EIA/Rima.
2315 Essa APO dessa barragem de água está desde 2017. Quando foi feita a
2316 barragem, cortou a água lá para baixo do rio. Então tem um conjunto de questões.

2317 Tem um dos poços em que as comunidades bebem água que deu água
2318 contaminada. E aí fica essa discussão, 'ah, o arsênio é natural da região'. Só que
2319 essa discussão, as pessoas que moram ali vão vendo e vão ficando com medo,
2320 tanto que tem pessoas ao redor da mineradora que estão indo embora, porque
2321 não aguentam mais viver ali e não têm mais confiança na água. Todo mundo bebe
2322 água de poços profundos. Inclusive, essa comunidade que vai ser atingida, mais
2323 ainda agora com esse avanço da cava, tem um poço artesiano do ladinho dela,
2324 dentro da comunidade, então vai avançar ainda mais para o lado desse poço.
2325 Então o que estamos analisando é o seguinte: todas essas questões devem ir
2326 para a LO, para a revalidação da LO. A LO venceu em julho deste ano, os 4 ou 5
2327 anos. Então já está na fase de se avaliar a LO, de se revalidar a LO. Então não
2328 dá para ficar discutindo adendos porque senão na hora de discutir a LO vários
2329 outros adendos já estão sendo discutidos e aprovados, e não vai ter uma visão
2330 sistêmica, uma visão mais ampliada e aprofundada de todas as questões que as
2331 comunidades e que a região está vivendo com relação ao risco desse
2332 empreendimento." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Só para esclarecer
2333 aos senhores conselheiros e ao Sr. Alexandre, o senhor está com a informação
2334 um pouco atrasada em relação à barragem: ela já tem LO." Ana Paula
2335 Alencar/Comissão Pastoral da Terra: "Boa tarde, eu sou Ana Paula, da Comissão
2336 Pastoral da Terra, nós acompanhamos as comunidades há algum tempo, desde
2337 que a mineração se instalou nos territórios das comunidades. Foi falado que está
2338 tudo de acordo, mas nós viemos até aqui para solicitar que vocês se coloquem no
2339 lugar daquelas famílias, de fato, que estão ali do lado. Como foi colocado pelo
2340 Alexandre, hoje as famílias estão a 610 m, a comunidade de Piranga e a
2341 mineradora estão entre 610 m. Quando a cava for ampliada, se isso ocorrer, a
2342 distância será somente de 460 m. Imagine viver num lugar onde o barulho de
2343 caminhões é intenso o tempo inteiro. As implosões parecem terremotos quando
2344 acontecem grandes implosões. As casas estão rachando. Como foi dito, toda a
2345 poeira da cava, da mina, vai toda para a comunidade. E o povo nesse processo
2346 de adoecimento e vendo na pele que não há condições mais de continuar
2347 sofrendo esses impactos. E agora serão ainda mais impactados. Eu gostaria que
2348 vocês se colocassem no lugar dessas famílias, nós pedimos que isso seja visto
2349 com mais cautela, ainda mais que estamos em uma pandemia, uma crise sanitária
2350 gravíssima, que as pessoas não podem se encontrar nem para discutir sobre o
2351 seu futuro, sobre o que vai ser o território dessas pessoas, o que vai ser da vida
2352 dessas pessoas. Então pedimos que seja retirado de pauta, de fato, para que
2353 essas famílias entendam o que está acontecendo e possam ser ouvidas, elas têm
2354 que ser escutadas. As pessoas que vão ser atingidas, que já estão ali do lado e
2355 vão ficar ainda mais próximas, merecem o respeito de serem escutadas. São
2356 famílias que estão ali há décadas, há gerações. Então elas merecem que seja, de
2357 fato, discutido com respeito, com cuidado, que sejam, de fato, escutadas. Elas já
2358 sofrem vários impactos, como eu já falei. Essa questão da água também é uma
2359 problemática que acompanhamos também. As pessoas não sabem qual a

2360 qualidade da água que está sendo consumida pelas famílias, pelas crianças, seus
2361 filhos, seus netos. São pessoas que precisam, de fato, serem escutadas. Então
2362 pedimos que isso seja avaliado com cautela. Está em jogo a vida de crianças,
2363 idosos, pessoas que dependem de suas terras para viver, que não conseguem
2364 plantar, não conseguem vender, porque se sabe de onde está vindo. Não
2365 sabemos como está a situação do solo, não temos certeza da qualidade da água
2366 que é utilizada. Precisa que isso seja, de fato, levado em consideração. A
2367 comunidade Ouro Fino também está próximo da cava, da mina, uma comunidade
2368 também vizinha da mineração também é uma comunidade que vem sofrendo
2369 grandes e graves impactos em relação à água, inclusive, que também não se sabe
2370 qual a qualidade da água que está sendo usada. E também a poeira vai para lá.
2371 As famílias também de Ouro Fino precisam ser escutadas. É uma comunidade
2372 próxima. E essa comunidade de Ouro Fino também não foi consultada, não foi
2373 informado do que está acontecendo em relação à ampliação da cava. Então
2374 solicitamos que realmente isso seja visto com cautela e seja retirada de pauta
2375 para que as comunidades possam discutir, possam entender e serem escutadas,
2376 principalmente.” Ernesto Machado Coelho Filho/Mineração Riacho dos
2377 Machados: “Só a título de esclarecimento, nossa barragem de água possui uma
2378 LO já promulgada desde o dia 16/7/2020. Com relação aos monitoramentos e
2379 análises de água subterrânea, esse relatório é disponibilizado trimestralmente e
2380 mensalmente aos órgãos ambientais e aos órgãos competentes para essa análise
2381 e demonstra os parâmetros dentro dos padrões do Conama. A LO foi protocolada
2382 a contento, o processo está em análise pela Supram Norte, que deve estar se
2383 pronunciando ao longo desse período, acredito eu. Com relação aos impactos nas
2384 comunidades, o empreendimento tem uma relação próxima com essas
2385 comunidades. Mantemos contato direto, mantemos proximidade, trocamos
2386 informações, participamos ativamente dessas relações. Então temos uma
2387 proximidade muito grande com a comunidade de Ouro Fino, com a comunidade
2388 de Piranga, com o pessoal do Ribeirão, com o pessoal do Rodeador. A jusante da
2389 barragem já tem uma extensão considerável mantida a vazão da barragem de
2390 água. Então a empresa vem cumprindo, na íntegra, as condicionantes e as
2391 conformidades legais daquilo que foi requerido pelo empreendimento.” Juscelino
2392 Gomes Pereira: “Eu sou representante da comunidade de Piranga, dos atingidos
2393 pela Mineração Riacho dos Machados. A Pastoral da Terra tem conhecimento da
2394 nossa luta contra a mineração, por direitos humanos, que estamos próximos à
2395 mineração. Essa luta não é de hoje, eu acho que já tem mais de oito anos que a
2396 gente vem lutando por nossos direitos. Porque nós somos atingidos pela
2397 mineração tanto por ruído, poeira, detonações. A dificuldade é muito grande. E
2398 nós queríamos um diálogo, uma resposta melhor do que acontece com essa
2399 comunidade com a abertura dessa cava, que possa um objetivo alcançar pela
2400 comunidade, que os conselhos e a promotoria possam enxergar a comunidade,
2401 como a comunidade está sofrendo. A comunidade está chorando. Muita gente já
2402 mudou de lá porque não estava aguentando mais conviver com a mineração. É

2403 difícil até relatar. A gente vem lutando pela indenização. Eu não sei se vamos
2404 conseguir isso. Isso depende dos Poderes, dos conselhos. Que olhem – para falar
2405 a verdade – com misericórdia para com as famílias que estão na beira da
2406 mineração. A mineração reage de uma forma, ela não avisa. Na quarta-feira teve
2407 uma visita – que eu não esperava – da mineração, eu creio que uma empresa
2408 contratada pela mineração, fazendo levantamento estrutural e o outro
2409 levantamento. Eles não relataram o que é esse levantamento, não falaram,
2410 porque era secreto. Nós ficamos cismados com esse levantamento, e essa
2411 Girassol dizendo que era contratada pela mineração. E a gente queria uma
2412 resposta do que eles estão querendo. Que seja uma indenização, mas uma coisa
2413 em que saia todo mundo beneficiado, tanto a comunidade de Ouro Fino e também
2414 a de Piranga e outras comunidades também. Eu peço que olhem por nós ali,
2415 vejam a situação nossa, vai lá nos visitar para ver o que nós passamos. Não temos
2416 diálogo com a mineração, então é difícil conviver com isso. Que vocês façam o
2417 melhor que seja para a comunidade. E agradeço.” Conselheiro Julio Cesar Dutra
2418 Grillo: “Eu vi a colocação do representante da empresa, eu ouvi a fala do Ernesto,
2419 mas choca de frente com a fala do pessoal da Comissão Pastoral da Terra. Estão
2420 me parece que antagônicas. Eu gostaria de escutar ou a Ana Paula ou o
2421 Alexandre sobre o que eles têm a dizer a partir da fala do Ernesto.” Alexandre
2422 Gonçalves/Comissão Pastoral da Terra: “Primeiro, no parecer da Supram tem lá
2423 que eles têm APO na barragem de água. O que nós vemos é o seguinte, na nossa
2424 opinião, não existe um diálogo real com as famílias. Por exemplo, esse caso é
2425 muito claro na fala do Juscelino. Que a mineração vai ampliar para o lado da
2426 comunidade. Como ele colocou. A comunidade tem filhos pequenos que vira e
2427 mexe tem problemas de saúde, idosos também que vivem lá têm problemas de
2428 saúde. Isso não é de hoje, é uma coisa já muito antiga, desde quando iniciou esse
2429 processo. E o que acontece? Na cerca da mineradora tem bota-fora, barragem de
2430 rejeito, e na cerca do lado de lá já é a comunidade. Então o território da
2431 mineradora é muito próximo às comunidades. Porque a mineradora comprou
2432 essas áreas onde ela faz a operação, mas é muito vizinha, e é uma região muito
2433 seca, e tem muitos problemas. Depois da mineradora, as famílias que vivem ali
2434 tiveram muito problema com relação à viabilidade delas no local. Por exemplo,
2435 quando o técnico da mineradora diz ‘ah, mas nós fazemos análises de água’, se
2436 você for pegar o parecer da Chronos tem vários momentos de metal pesado. E aí
2437 vem a discussão: de onde veio esse metal, é uma coisa natural da região ou é
2438 uma coisa a respeito da mineradora? Até chegarmos a essa discussão do que
2439 impactou essas análises ou se são periódicas ou não, as famílias estão ali
2440 vivendo, bebem água do poço artesiano, dos poços do rio Radiador o gato bebe
2441 água. E a nossa opinião é que esse diálogo foi sempre muito truncado com a
2442 comunidade. Inclusive, tem seguranças que ficam rodando em volta da
2443 mineradora, as famílias ficam se sentindo até ameaçada nesse processo. Então
2444 essa é a nossa visão, não existe um diálogo real com relação às famílias atingidas
2445 no entorno. Especificamente, o que você me perguntou.” Conselheira Verônica

2446 Ildefonso Cunha Coutinho: “Eu queria escutar o empreendedor quanto a essa
2447 suposta consultoria que passou lá. O Sr. Juscelino colocou essa questão da
2448 consultoria, e o Sr. Alexandre, em uma fala dele, me deu a entender que essa é
2449 uma postura recorrente na empresa. E aí eu vou ter que concordar com ele que
2450 isso realmente, dependendo da forma como é feito, colocado, sem, como o senhor
2451 mencionou, informar à comunidade local do que se trata, isso é uma postura de
2452 confronto, uma postura que causa desconforto na comunidade local. Não é normal
2453 você habitar em um ambiente no qual tem sempre alguém ali verificando,
2454 sondando, rondando sem as devidas explicações para a comunidade. É normal
2455 em uma localidade como essa você ter um controle? Não é só normal, como é
2456 obrigatório. Mas eles têm que estar cientes do que está sendo feito. Então eu
2457 queria entender um pouco essa postura da empresa, gostaria que explicasse a
2458 espeito dessa consultoria que foi mencionada. E se isso é recorrente que ela
2459 instruisse melhor esses empregados, agentes, técnico, enfim, para ter um
2460 relacionamento melhor com a comunidade, explicitar, explicar do que se trata. Eu
2461 queria também que ela colocasse um pouco melhor sobre esses canais de
2462 comunicação que ela tem com a comunidade local, que parece ser um ponto
2463 muito frágil. Então eu queria que ela explanasse isso melhor. E queria escutar a
2464 equipe técnica da SEMAD quanto às duas questões que foram levantadas: a
2465 proximidade da comunidade com o empreendimento e a situação de poeira no ar,
2466 de controle que existe. Enfim, eu queria escutar esses dois pontos, por gentileza.”
2467 Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “O Dr. Ricardo Carneiro, no início,
2468 mencionou que estaria aí para qualquer dúvida e qualquer colocação. Como muito
2469 do que foi falado pela Comissão Pastoral da Terra tem implicações jurídicas, eu
2470 gostaria de ouvir o Dr. Ricardo Carneiro. Até porque, como muito bem o senhor
2471 presidente mencionou há pouco o artigo 22 do nosso Regimento Interno, o que
2472 está sendo discutido aqui tem relação com outros processos que não este que
2473 está constante desta pauta. Então eu gostaria de ouvir o Dr. Ricardo Carneiro.”
2474 Conselheiro Paulo Eugênio de Oliveira: “Eu queria corroborar o que a Verônica
2475 falou, eu acho muito importante que haja uma melhora dessa relação da empresa
2476 com a comunidade, certamente. Eu estou vendo no parecer que realmente tem
2477 uma cortina arbórea sendo prevista. Então estou levando fé de que isso vai
2478 melhorar a questão de material particulado lá da região, o incômodo da
2479 comunidade. E queria ver com a Supram, com o empreendedor, quais as
2480 garantias que eles vão ter para a questão de acesso à água, a piora da qualidade
2481 da água do pessoal. Porque muitas vezes nós decidimos as coisas aqui no
2482 COPAM, e existe uma disparidade entre a opinião de quem recebeu o benefício
2483 e de quem deu o benefício. Eu queria que houvesse alguma garantia para que o
2484 acesso à água de qualidade fosse garantido para a população.” Ernesto Machado
2485 Coelho Filho/Mineração Riacho dos Machados: “A empresa, sim, tem um bom
2486 relacionamento com a comunidade. Tem o programa Boa Vizinhança, no qual
2487 temos visitas constantes, até mesmo no período de pandemia, e nossa equipe
2488 mantém esses laços com a comunidade, seja por telefone, por grupos de

2489 WhatsApp e visitas temporárias e aleatórias ao longo da semana. Montamos o
2490 programa denominado Boa Vizinhança, que recebe esse feedback e retorna
2491 aquilo para a comunidade. Lembrando que nós temos uma relação com o entorno
2492 da companhia. Então todo o público-alvo que compõe o entorno da companhia é
2493 abrangido pelos programas da área de relacionamento com a comunidade da
2494 empresa. O canal de reclamação é aberto. Nós recebemos, eventualmente,
2495 ligações, com qualquer dúvida, e de imediato a empresa se prontifica a atender.
2496 Temos programa de monitoramento da qualidade do ar. Um dos equipamentos é
2497 instalado na propriedade na comunidade do Piranga vizinha à do Sr. Juscelino,
2498 bem próximo da casa do Sr. Juscelino, na qual essa análise é constantemente
2499 realizada, e a equipe vai lá tirar essa amostragem. Olhando com outra
2500 abrangência em relação à equipe da Girassol, a mineração tem alguns deveres
2501 com implicações legais, dentre eles o programa de educação ambiental, vinculado
2502 a demandas de condicionantes ambientais, e tem empresas de consultorias que
2503 nos prestam esse tipo de serviço. E essa empresa está na região para fazer um
2504 levantamento socioeconômico e cultural, que é de interesse próprio da companhia
2505 conhecer mais profundamente a comunidade do entorno. Isso é o que viabilizará
2506 a melhoria constante do relacionamento com a comunidade. Essa consultoria está
2507 na região, as pessoas foram comunicadas previamente pela nossa analista de
2508 comunidade. E essa consultoria faz levantamentos desde a caracterização
2509 socioeconômica dessa população do entorno do empreendimento justamente
2510 para poder nos munir de informações para tomadas de decisões assertivas com
2511 relação a essas nuances que permeiam a comunidade circunvizinha do
2512 empreendimento. A mineração não pode parar frente às questões de
2513 responsabilidade socioambiental, porque precisamos desenvolver a
2514 sustentabilidade regional, e para isso temos que conhecer nossos vizinhos. E
2515 conhecer nossos vizinhos é o papel mais importante que enxergamos que temos
2516 que fazer. E com isso estamos arcando e estamos seguindo esse projeto, e é
2517 esse o papel da Girassol na região neste momento. Ficou claro, alguém tem mais
2518 algum questionamento?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “O Paulo fez
2519 alguns questionamentos em relação a cortina arbórea nas áreas e proximidades.”
2520 Ernesto Machado Coelho Filho/Mineração Riacho dos Machados: “A proximidade
2521 existe, está relatada no Parecer Único da Supram, que está disponível. Todo
2522 mundo viu ali o posicionamento. Tem as ações mitigatórias e as condicionantes
2523 previstas no documento. Dentre essas condicionantes previstas – esta reunião é
2524 justamente para que se delibere em cima desse Parecer Único – é que estamos
2525 formatando a situação da companhia. Tem, sim, uma cortina arbórea que está
2526 sendo citada aqui, mas a empresa está tomando ações para mitigar essa
2527 exposição da comunidade de Piranga aos riscos associados.” Ricardo Carneiro
2528 Mineração Riacho dos Machados Ltda.: “Eu acho que estou completando 26, 27
2529 anos de atuação na área de meio ambiente. Isso não me capacita a ver as coisas
2530 de forma diferente, absolutamente a ninguém. E estou dizendo isso porque a
2531 experiência já me mostrou que não há verdades absolutas. Esse processo quase

2532 sempre não é apenas com Riacho dos Machados, mas com outros grandes
2533 empreendedores, não precisa nominá-los aqui. Hoje mesmo os senhores
2534 presenciaram questionamentos, dúvidas das comunidades. O processo é sempre
2535 dialético, é normal, é preciso compreender, não é bom nem ruim que seja assim,
2536 é da vida, faz parte da dinâmica, faz parte da mecânica do instrumento de
2537 licenciamento ambiental. No entanto, presidente, conselheiros, precisamos
2538 lembrar que todas essas reclamações dos movimentos sociais, da Pastoral da
2539 Terra, além de serem absolutamente legítimas, já são objeto não só de
2540 fiscalização e acompanhamento permanente por parte da Supram Norte. O
2541 presidente, inclusive, é diretor de Controle Processual da Supram Norte e melhor
2542 do que qualquer um de nós saberá daquilo que a Supram Norte tem discutido e
2543 acompanhado o processo da empresa. E, inclusive, por parte do Ministério
2544 Público. Existem inquéritos, existem discussões, existe um termo de ajustamento
2545 de conduta firmado quanto à barragem de água. Não há nenhuma dificuldade, o
2546 Ernesto pode esclarecer mais, há outros consultores representantes da empresa
2547 que podem prestar qualquer outro esclarecimento aos conselheiros, à
2548 comunidade. Só que me parece, presidente, não só pela hora, mas também por
2549 ela – a reunião virtual tem esse problema, eu acho que todo mundo se presume
2550 bem alimentado, mas eu particularmente nem consegui comer nada hoje, porque
2551 também estava no processo da Anglo American –, nós devíamos nos ater ao
2552 assunto em pauta, no que está em julgamento, que foi pautado. Isso é regimental,
2553 não é uma mera formalidade, uma firula, um argumento de verborragia de
2554 advogado. O que está em pauta, segundo o Regimento, é um adendo a Licença
2555 de Operação. Logo no comecinho, o parecer elaborado pela SEMAD diz,
2556 claramente, que nós estamos tratando de uma pequena ampliação de área de
2557 cava para diminuição de ângulo de talude. Isso não é uma fatia de bolo que se
2558 corta, e o bolo não cai em cima de si mesmo, há determinada abertura que, nesse
2559 caso, pressuporá supressão vegetal. O parecer deixa claro, essa atividade nem
2560 sequer é passível de novo licenciamento, é apenas uma autorização para
2561 intervenção ambiental, ou seja, autorização para supressão de vegetação nativa,
2562 que só pode ser incorporada ao licenciamento existente por meio de adendo a
2563 LO. Então, presidente, é só esse pedido que faço, essa sugestão que faço, que
2564 sem prejuízo de em outra oportunidade colocar o assunto em pauta ou de uma
2565 comissão dos senhores conselheiros promover o aprofundamento dessas
2566 discussões ou em outra reunião, em 'Assuntos Gerais', mas que infelizmente nós
2567 temos que nos ater à discussão em pauta, que não nos traz diretamente reflexos
2568 sobre essas demandas da comunidade. E, mais uma vez, não são não apenas
2569 tão de gerenciamento de obrigação da empresa, como também já estão em
2570 discussão com a Supram Norte e com o Ministério Público da Comarca de Montes
2571 Claros. Inclusive, é a Coordenadoria da Bacia Hidrográfica do São Francisco. Era
2572 isso, presidente, eu te agradeço pela palavra, acabou sendo extemporâneo, mas
2573 não só pelo conselheiro Thiago, mas também porque disse e ressalvei no começo
2574 que era se houvesse necessidade de esclarecimento. Obrigado, já desejo a todos

2575 os conselheiros um bom final de semana.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
2576 Trovão: “Foi o que eu justamente falei no início, quando falei que não retiraria o
2577 processo de pauta. As questões colocadas no parecer de vista são pertinentes,
2578 mas não são afetas ao processo em pauta, em julgamento neste momento. Até
2579 para isso eu li o nosso Regimento Interno.” Conselheiro Paulo Eugênio de
2580 Oliveira: “Na verdade, eu queria saber do Ricardo Carneiro se ele está se
2581 referindo às manifestações da comunidade. No parecer tem condicionantes, e
2582 essas condicionantes são para mitigar impactos ambientais. Eu pontuei aqui que
2583 já existem condicionantes para mitigar impactos que foram relatados pelas
2584 pessoas da comunidade. Agora, eu não acho que estejamos falando nada extra.
2585 Se essas condicionantes vieram no adendo, elas são, sim, objeto do
2586 licenciamento, elas têm que ser faladas agora. Eu perguntei se seria possível que
2587 a empresa explicasse para nós se há alguma garantia de evitar que a água da
2588 comunidade ficasse contaminada, por exemplo. Eu acho isso grave, eu acho isso
2589 muito pertinente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu acho que as
2590 informações que o Dr. Ricardo trouxe e a sua fala são complementares, Paulo,
2591 elas não se excluem. Só estamos falando que alguns assuntos que estão sendo
2592 debatidos, inclusive, dentro do parecer de vista, são afetos a outro processo. E o
2593 processo de revalidação é muito mais abrangente do que um adendo apenas de
2594 supressão. Por óbvio, aquelas condicionais que estão dentro do nosso parecer de
2595 adendo são afetas, sim, claro, à intervenção ambiental.” Conselheiro Luiz
2596 Henrique Passos Rezende: “Eu conheço o Ricardo, conheço muito dessas
2597 pessoas aí. Eu tive a chance de trabalhar com ele vinte anos atrás ou mais. Foi
2598 muito bom. Eu dei uma olhada aqui no parecer. Desculpa eu ter caído de gaiato
2599 nessa história. O Claudinei precisou sair, e eu acabei dando uma olhada agora.
2600 Riacho dos Machados, se formos pensar, Riacho dos Machados é uma
2601 exploração em um lugar no Semiárido. Então praticamente nós já temos conflito
2602 de água, antes de ela acontecer. Aí a mineração chega, e esse conflito de água,
2603 provavelmente, vai aumentar. E o que acontece? Eu dei uma olhada rápida no
2604 parecer e vi o risco de um talude. Se romper, é uma coisa grande. É necessário,
2605 sim, ampliar a cava para que a coisa melhore. Isso com certeza. E eu
2606 recomendaria o máximo, o mais rápido possível, isso acontecer. Mas o que
2607 acontece nesse processo? Parece que a empresa está tendo uma atuação –
2608 segundo a empresa fala –social, ela tem uma preocupação social. E outra coisa
2609 que eu queria falar. Eu fiscalizo barragem, então estive muito envolvido com esses
2610 desastres que aconteceram, e isso me fez questionar muito a minha vida, a vida
2611 de todo mundo e da mineração. Aí eu cheguei à conclusão: para que a gente
2612 minera? Para quem, para quê, como, por que. Então existem várias respostas,
2613 que é para melhorar a qualidade de vida das pessoas, para gerar riqueza, para
2614 fornecer subsídios de matéria-prima para nossa sociedade funcionar. Existe tudo
2615 isso. Mas, profundamente, me veio uma resposta na cabeça: nós precisamos
2616 minerar porque também precisamos acabar com a nossa miséria. E nesse
2617 contexto todo é uma empresa que está implantada lá, e vai acontecer esse tipo

2618 de coisa, chega, e sempre vai ter esse conflito. E ainda se agrava por ser uma
2619 questão de Semiárido. Eu vejo que essa ação tem que acontecer, esse aumento
2620 dessa cava, e corrigir o que precisa ser corrigido. Depois tem outras nuances.
2621 Mas nesse ínterim, a comunidade lá vê uma oportunidade de reivindicar alguma
2622 coisa, tem alguma coisa que não está boa. Se não essas pessoas não se
2623 obrigavam a estarem aqui, conversando aqui. Tem alguma coisa falha que precisa
2624 ser melhorada. Eu não sei como que isso pode ser resolvido, eu acho que a
2625 empresa tem que entender essa questão 'para que eu minero, é para aquele local,
2626 é para gerar riqueza, para pegar aquelas pessoas ali, é para fornece matéria-
2627 prima para fora, é para dar emprego, é para fazer a comunidade crescer'. Então
2628 tem um ruído aí. Se não tivesse esse ruído, as pessoas estariam batendo palmas,
2629 ninguém ia vir reclamar. Essa comunidade está muito perto, ela precisa ser ouvida
2630 pela empresa. Esse relacionamento tem que ser estreitado, tem que ser
2631 conversado. Eu voto, tecnicamente, a favor desse adendo à licença pela questão
2632 da própria segurança da comunidade, mas faria um apelo aqui de nem que seja
2633 para entender o que está acontecendo. Às vezes as pessoas são carentes até de
2634 uma informação, do chegar perto, de trazer. Tem alguma coisa que está faltando.
2635 Se não estivesse faltando, isso aqui não estaria acontecendo. Então o que eu
2636 estou querendo dizer? Eu sou a favor da licença para a própria segurança da
2637 comunidade, que está a 500 m, a 600 m e vai ficar a 400 m, mas, se não se corrigir
2638 isso, o acidente pode matar as próprias pessoas que trabalham ali, da região, o
2639 que pode acontecer lá dentro com o desmoronamento de uma coisa geotécnica.
2640 Que é o que eu vi aqui. Então o que eu estou querendo dizer? Empresa, chega
2641 mais perto dessa comunidade, veja o que ela quer de verdade. A Pastoral da
2642 Terra é uma coisa séria, são pessoas sérias que estão buscando coisa séria. Eu
2643 não acho que tenha gente oportunista nisso. E peço também às pessoas que
2644 vieram reclamar para sentar. Eu li uma coisa que é muito importante, que aprendi
2645 no processo: a cidade como jogo de cartas. Nós precisamos sentar na mesa,
2646 pegar a cidade como jogo de cartas em que não tem ganhador. Tem que ter um
2647 empate, todo mundo tem que empatar. E eu hoje vejo a mineração como um jogo
2648 de cartas. Então tem que sentar todo mundo na mesa, o empreendedor, a agência
2649 reguladora, o meio ambiente, o que seja, centrar todos os recursos que tiver, e
2650 fazer uma discussão. E a comunidade. Todo mundo não pode sair perdendo, todo
2651 mundo tem que ganhar. Então é esse o recado que eu dou." Conselheiro Carlos
2652 Eduardo Orsini Nunes de Lima: "Eu fiquei quase emocionado com as palavras do
2653 meu querido Luiz Henrique. Luiz, você foi de muita felicidade ao falar isso aí. É
2654 bom, presidente, que nós temos aqui um consenso nesta Câmara de Atividades
2655 Minerárias, é bom ouvir os colegas, é bom ouvir as informações quando vem,
2656 principalmente, chega um amigo comum também nosso, que é o Ricardo
2657 Carneiro, que eu tenho como um guru na área também ambiental. E vejo o
2658 seguinte, que nós podemos trabalhar de forma harmônica. A posição da
2659 Sociedade Mineira de Engenheiros, dos meus colegas, de outros colegas que eu
2660 já tive ocasião de salientar aqui, que pertencem a essas Câmaras, é do

envolvimento com responsabilidade social. Eu acho que pela própria conformação que foi feita em Riacho dos Machados. Eu tive uma participação nisso, mas algum tempo atrás. Eu fui sempre baseado na questão de empresa de fora que vem aqui com responsabilidade social. E nada mais do que isso eu acredito que seja importante. Então eu me refiro às palavras desse grande colega Luiz Henrique, parabenoza você, Luiz, pelas suas palavras e recomendo a aprovação, porém com um aditivo que eu chamo, que é um aditivo de conselho, um aditivo de justificativa junto ao empreendedor, ao Dr. Ernesto, representando aqui a empresa, de que se aproximem da comunidade, tratem a comunidade com carinho. São poucos aqueles que estão ali sofrendo com isso, não são muitos. Nós conhecemos a região do Semiárido, sabemos muito bem que ali é pobre de gente, gente pobre, e aí a importância de se ter uma aproximação favorável, uma aproximação carinhosa com a comunidade, com o Seu Juscelino, com o pessoal da Pastoral da Terra, de forma a tocar a vida pela frente. A mineração tem a sua importância, eu sou apologista da mineração como desenvolvimento e acho que está na hora de juntarmos os esforços de aprovação desse projeto, de aprovação de uma LO – na verdade, é um aditivo à LO –, para assegurar uma operação sustentável. Mas, não obstante, aproximação com a comunidade de forma carinhosa, de forma a fazer com que eles possam viver em conjunto com o empreendedor. Essas são as minhas palavras, e mais uma vez agradeço ao Luiz Henrique por ter dado essa possibilidade de abertura desse contato.” Conselheira Verônica Ildefonso Cunha Coutinho: “Yuri, eu não sei quais os pontos que você está colocando que não seriam afetos, apesar de entender. Eu não estou aqui querendo rever a LO. Igual ao conselheiro Paulo, eu voltei ao parecer. Sobre o que é mencionado no parecer, eu entendo que posso discutir. E essa questão da interação com a comunidade e de partículas suspensas, as duas estão aqui. Aí eu venho aqui corroborar mesmo a fala do conselheiro Luiz Henrique porque é essencial ter um bom relacionamento com a comunidade. Foi por isso que na minha fala anterior, quando eu questionei, eu já havia visto essa questão do Programa Boa Vizinhança, mas eu queria que a empresa colocasse melhor esses meios, como ela faz, porque temos que entender a realidade local, como a mensagem é traduzida no destinatário, como que ele recebe aquilo. Então eu acho que há que se ter um cuidado enorme com isso. Notificar às vezes que vai chegar uma consultoria não é suficiente, eles têm que ser munidos de toda e qualquer informação mais completa possível. Eles já passam um transtorno imenso em relação ao empreendimento, é um local carente, e eu acho que tem que se ter um cuidado maior, um respeito maior e um esclarecimento mais do que claro e bem-feito para as pessoas que estão lá. Eu achei excelente a colocação do conselheiro Luiz Henrique e acho que a empresa carece, sim, de dar um cuidado maior.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Quando eu me refiro a ‘assuntos pertinentes’, conselheira, eu não estou falando em relação ao programa de comunicação. O programa de comunicação já foi, inclusive, descrito pelo Sr. Ernesto, ele falou qual é desenvolvido. Eu chamei atenção para não entrarmos

2704 em outros assuntos. Exemplo, como a senhora me pediu, barragem de água,
2705 barragem de rejeito. Essas são matérias afetas ao processo de revalidação que
2706 está sendo analisado na Superintendência. Aqui, eu volto a dizer, nós estamos
2707 tratando de uma intervenção ambiental, muito bem falado pelo Luiz Henrique,
2708 para o aumento dos taludes da cava para segurança daquelas pessoas que
2709 trabalham ali. Esses são os assuntos, dessa parte, do aumento da cava, da
2710 supressão de vegetação, das compensações florestais advindas dessas
2711 supressões de vegetação, essas, sim, são matérias afetas ao processo pautado.”
2712 Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Eu queria parabenizar o Luiz Henrique, da
2713 ANM. Suas colocações hoje ao longo do dia foram todas sempre muito sensatas,
2714 é muito boa a sua participação. Muito obrigado. E dizer o seguinte, que ficou
2715 realmente para mim extremamente claro, claro mesmo, que tem uma falha de
2716 comunicação entre a comunidade e o empreendedor. Isso está sendo recorrente
2717 nos casos de licenciamento de mineração. Nós temos que melhorar a qualidade
2718 dessa interlocução.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu acho que o
2719 conselheiro Julio colocou isso muito bem agora. Essa questão da comunidade, da
2720 interlocução entre empreendedor e aqueles afetados, seja direta ou
2721 indiretamente, tem que melhorar. E não falo que é só por parte da empresa, a
2722 nossa legislação tem que melhorar em relação a isso, da participação da
2723 comunidade. Nós tivemos oportunidade, eu não me lembro mais de um
2724 especialista que estava falando sobre isso, mas ele falava sobre a licença social
2725 dentro de um licenciamento ambiental, que é aonde a participação da comunidade
2726 seria maior. E disso realmente nós temos necessidade. Aí eu falo não só pelo
2727 empreendedor, como por parte da nossa legislação também.” Pedro Henrique
2728 Criscolo Parrela Câmara/Supram Norte de Minas: “Eu vou começar com as
2729 respostas do retorno de vista da ProMutuca e os motivos que foram elencados
2730 aqui para baixa em diligência. O primeiro motivo diz respeito à situação da
2731 comunidade do entorno, Piranga Mumbuca, Ouro Fino, e propostas de mitigação.
2732 No parecer não ficou muito clara a localização de cada uma das comunidades ao
2733 redor, porque eu acabei focando aquela que receberia os maiores impactos dessa
2734 alteração. É um ponto que eu queria deixar claro, o nosso parecer foi baseado só
2735 nessa modificação que a empresa está pedindo, como já foi falado aqui várias
2736 vezes, não estamos tratando da revalidação da licença. Então tem alguns
2737 programas e alguns impactos de que tratamos no parecer, mas é porque a
2738 alteração da cava vai trazer alterações nesses impactos. E aí tentamos abordar o
2739 que a empresa vai fazer para mitigar, controlar, monitorar. A comunidade de Ouro
2740 Fino recebe impactos maiores da barragem de rejeitos. Ela está completamente
2741 do lado oposto da mineração em relação à cava. Por isso ela não foi incluída
2742 nesse parecer. E a comunidade de Mumbuca está na porção norte também, ao
2743 norte da área do empreendimento, e por isso também não está sendo abordada.
2744 Só a de Piranga, que está ali mais próximo. Com relação ao aumento de impactos
2745 que foi dito no relatório de vista, que não ficou muito claro, esse não seria o melhor
2746 mapa, mas dá para ter uma ideia: vemos o córrego do Piranga, e ao longo desse

2747 córrego está a comunidade, principalmente na parte mais ao sul. A comunidade
2748 de Ouro Fino está do lado direito, córrego Olaria, barragem de rejeito; e a
2749 comunidade de Ouro Fino está para aquele lado; e a comunidade de Mumbuca
2750 está para cima daquele córrego do Mumbuca. Só que essa área entre a cava e o
2751 córrego do Mumbuca é uma área bem desabita. Nessa parte inicial tem bastante
2752 mata nativa. A comunidade começa um pouco mais para cima. Por isso que eu
2753 foquei só a comunidade de Piranga. Nas páginas 29 e 30, foi destacado no
2754 relatório de vista que não ficou claro que haveria aumento de impacto sobre a
2755 comunidade. Nos falamos sobre as emissões atmosféricas, poeira, ruído,
2756 vibração, que vão ser os principais impactos sobre a comunidade com essa
2757 operação da cava. Aproveitar e falar desse item 5.1.4, que também foi
2758 questionado, sobre resíduos sólidos. O entendimento de resíduo sólido que está
2759 nesse parecer, que está até um pouco equivocado mesmo, era com relação
2760 àqueles resíduos comuns de escritório, sanitário, sucata, essas coisas, por isso
2761 que eu disse que não haveria aumento na geração, porque não vai ter aumento
2762 na escala de produção, mas realmente vai ter aumento no volume de estéril
2763 produzido ou esperado para ser produzido ao longo de toda a vida útil da mina.
2764 Em relação à produção mensal ou anual de estéril, isso não vai mudar porque a
2765 escala de produção vai ser a mesma, os mesmos equipamentos, só vai aumentar
2766 a área. Esse estéril a mais gerado, nesse momento, a empresa detentora de
2767 Licença de Operação de pilha de estéril tem bastante espaço ainda para
2768 acomodar. Caso seja necessário no futuro, a gente discute a abertura de uma
2769 nova pilha ou então o encerramento da atividade por falta de espaço para
2770 depositar estéril. Isso não vai ser discutido neste parecer agora. Com relação às
2771 emissões de poeira, na próxima página, no terceiro parágrafo está dito que
2772 'essas emissões já são aspectos presentes na atual atividade, a mudança
2773 encontra-se na diminuição da distância entre a fonte e a comunidade de Piranga,
2774 potencializando o impacto de incômodo da população, além do impacto sobre a
2775 fauna também.' E aí eu falo que a mitigação hoje é feita por aspersão de água
2776 nos acessos para conter poeira, manutenção de maquinário, controle de
2777 velocidade para também evitar suspensão e também trepidação, o que pode
2778 acabar incomodando por conta do ruído, e o controle de carga máxima por espera
2779 para poder controlar vibração. Com relação aos programas executados, são
2780 controle de emissão atmosférica, de ruído, automonitoramento de vibração e a
2781 interação com a comunidade. Na parte de meio antrópico, colocamos que o
2782 aumento dos impactos seria incômodo à população por conta de poeira e ruído e
2783 quais as medidas; e de vibração e quais as medidas. Aí detalhamos mais para
2784 frente, na página 39. Com relação aos particulados, a empresa tem um programa
2785 de monitoramento e a cada seis dias faz a coleta nesse ponto que fica na
2786 comunidade de Piranga. Com relação ao ruído, tem os dois pontos. São dez no
2787 entorno da comunidade e só dois na região de Piranga. Com relação às condições
2788 atmosféricas, os pontos que a empresa apresentou como melhoria para, se acaso
2789 houver aumento de impacto, já que a cava vai chegar mais próximo da

2790 comunidade, seria manter o monitoramento a cada seis dias. Se detectado
2791 aumento de poeira, eles falaram em colocar mais um caminhão-pipa, aumentar a
2792 frequência de aspersão de água na área da cava. Como o pessoal reclamou muito
2793 durante a vistoria dessa questão da poeira, nós solicitamos uma medida adicional,
2794 e a empresa apresentou como proposta a implantação de uma barreira física, uma
2795 cortina arbórea, entre a comunidade de Piranga e a cava. Com relação a poeira,
2796 o que foi apresentado foi isso, aumentar a frequência da aspersão de água na
2797 região, continuar o monitoramento de 6 em 6 dias e começar a implantar a cortina
2798 arbórea, que colocamos como condicionante apresentar um relatório anualmente
2799 para ver como está o crescimento. Com relação ao ruído, na Licença de
2800 Operação, já tinham sido solicitadas medidas para diminuir o ruído na comunidade
2801 de Piranga. E a empresa apresentou um estudo em que propunham mudar a rota
2802 que é acessada à noite para acessar a pilha de estéril próxima da comunidade e
2803 também eliminar o basculamento nessa região. Nós estamos condicionando, para
2804 melhorar ainda mais a questão do ruído noturno, que não só o basculamento e o
2805 transporte não ocorram nessa região, como também todas as outras atividades
2806 da mina, perfuração, desmonte, carregamento. Desmonte eu acredito que a
2807 empresa não faça à noite, pelo que está no processo, mas perfuração,
2808 carregamento, descarregamento, nem na pilha nem na área da cava. Entre 22h e
2809 6h não poderia ocorrer a atividade. Um ponto na comunidade de Piranga, 200 m,
2810 e então dentro de toda essa área estaria proibida a movimentação nesse período
2811 de 10h da noite às 6h da manhã, para preservar a tranquilidade do pessoal da
2812 comunidade no período noturno, pelo menos. Isso, inclusive, foi até uma proposta
2813 da empresa, mas eles só tinham colocado como proposta o transporte de estéril
2814 para a pilha e o basculamento, e eu acrescentei as demais atividades também.
2815 Infelizmente, não colocamos isso como condicionante porque não é possível
2816 fazermos a comprovação de que isso está ocorrendo, só vamos ter uma
2817 comprovação indireta, por meio das medidas de ruído noturno que vão continuar
2818 acontecendo na comunidade. Eles também falaram a respeito de alterar o volume
2819 da sirene de ré e instalar silenciadores na saída de descarga dos caminhões e
2820 outros equipamentos móveis para também diminuir o ruído. Eles também
2821 propuseram aumentar a frequência de medidas de ruído nesse começo da
2822 expansão da área de operação. A ideia era aumentar a frequência para ser
2823 mensal nos três primeiros meses, e depois entendemos que deveria ser semanal
2824 durante os três primeiros meses de instalação desse aumento da área de
2825 operação e em seguida manter o monitoramento mensal, que hoje ocorre
2826 trimestralmente, pelo menos na comunidade de Piranga, que é onde tem mais
2827 reclamações ou pelo menos é a região que está mais afetada neste momento.
2828 Vamos mudar de trimestralmente para mensalmente, e no comecinho vai ser
2829 semanalmente, para ter um acompanhamento. Com relação a vibração, que
2830 também foi mencionado no relatório de visita, estamos propondo um aumento na
2831 frequência do monitoramento, baseado na distância. Então qualquer detonação
2832 que ocorrer a menos de 1.200 m daquele mesmo ponto, tem que ter um ponto de

2833 monitoramento na comunidade de Piranga, para sabermos como está sendo a
2834 vibração lá. Também colocamos como condicionante a redução do limite de
2835 vibração, baseado em uma norma da Cetesb. A norma que seguimos hoje é a
2836 ABNT, e ela coloca por volta de 15 mm/s, dependendo da frequência. Tem a
2837 norma da Cetesb que estabelece um valor de vibração bem menor, e ele não é
2838 baseado em garantir a qualidade da estrutura, que não tenha danos na estrutura,
2839 ele é baseado na questão de conforto da comunidade próxima à mineração. Nós
2840 estamos colocando isso também para essa vibração ser menor. E para
2841 incrementar – porque o pessoal reclama lá da possibilidade de as vibrações
2842 estarem causando danos às estruturas –, a última condicionante, a 18, nós
2843 colocamos para a empresa realizar um estudo para poder definir um critério de
2844 vibração mais adequado para aquele tipo de construção. Porque a nossa norma
2845 ABNT não diferencia se a casa foi bem construída, mal construída, se é uma casa
2846 antiga, se é um bem histórico. Então nós pedimos para a empresa fazer esse
2847 estudo. O segundo ponto do relatório de vista para pedir a baixa em diligência,
2848 com relação aos resíduos sólidos, já foi explicado lá para cima. A próxima parte
2849 agora, o conselheiro falou a respeito de alteração de prazo de condicionantes. Eu
2850 já posso falar a respeito disso ou vamos falar sobre isso depois?” Presidente Yuri
2851 Rafael de Oliveira Trovão: “Eu vou colocar isso posteriormente, sobre as
2852 condicionantes, e discutimos uma a uma.” Pedro Henrique Criscolo Parrela
2853 Câmara/Supram Norte de Minas: “Ok. Com relação a alguns pontos que foram
2854 levantados aqui, já foi bastante falado a respeito disso. Contaminação de água
2855 subterrânea não está sendo tratada nesse processo, porque essa alteração que
2856 a empresa está propondo não teria impacto sobre a qualidade de água
2857 subterrânea, não teria uma alteração no que eles já fazem hoje para poder
2858 impactar a qualidade de água subterrânea. Além disso, eu gostaria de deixar claro
2859 também que essa possível contaminação da água está sendo já acompanhada
2860 pela FEAM, pela Gerac, Gerência de Gestão de Áreas Contaminadas. Ela que
2861 está acompanhando isso mais próximo. E os outros pontos, de barragem de
2862 rejeitos, barragem de água, eu também já tinha falado. Eles foram
2863 questionamentos da Pastoral da Terra. Eu gostaria de discutir a respeito disso
2864 mesmo, sobre os problemas da barragem de rejeitos e também da barragem de
2865 água, mas temos que nos ater ao que está sendo analisado hoje. A Segov pediu
2866 para falar sobre a poeira, e já foi falado. Com relação à proximidade com a
2867 comunidade, quando estivemos lá em vistoria, o pessoal da comunidade de
2868 Piranga reclamou mesmo muito da falta de comunicação da empresa com eles,
2869 que às vezes não conseguem ter contato quando precisam, telefone as pessoas
2870 não atendem, a frequência de visitas também diminuiu muito desde o início da
2871 LO. Nós deixamos isso no parecer e colocamos como recomendação que a
2872 empresa faça visitas mais frequentes à comunidade e disponibilize um contato
2873 telefônico permanente para a comunidade sempre conseguir ter acesso à
2874 empresa em caso de precisar de alguma reclamação, de algum auxílio ou para
2875 tirar dúvida com relação à atividade. No nosso processo, a comprovação que

temos de visitas à comunidade de Piranga ao longo desses últimos anos foi de uma vez por ano. E é o que tem escrito na ata de reunião realizada na área. Mas talvez a empresa tenha aparecido lá mais vezes e não registrou em nada. Seria bom se ela sempre deixasse isso registrado, para ter comprovações.” Conselheira Maria Eugênia Monteiro: “Houve uma queda na internet, e não sei se foi esclarecida a questão de algumas dúvidas agora pelo Pedro em relação a certas questões técnicas. Eu ainda fiquei com algumas dúvidas. Mas a todo momento você tem comentado, no caso, maiores detalhamentos em relação a barragem de rejeito e mesmo a essa questão da expansão da cava... Certamente vai haver uma alteração de relação estéril e minério, acho difícil não ter, no caso, uma intervenção até a barragem, uma vez que vai alterar a produção. Foi dito até que não vai haver essa alteração. Enfim, eu não estou querendo ser inoportuna, até pelo adiantado da hora, mas gostaria de saber o seguinte, se essas questões que não foram esclarecidas, por não serem objeto da pauta, se nós teremos uma oportunidade depois para que fossem esclarecidas. Porque realmente, só enfatizando, eu acho que foi super relevante em relação às palavras do conselheiro Luiz Henrique da questão de realmente ter uma dificuldade de entendimento. E eu acho que o nosso papel também, enquanto conselheiros, enquanto Câmara Técnica, é que possamos ter a tranquilidade de julgar um processo com toda a informação técnica possível. Eu entendo que há questões muito sérias, esse próprio potencial de formação de drenagem ácida. Enfim, é uma mineração de ouro, não foi detalhado o processamento, qual a forma que o minério é processado, em termos de números mesmo do processo em si, técnico. Enfim, eu queria só deixar isso registrado, porque são informações pertinentes. Eu estou dizendo isso no sentido mesmo de ter uma informação ou se vai ser possível, se vai haver uma nova reunião, se vai ser objeto de novo licenciamento. No caso, eu concordo em relação à expansão da cava, eu acho que é pertinente. Agora esta segunda oportunidade de esclarecimentos vai acontecer depois?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Maria Eugênia, todas essas questões atinentes à barragem, à drenagem, todas elas serão discutidas no momento da revalidação. O que o Decreto 47.383 e mesmo o 44.844 preveem? Que todas as modificações e ampliações decorridas no processo de Licença de Operação serão reavaliadas no processo de revalidação. Então com certeza os senhores conselheiros terão oportunidade de discutir todas essas matérias no momento da revalidação. A revalidação já se encontra em análise na Superintendência. Mais algum conselheiro, alguma ponderação? Não havendo, eu vou colocar, inicialmente, em votação – eu já justifiquei a manutenção do processo em pauta – o processo em si, em relação à cava, e, posteriormente, vamos ponto por ponto, como fizemos nos outros, em relação às sugestões de condicionante ou de alteração, do Julio Grillo. Se bem que aí vai ficar prejudicado, porque o Julio Grillo altera. Quais são as condicionantes que o senhor deseja alterar, Julio? Porque se eu votar neste momento já estaria votando conforme o parecer, então teria que destacar aqui quais as condicionantes em que o senhor pede alteração.”

2919 Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Condicionantes 1, 4, 5, 6, 7, 10, 12, 14 e 18,

2920 colocar o prazo para antes do início das atividades autorizadas pela AIA.”

2921 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como são muitas, vamos discutir e

2922 colocamos tudo em um bolo só a votação? Eu acho que vai ser melhor, porque

2923 são várias. Então vamos lá, a primeira.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo:

2924 “Seria alteração dos prazos de cumprimentos das condicionantes. Para antes do

2925 início das atividades autorizadas, os condicionantes 1, 4, 5, 6, 7, 10, 12, 14 e 18.

2926 Esses condicionantes deveriam ter comprovado o seu cumprimento antes do

2927 início da atividade. E enquanto durar a atividade de supressão de vegetação, com

2928 periodicidade quinzenal, na condicionante 8. E que seja incluída uma nova

2929 condicionante. Proposta: ‘Que seja instituído um grupo de discussão e

2930 acompanhamento das atividades relacionadas aos impactos diretos e indiretos às

2931 comunidades do entorno da cava, formado por conselheiros do COPAM, Supram

2932 Norte, representante da comunidade entorno, Ministério Público e quem mais se

2933 dispor. O objetivo desse grupo seria o de propor junto ao órgão ambiental

2934 licenciador ações de mitigação, compensação e monitoramento dos impactos

2935 gerados pela atividade minerária no entorno do empreendimento. Prazo: antes do

2936 início das atividades autorizadas.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:

2937 “Primeiro eu vou ouvir a opinião da Superintendente, depois passo para o

2938 Conselho e para o empreendedor.” Pedro Henrique Criscolo Parrela

2939 Câmara/Supram Norte de Minas: “Com relação à primeira condicionante, eu não

2940 conseguir entender como poderia ser possível ela ser cumprida antes da

2941 autorização, pois a ideia é apresentar um relatório consolidado anual de todas as

2942 condicionantes que estão nesse adendo. Depois o conselheiro Julio Grillo poderia

2943 nos explicar.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Essa parte, como vocês

2944 devem ter observado, estão dentro das considerações que me foram enviadas

2945 pelas ONGs locais. E na verdade eles querem que essas diversas atividades

2946 sejam cumpridas, esses condicionantes, antes do início da operação. Nesse caso

2947 do item 1, apresentar relatório consolidado anual com status do andamento do

2948 cumprimento de todas as condicionantes, eu acho que antes do início da atividade

2949 seria factível. Olhar as condicionantes. Essas condicionantes foram cumpridas?

2950 Em que estágio estão de cumprimento?” Pedro Henrique Criscolo Parrela

2951 Câmara/Supram Norte de Minas: “Com relação a essa primeira, pode ser que ela

2952 se encaixe nas condicionantes que já existem, mas nessas que nós estamos

2953 propondo, como todas elas têm prazo para serem cumpridas, não faria sentido.

2954 Se for para cumprir antes, não ia nem ser condicionante, mas uma ação

2955 complementar. A Supram Norte entende que esse relatório seria mais para fazer

2956 um resumo, todo final de ano, para sabermos o que foi cumprido.” Conselheiro

2957 Julio Cesar Dutra Grillo: “Ok. Vamos para o item 4 então.” Conselheiro Enio

2958 Marcus Brandão Fonseca: “Presidente, eu realmente achei que a resposta do

2959 Pedro foi bastante contundente. E como também eu represento aqui um órgão

2960 licenciador essas questões que definem prazos de atendimento são muito

2961 importantes para não gerar na sequência um descumprimento de obrigações e

2962 que, se não forem muito bem definidos, ficam inviáveis e não factíveis de serem
2963 atendidos. Então eu considero que essas definições fazem parte da essência e
2964 da competência do órgão licenciador de dizer exatamente qual é o melhor
2965 momento em que essas obrigações têm que ter a sua comprovação por parte dos
2966 órgãos. Então quando foi colocado me trouxe uma apreensão, porque era preciso
2967 visitar cada uma delas no detalhe para saber se poderiam ser cumpridas antes.
2968 Mas o Pedro foi muito objetivo para poder pontuar a clareza de que não procede
2969 essa proposta, pela inviabilidade de se apresentar a comprovação daquilo que
2970 precisa de ser executado dentro de um determinado prazo, que não é o antes de
2971 iniciar as atividades.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então em
2972 relação à proposição de alteração da condicionante 1, item, 1, a Superintendência
2973 se manifesta pela manutenção conforme o PU. Lembrando aos senhores que
2974 sempre nós colocamos em votação a manifestação da Superintendência. Então,
2975 quando eu colocar em votação o parecer, a condicionante 1 vai estar conforme
2976 constante no Parecer Único, os senhores estarão votando conforme o Parecer
2977 Único. Então vamos para a 4.” Pedro Henrique Criscolo Parrela Câmara/Supram
2978 Norte de Minas: “A condicionante 4 é uma condicionante padrão, formalizar o
2979 processo de compensação ambiental no IEF da compensação minerária em 120
2980 dias. Temos um procedimento definido para isso, de uma complementação que é
2981 condicionada.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “No caso, a solicitação da
2982 comunidade é clara. ‘São 120 dias? Coloca aí que isso deveria ter sido
2983 comprovado, esse processo administrativo, o cumprimento da medida
2984 compensatória, antes do início da obra.” Pedro Henrique Criscolo Parrela
2985 Câmara/Supram Norte de Minas: “É o que está definido nos procedimentos de todas
2986 as Suprams mesmo, de ter um prazo para cumprir. Cada compensação tem um
2987 procedimento específico. Por exemplo, a de Mata Atlântica é prévia, mas essa do
2988 artigo 75 do Código Florestal estadual é condicionada. Por isso que nós
2989 colocamos dessa forma.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “O que a
2990 equipe está colocando, Julio, é que é uma condicionante padrão.” Conselheiro
2991 Julio Cesar Dutra Grillo: “Eu entendi, compreendo e concordo. Vamos seguir para
2992 a 5. ‘Apresentar relatório consolidado com avaliação da área a ser reconstituída
2993 ou memorial fotográfico. Substituir as áreas de execução conforme relatório
2994 técnico.’ Isso foi colocado como durante a vigência da licença, e o pessoal está
2995 querendo realmente que esse relatório consolidado sendo apresentado antes do
2996 início da expansão.” Pedro Henrique Criscolo Parrela Câmara/Supram Norte de
2997 Minas: “O nosso procedimento também com relação a compensação de área de
2998 preservação permanente, a empresa apresenta para nós um projeto técnico de
2999 recuperação (PTRS), acompanhado de um cronograma. Nós avaliamos e
3000 aprovamos o projeto técnico, com o cronograma, e condicionamos à execução
3001 daquilo que foi aprovado. E o que ele tem que comprovar para nós ao longo do
3002 tempo é que ele está seguindo esse cronograma e o projeto que já avaliamos. Por
3003 isso também entendemos que tem que manter com o prazo durante a vigência da
3004 licença e essa apresentação do relatório consolidado; 31 de janeiro, a cada ano

3005 da vigência da licença.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Sem observações.”
 3006 Pedro Henrique Criscolo Parrela Câmara/Supram Norte de Minas: “Eu queria só
 3007 fazer uma observação, porque essa também é uma condicionante que não teria
 3008 como ser cumprida antes, já que o processo de recuperação é longo, vai levar
 3009 algum tempo até que a área esteja completamente recuperada. Então aprovamos
 3010 o projeto para ele ser executado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Só
 3011 voltando, a 1, a 4 e a 5, o empreendedor queria se manifestar sobre elas? Então
 3012 passamos para a 6.” Pedro Henrique Criscolo Parrela Câmara/Supram Norte de
 3013 Minas: “A 6 é ‘apresentar a comprovação do cumprimento das ações do TCCF
 3014 pela Lei Federal 11.428/2006’. Essa também, nosso procedimento é de
 3015 apresentar um projeto, que vamos aprovar. Ele assinou um termo de
 3016 compromisso conosco, que é registrado em cartório, se não me engano, e a
 3017 condicionante é que ele execute o que foi acordado com a Supram. É outro caso
 3018 de uma área que está sendo recuperada. Nesse caso aqui não é nem
 3019 recuperação, é para incluir na matrícula. Mas ele assinou um termo de
 3020 compromisso, e nós vamos estar solicitando que ele cumpra de acordo com o
 3021 cronograma que ele estabeleceu. A 7 é a mesma coisa, só que, ao invés de o
 3022 termo ter sido assinado conosco, foi assinado com o IEF. E aí nós colocamos para
 3023 ele apresentar, ao final de 60 dias do cronograma que o IEF aprovou, que o IEF
 3024 declarou que ele cumpriu as medidas que ele acordou com o IEF. Na 10, não
 3025 fazemos objeção quanto à proposta do conselheiro.” Presidente Yuri Rafael de
 3026 Oliveira Trovão: “A proposta do conselheiro é antes então.” Conselheiro Julio
 3027 Cesar Dutra Grillo: “Antes do início.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:
 3028 “Nesse nós tivemos mudança. O empreendedor quer se manifestar? Não falou
 3029 nada, então vamos permanecer com essa. Então a redação da 10 eu já vou ler
 3030 de imediato. Tem a concordância da Superintendência. ‘Apresentar relatório
 3031 demonstrando a redução do volume de sirene de ré e a instalação de
 3032 silenciadores nas descargas dos equipamentos móveis. Prazo: antes do início das
 3033 atividades autorizadas pela AIA.’ É um novo prazo estipulado. Condicionante 12.”
 3034 Pedro Henrique Criscolo Parrela Câmara/Supram Norte de Minas: “A
 3035 condicionante 12 também é uma condicionante padrão que nós recebemos. O
 3036 monitoramento de qualidade do ar está sendo repassado para a FEAM, que
 3037 encaminhou para nós esse modelo de condicionante para poder passar essa
 3038 gestão da qualidade do ar para eles. Por isso que está esse prazo de 180 dias.”
 3039 Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Nesse caso, eu acho que deveria ter a
 3040 condicionante realmente de apresentar comprovação antes do início das
 3041 atividades.” Pedro Henrique Criscolo Parrela Câmara/Supram Norte de Minas: “A
 3042 condicionante 13 fala o seguinte. Realizar o monitoramento da qualidade se a
 3043 FEAM considerar que deve continuar, mas com a observação de manter o
 3044 automonitoramento, que atualmente está sendo feito, enquanto a FEAM não se
 3045 manifestar. Então o monitoramento de particulados vai continuar sendo realizado,
 3046 enquanto a FEAM faz análise da área.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Sim,
 3047 eu compreendo, mas, por exemplo, o item ‘modelagem atmosférica com modelo

3048 Aermod e descrição do resultado com avaliação da qualidade do ar da área de
3049 influência do empreendimento', isso pode ser apresentado antes do início, bem
3050 como o inventário das fontes atmosféricas do empreendimento." Presidente Yuri
3051 Rafael de Oliveira Trovão: "Houve a discordância, e eu vou colocar em votação
3052 pelo parecer da Superintendência. Podemos até colocar apartado, caso o senhor
3053 queira, mas vou deixar pelo parecer da Supram." Pedro Henrique Criscolo Parrela
3054 Câmara/Supram Norte de Minas: "Na 14 também não fazemos objeção de ser
3055 alterado o prazo. Nós entendemos que pode ser o prazo que o conselheiro
3056 apresentou." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "O empreendedor quer
3057 falar alguma coisa sobre a 14? Não? 'Representar análise de todos os
3058 monitoramentos na comunidade de Piranga para os casos em que a vibração
3059 detectada tenha frequência menores que 4HZ...' Condicionante 18." Pedro
3060 Henrique Criscolo Parrela Câmara/Supram Norte de Minas: "A 18 é 'realizar um
3061 diagnóstico da qualidade estrutural', aquilo que eu falei sobre a empresa fazer
3062 aquele estudo com relação a qual é a vibração que as residências da região
3063 suportariam, ao invés de ficar utilizando o parâmetro que temos hoje na ABNT.
3064 Mas enquanto isso vamos utilizar a norma nacional, que é o parâmetro da ABNT.
3065 Então por isso colocamos um prazo de 180 dias, para ele ter tempo de fazer esse
3066 estudo, e enquanto isso ele vai monitorar de acordo com o que está vigente. Então
3067 nós somos por manter o prazo de 180 dias." Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo:
3068 "Nesse caso também, eu gostaria de colocar a condicionante para 'antes do início
3069 das atividades'." Ricardo Carneiro Mineração Riacho dos Machados Ltda.: "Pelo
3070 menos a nós nos cabe questionar. São condicionantes que impedem o início da
3071 supressão e da reconformação da cava?" Presidente Yuri Rafael de Oliveira
3072 Trovão: "Vocês têm que cumprir antes de iniciar." Ricardo Carneiro Mineração
3073 Riacho dos Machados Ltda.: "Eu queria até ouvir o Ernesto, mas isso nos traz
3074 preocupações." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Eu já passei pela 10
3075 e a 14. Foi a única que teve alteração, Dr. Ricardo, as demais permanecem
3076 conforme o parecer da Superintendência. A 18 a Superintendência entende que
3077 permanece o prazo de 180 dias, e o Julio solicita que seja antes do início das
3078 atividades. Então eu vou colocar conforme parecer da Superintendência. Até o
3079 momento, da 1, 4, 5, 6, 7, 10, 12, 14 e 18, as únicas que tiveram aquiescência da
3080 Superintendência para alteração do prazo foram a 10 e a 14. O empreendedor
3081 está solicitando que a gente dê uma lida de novo na 10. De qualquer forma eu já
3082 adianto que vou colocar a alteração 'antes do início', porque houve a concordância
3083 da Superintendência. Mas vamos lá, só para ouvir o empreendedor." Ernesto
3084 Machado Coelho Filho/Mineração Riacho dos Machados: "Só para tentar
3085 entender. Os monitoramentos nossos de ruído naquela região não dão nenhuma
3086 desconformidade ou não conformidade com relação a esse item de impacto
3087 sonoro ali naquela região. Então eu queria pedir para você reavaliar isso, porque
3088 nós temos apresentado constantemente. Se eu não tenho uma fonte, qual a real
3089 necessidade de se ter uma avaliação, de se colocar esses silenciadores em
3090 espaço de tempo tão curto como esse? É esse o questionamento do

3091 empreendedor, para que consigamos tentar buscar uma linearidade junto a esse
 3092 tipo de situação. Quem sabe reduzir para 45 dias. Mas os dados técnicos
 3093 disponíveis hoje apontam que não tem nenhum problema vinculado de ruído
 3094 naquela região. Por isso eu entendo que, pelo estudo, pelo Parecer Único de
 3095 vocês, vocês mencionam o nosso estudo de ruídos daquela região. Eu acho que
 3096 por isso o entendimento dos 60 dias. Eu queria ponderar em cima desse ponto
 3097 para avaliássemos isso para tentar um princípio de razoabilidade. O que vocês
 3098 acham?” Pedro Henrique Criscolo Parrela Câmara/Supram Norte de Minas: “No
 3099 nosso relatório sobre o monitoramento de ruídos lá na região, nós detectamos
 3100 dois pontos fora do padrão no período noturno. Os demais no período diurno e os
 3101 outros do noturno continuam dentro dos parâmetros. Nós colocamos esse prazo
 3102 de 60 dias porque achamos que seria razoável para a empresa conseguir finalizar
 3103 todo esse procedimento. Agora, como esse é um estudo apresentado lá em 2015,
 3104 também achamos que a empresa já podia até ter feito alguma movimentação com
 3105 relação a essas propostas. E por isso não fomos contrários ao que o conselheiro
 3106 solicitou.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então pela
 3107 Superintendência permanece ‘antes das operações’, ‘antes da AIA’. Ok. Vamos à
 3108 condicionante nº 8?” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Ok. Eu acho que está
 3109 legal, que está ok dessa forma. Está ok da minha parte.” Pedro Henrique Criscolo
 3110 Parrela Câmara/Supram Norte de Minas: “Nós consultamos aqui qual é o
 3111 cronograma de supressão de vegetação, e lá no processo está que seriam só seis
 3112 meses de supressão. Nós propomos uma alteração para ficar no meio termo.
 3113 Seria apresentar relatórios parciais bimestrais e o relatório consolidado 15 dias
 3114 após finalizada a supressão.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Eu acho que
 3115 está ok. Relatórios bimestrais, e o consolidado 15 dias após. Ok.” Conselheiro
 3116 Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Um esclarecimento junto ao Pedro,
 3117 porque ele falou uma coisa importante, o período em que vai ter a retirada de
 3118 vegetação para poder possibilitar o aumento da inclinação da cava. O prazo que
 3119 eu gostaria que colocasse de novo.” Pedro Henrique Criscolo Parrela
 3120 Câmara/Supram Norte de Minas: “O prazo que está no processo, eles informaram
 3121 que seria de seis meses, o cronograma traz prazo de 6 meses. Por isso que
 3122 estamos colocando essa condicionante até um pouco mais geral para apresentar
 3123 bimestral e ao final da supressão.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de
 3124 Lima: “Agora eu entendi bem, compreendo bem e aceito a sua colocação.”
 3125 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Lembrando que, embora estejamos
 3126 estipulando prazos, em um processo anterior eu disse o seguinte, que isso está
 3127 previsto no Decreto 47.383. Quando há alteração da condicionante em relação a
 3128 prazo que não altera o mérito da condicionante, pode ser revista pelo próprio
 3129 órgão de análise. Então caso o empreendedor verifique que em algum momento
 3130 o prazo ficou apertado ele deve justificar, por óbvio, antes de a condicionante
 3131 vencer. É possível, dentro do Decreto 47.383, sem necessidade de estar
 3132 retornando aqui aos senhores. Mas de qualquer forma eu entendo que é muito
 3133 válida a discussão em relação ao prazo, porque passamos a ter um alinhamento

3134 com os senhores. A última condicionante é a inclusão de uma nova condicionante,
3135 já lida pelo conselheiro Julio.” Clésio Cândido Amaral/Supram Norte de Minas:
3136 “Essa condicionante, que é sobre a formação de um Grupo de Trabalho, não
3137 temos nem como aferir, posteriormente, uma condicionante desse modo. Caso
3138 descumpra, é difícil podermos analisar. Nós entendemos que a qualquer momento
3139 a empresa ou mesmo a comunidade, as organizações podem estabelecer. Isso
3140 faz parte, inclusive, da comunicação social e dessa inter-relação que a empresa
3141 faz com a comunidade. Não vemos nesse sentido a possibilidade de incluir isso
3142 enquanto uma condicionante. Ela depende de anuência do Ministério Público e
3143 outros órgãos, sobre a qual ninguém foi consultado e a ninguém foi manifestado
3144 sobre essas questões todas. Então não concordamos em colocar ou acrescentar
3145 essa condicionante. Embora, em se tratando do processo de licenciamento
3146 ambiental, inclusive, na revalidação, qualquer proposta, qualquer consideração a
3147 ser feita em relação ao empreendimento, pode ser enviada à Supram a qualquer
3148 momento, ou seja que órgão for, e vai entrar nas discussões e na análise dos
3149 técnicos sobre esses pontos dentro do processo.” Conselheiro Julio Cesar Dutra
3150 Grillo: “Eu entendi, acho que sua colocação é fundamentada, clara, mas eu queria
3151 dizer o seguinte: essa condicionante que está aí, quer dizer, o texto é *ipsis litteris*
3152 o que foi entregue pelas ONGs. E ele retrata a insegurança que as comunidades
3153 locais têm tido em relação a essa comunicação com a empresa. Eu acho – aí
3154 estou falando sem ter discutido com eles – que a solicitação para instituir um grupo
3155 de discussão formado por, além dos empreendedores e a comunidade, alguns
3156 atores externos é justamente para poder dar para eles a garantia de que essa
3157 comunicação e essa clareza na comunicação existirão. Vocês podem
3158 perfeitamente propor alguma coisa que seja mais de acordo com o processo de
3159 vocês, mas nós aqui já vimos, ao longo de toda a discussão, que não está
3160 existindo uma interlocução adequada e temos que fazer com que essa
3161 interlocução seja adequada. Então você pode substituir essa condicionante,
3162 sugira alguma outra coisa, mas na verdade a intenção da comunidade era ter um
3163 grupo de discussão com observadores externos para que eles possam se sentir
3164 mais seguros em relação às demandas deles.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini
3165 Nunes de Lima: “Presidente, eu posso contribuir com a solução. Eu queria propor
3166 ao Julio Grillo, em vez de ser uma condicionante, vamos transformar isso em uma
3167 moção, apresentada pelos conselheiros e que vai ser, evidentemente, tratada
3168 junto à empresa e junto à própria Supram, que pode ajudar nesse apoio. Em vez
3169 de ser uma condicionante, uma moção que nós podemos aprovar.” Conselheiro
3170 Julio Cesar Dutra Grillo: “Orsini, pode ser, mas nesse caso a moção deveria ser
3171 clara, colocando a responsabilidade da organização desse grupo de discussão a
3172 cargo de alguém, que nesse caso eu acho que deveria ser a Supram Norte.”
3173 Clésio Cândido Amaral/Supram Norte de Minas: “Julio, eu entendo também que a
3174 moção seria uma coisa mais adequada nesse sentido. Tem até alguns outros
3175 Grupos que instituídos, só que foram instituídos pelo Ministério Público, do qual
3176 nós participamos. Hoje nós participamos desses Grupos com os municípios para

3177 discutir a questão de resíduo sólido urbano, que é essa complexidade que você
3178 sabe que existe no Norte de Minas, municípios muito pequenos e tal. Talvez essa
3179 moção, trazendo o Ministério Público para essa discussão como o interlocutor
3180 direto e o coordenador disso, o que é bem o papel do Ministério Público, e nós
3181 não nos furtamos a participar desse Grupo junto ao Ministério Público, nesse
3182 sentido. Eu sei que o Ministério Público não está aqui para poder até se manifestar
3183 em relação a isso. Como nessa moção você quer que coloque alguém
3184 responsável hoje para poder puxar essa discussão, essa formação do Grupo, um
3185 cronograma de discussão, eu vejo que seria o melhor caminho nesse sentido.”
3186 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “O meu receio de uma proposta nesse
3187 sentido é o seguinte. Uma condicionante é uma imposição à empresa, se ela não
3188 cumprir, está sujeita a autuação e, dependendo, quando causa poluição ou
3189 degradação, ou mesmo ao embargo das atividades. Mas é certo que se ela não
3190 cumprir ela está sujeita a uma atuação. Essa condicionante que está sendo
3191 imposta, que poderia ser imposta ao empreendedor, cria algumas questões. Por
3192 exemplo: ‘Discussão e acompanhamento das atividades relacionadas aos
3193 impactos sociais diretos e indiretos à comunidade, formada pelos conselhos do
3194 COPAM, Supram Norte, representantes das comunidades do entorno e MPMG.’
3195 O MPMG não está nem presente neste momento. Eu não estou falando que ele
3196 não participaria dessa condicionante, mas não está presente aqui neste momento
3197 para aquiescência. Se o MPMG não quiser participar desse Grupo, e nós
3198 aprovamos uma condicionante nesse sentido, a empresa vai ser autuada? Porque
3199 a condicionante determina que o MPMG participe. Então essa condicionante, que
3200 impõe a quem quer que seja, qualquer empreendedor, a participação de
3201 comunidade, de conselhos, de outros entes, na qual a empresa não pode definir
3202 sobre a participação é muito temerosa. Mas fica a cargo dos senhores decidirem
3203 sobre a questão.” Conselheiro Enio Marcus Brandão Fonseca: “Eu gostaria de
3204 fazer uma breve consideração, observado também o papel do Ibama na condição
3205 de ser um órgão licenciador. Essa proposta encaminhada, embora tenha uma
3206 legitimidade, sem sombra de dúvida, ao tentar organizar uma participação de
3207 diferentes atores no acompanhamento dos processos e mais do que no
3208 acompanhamento, porque essa comissão ou esse grupo teria algumas
3209 obrigações explícitas, muito bem definidas, me traz uma apreensão sobre o olhar
3210 do órgão licenciador que eu represento, que é a criação, sem sombra de dúvida,
3211 de uma estrutura adicional, uma estrutura concorrente para exercício das
3212 atividades vinculadas ao licenciamento, que estão muito bem definidas como
3213 responsabilidade dos atores dentro do processo e do rito do licenciamento. Quais
3214 sejam as obrigações do empreendedor, as obrigações do órgão licenciador e
3215 também o direito de se organizar, da melhor maneira que se entenda, da
3216 sociedade, que pode articular ações voluntárias, ações articuladas de
3217 participação, de questionamento das questões e também de acionamento, tanto
3218 dos órgãos oficiais do licenciamento, como aqueles ligados ao controle, quais
3219 sejam, o Ministério Público, a Defensoria Pública e outros atores para

participação. Quando se coloco isso como uma moção me traz uma preocupação, porque acho que moção não seria o melhor instrumento a colocar. Quando se coloca isso como condicionante, me traz uma apreensão de gestão e governança sobre as obrigações e responsabilidades, porque, exatamente como disse o presidente Yuri, fica uma imposição ao empreendedor de conduzir um grupo como esse, coisa que, com certeza, não seria a melhor maneira de ter eficácia deixar isso para ele. Se a própria sociedade quiser se articular e trabalhar em conjunto com os diferentes atores, ela vai poder fazê-lo de uma maneira que entender melhor, colocando à frente o Ministério Público, que não está presente aqui nesta discussão. Mas como órgão licenciador que represento aqui nesta discussão me preocupa a criação de uma estrutura que possa ter responsabilidades concorrentes a tudo que está disciplinado no nosso normativo do licenciamento.”

Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu achei muito lúcidas as colocações do Dr. Enio. Essa questão que foi levantada pelo Dr. Enio eu tenho absoluta certeza de que está correta. Senhores conselheiros, eu vou fazer o seguinte encaminhamento. Eu vou colocar essa sugestão de inclusão apartada das demais. Nas condicionantes 1, 4, 5, 6 e 7, houve a discordância da Supram, e permaneceu conforme o PU. Na 10, houve a concordância da Supram para alterar o prazo. Na 12, houve a discordância, permanecendo conforme o Parecer Único. Na 14, houve a alteração para ‘antes do início’. Na 18, houve discordância da Superintendência, permanecendo conforme o Parecer Único. E 8 foi alterada. Todas elas já foram lidas, então eu vou colocar em votação essas condicionantes. A permanência, conforme o PU, das condicionantes 1, 4, 5, 6, 7, 12 e 18. E com a alteração dos prazos das condicionantes 10, 14 e 8. Em votação.”

Conselheira Denise Bernardes Couto: “Senhor presidente, questão de ordem. Nós estamos votando primeiro as condicionantes? Porque o Regimento Interno fala: ou vota junto ou vota antes o processo para depois votar as condicionantes.”

Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Me desculpe, eu fiquei preso às condicionantes e não falei do processo. Os senhores me desculpem, conselheiros. Conforme o Regimento Interno, feita a condução de forma equivocada do presidente, eu posso retornar o processo de votação. A Denise me chamou atenção, e eu estou vendo que conduzi de forma equivocada a nossa votação. Então eu vou voltar a votação, e vai ser pelo deferimento da licença conforme as alterações já discutidas. Votando conforme o Parecer Único, conforme a alteração das condicionantes, do prazo, da 10, 14 e 8. Ok? Estamos votando conforme Regimento Interno, em ato simultâneo.” Votos favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM, Sindiextra, Fiemg e SME. Abstenções: Relictos e ProMutuca. Ausência: Abes.

Justificativas de abstenções. Conselheiro José Angelo Paganini: “Relictos se abstém. As manifestações da sociedade civil indicam que existem muitos problemas a serem resolvidos, e os instrumentos de comunicação com a sociedade precisam ser melhorados. Por essa razão, eu estou me abstendo.”

Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “O meu voto é idêntico ao voto do Paganini, as mesmas razões. Abstenção pelos mesmos motivos.”

Presidente Yuri Rafael de

3263 Oliveira Trovão: “Licença aprovada, com as alterações já faladas, com nove votos
 3264 favoráveis, duas abstenções e uma ausência. Agora nós vamos pela inclusão da
 3265 nova condicionante. Essa sugestão já foi discutida pelos senhores, já foi
 3266 apresentada. Que seja instituído grupo de discussão e acompanhamento das
 3267 atividades relacionadas aos impactos diretos e indiretos às comunidades do
 3268 entorno da cava, formado pelos conselheiros do COPAM, Supram Norte,
 3269 representantes das comunidades do entorno, MPMG e quem mais se dispor. O
 3270 objetivo desse grupo seria propor junto ao órgão ambiental licenciador ações de
 3271 mitigação, compensação e monitoramento dos impactos gerados pela atividade
 3272 minerária no entorno do empreendimento. Prazo: antes do início das atividades.”
 3273 Votos favoráveis: Sede, Sedese, Codemig, ANM, Relictos e ProMutuca. Votos
 3274 contrários: Segov, Ibama, Sindiextra, Fiemg e SME. Ausência: Abes. Justificativas
 3275 de votos contrários. Conselheira Verônica Ildefonso Cunha Coutinho: “Apesar de
 3276 reconhecer a importância desse espaço, como não vejo como posteriormente
 3277 cobrar isso da empresa, meu voto é contrário.” Conselheiro Enio Marcus Brandão
 3278 Fonseca: “O Ibama vota contrário pela argumentação apresentada na discussão
 3279 pouco tempo atrás.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Voto contrário por
 3280 entender que não há como cobrar isso do empreendedor, posteriormente, e por
 3281 entender também que nós estamos criando uma instância relativa ao
 3282 licenciamento ambiental paralela ao órgão ambiental competente para
 3283 fiscalização de condicionantes ambientais, que aí no caso seria a Supram Norte
 3284 de Minas.” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Contrário por entender,
 3285 primeiro, todas as questões levantadas aqui pelo Enio e pela Denise e também
 3286 por entender que esse grupo está retirando ou sobrepondo a competência legal
 3287 do órgão ambiental. O órgão ambiental está perdendo a competência dele para
 3288 um grupo criado por uma condicionante.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini
 3289 Nunes de Lima: “A SME segue o brilhante raciocínio do nosso colega Enio
 3290 Fonseca. Ou seja, eu voto contra.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:
 3291 “Então condicionante aprovada por seis votos favoráveis e cinco contrários.
 3292 Condicionante incluída.” **11) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE**
 3293 **EXCLUSÃO DE CONDICIONANTE DE LICENÇA DA OPERAÇÃO. 11.1)**
 3294 **LafargeHolcim Brasil S/A. Lavra a céu aberto ou subterrânea em áreas**
 3295 **cársticas com ou sem tratamento. Montes Claros/MG. PA**
 3296 **00056/1989/025/2003, ANM 831.062/1986. Condicionante nº 13. Classe 6.**
 3297 **Apresentação: Supram Norte de Minas.** Processo retirado de pauta com pedido
 3298 de vista da ProMutuca e vista conjunta solicitada pela Fiemg. Justificativa.
 3299 Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “A minha justificativa para todos os pedidos
 3300 de vista é muito simples. As organizações não governamentais de defesa do meio
 3301 ambiente solicitam, me solicitaram, e eu assumi esse compromisso com eles, para
 3302 eu solicitar vista em todos os processos, para que eles tenham tempo de analisar
 3303 o processo e se manifestarem. E eu, como representante dessas ONGs no
 3304 Conselho, mesmo que eventualmente o meu entendimento seja diferente, como
 3305 é o caso do 13.1, tenho que seguir aquilo que foi o compromisso firmado.”

3306 Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Eu vou pedir vista para avaliar as
3307 condicionantes incluídas no processo.” **12) PROCESSO ADMINISTRATIVO**
3308 **PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM LICENÇA DE**
3309 **INSTALAÇÃO. 12.1) JLC Mineração Ltda. Pesquisa mineral, com ou sem**
3310 **emprego de guia de utilização, com supressão de vegetação secundária**
3311 **nativa pertencente ao bioma Mata Atlântica em estágio médio e avançado de**
3312 **regeneração, exceto árvores isoladas; pilhas de rejeito/estéril. Barão de**
3313 **Cocais/MG. PA 14303/2019/001/2019, ANM 830.981/2014. Classe 4 (conforme**
3314 **Lei nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III, alínea b). Apresentação: Supram**
3315 **Leste Mineiro.** Processo retirado de pauta pela Presidência. Presidente Yuri
3316 Rafael de Oliveira Trovão: “Eu vou retirar esse processo de pauta. Nós até

3317 tínhamos disponibilizado e depois retiramos e colocamos observação em relação

3318 a esse item. Foi necessário fazer algumas correções, e não foi possível pautar

3319 esse processo novamente com as correções realizadas em virtude do prazo.

3320 Então ele está sendo retirado de pauta.” **13) PROCESSO ADMINISTRATIVO**
3321 **PARA EXAME DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA. 13.1) Vale S/A.**
3322 **Coprodutos. Areia Mina Brucutu. Lavra a céu aberto. Minerais não metálicos,**
3323 **exceto rochas ornamentais e de revestimento. São Gonçalo do Rio**
3324 **Abaixo/MG. PA 3245/2020, ANM 005.441/1958; 008.337/1960; 830.024/1993;**
3325 **830.696/1990; 830.370/1985 e 830.172/2001. Classe 4 (conforme Lei nº**
3326 **21.972/2016, artigo 14, inciso III, alínea b). Apresentação: Suppri.** Processo
3327 retirado de pauta com pedido de vista da ProMutuca e vista conjunta solicitada
3328 por SME, Sindiextra e Fiemg. Justificativas. Conselheiro Carlos Eduardo Orsini
3329 Nunes de Lima: “Eu queria pedir vista também no sentido de avaliar exatamente
3330 a questão da inovação nos processos minerários.” Conselheira Denise Bernardes
3331 Couto: “Também pedir vista pegando esse gancho da inovação tecnológica.”
3332 Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Vista conjunta pelos mesmos motivos
3333 expostos pela Denise e o Orsini.” Justificativa de vista da ProMutuca conforme
3334 registrado no item 11.1. **14) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE**
3335 **RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 14.1) Britacal - Indústria e**
3336 **Comércio de Brita e Calcário Brasília Ltda. Pilhas de rejeito/estéril. Unaí/MG.**
3337 **PA 15846/2008/002/2019, ANM 830.921/1997 e 831.075/2002. Classe 5.**
3338 **Apresentação: Supram Noroeste.** Processo retirado de pauta com pedido de
3339 vista da ProMutuca e vista conjunta solicitada por SME, Sindiextra e Fiemg.
3340 Justificativas. Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Eu peço vista
3341 para conhecer um pouco mais esse processo em função do desenvolvimento
3342 agroindustrial da região de Unaí.” Justificativa de vista da ProMutuca conforme
3343 registrado no item 11.1. **15) ENCERRAMENTO. Moção aprovada pela CMI para**
3344 **realização de reuniões extraordinárias de políticas ambientais.** A Câmara de
3345 Atividades Minerárias aprovou por unanimidade moção para a realização de
3346 reuniões extraordinárias trimestrais para tratar de políticas ambientais, nos
3347 seguintes termos: “À Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
3348 Sustentável (SEMAD), conforme legislação que dispõe sobre sua organização,

3349 incumbe a formulação, coordenação, execução e supervisão das políticas
3350 públicas de conservação, preservação e recuperação dos recursos ambientais
3351 visando ao desenvolvimento sustentável e à melhoria da qualidade ambiental do
3352 Estado (Decreto 47.787, de 13 de dezembro de 2019). Consoante com a
3353 competência estrutural da Secretaria, o COPAM tem, por finalidade, deliberar
3354 sobre diretrizes e políticas e estabelecer normas regulamentares e técnicas,
3355 padrões e outras medidas de caráter operacional para preservação e conservação
3356 do meio ambiente e dos recursos ambientais (artigo 14º da Lei 21.972/2016).
3357 Desse modo, com o escopo de garantir a discussão sobre política ambiental no
3358 contexto governamental do Conselho de Política Ambiental, de modo a ampliar e
3359 aprofundar os debates, sugiro a adoção das reuniões sobre políticas ambientais,
3360 conforme abaixo se dispõe. Reuniões extraordinárias a cada três meses da
3361 Câmara de Atividades Minerárias (CMI), com o objetivo de discutir políticas
3362 ambientais e preparar propostas de alterações normativas; Os temas podem ser
3363 propostos pelos conselheiros, e a ordem e o funcionamento das reuniões seguirão
3364 o que determina o Regimento Interno do COPAM; Primeira reunião a se realizar
3365 em setembro de 2020.” Votos favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Ibama, ANM,
3366 Sindiextra, Fiemg, Relictos, ProMutuca e SME. Ausências: Codemig e Abes.
3367 Votação da proposta de frequência bimestral (apresentada pela ProMutuca) ou
3368 trimestral (apresentada pelo Sindiextra) para a realização das reuniões. A
3369 Presidência fez o encaminhamento de votação da proposta de frequência
3370 bimestral, esclarecendo que os votos contrários representariam a escolha da
3371 frequência trimestral. Votos contrários à frequência bimestral: Segov, Sede,
3372 Sedese, Ibama, ANM, Sindiextra, Fiemg e SME. Votos favoráveis: Relictos e
3373 ProMutuca. Ausências: Codemig e Abes. Houve consenso para que os temas das
3374 reuniões de política ambiental sejam escolhidos por votação entre os membros
3375 da Câmara. **Criação de Grupo de Trabalho**. Após a aprovação da moção para a
3376 realização de reuniões extraordinárias trimestrais da CMI para tratar de políticas
3377 ambientais, houve consenso entre os conselheiros presentes no sentido de
3378 solicitar ao presidente do COPAM a criação de um Grupo de Trabalho (GT), nos
3379 termos do artigo 42 do Regimento Interno, que ficará responsável pela definição
3380 e preparação das pautas das reuniões extraordinárias. Foram indicadas, também
3381 por consenso, as seguintes entidades para compor o GT: Segov, Sede,
3382 Sindiextra, Fiemg, ProMutuca e SME. Após a criação do Grupo de Trabalho, a
3383 escolha do coordenador será feita pelos próprios membros em sua primeira
3384 reunião. Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Yuri Rafael
3385 de Oliveira Trovão agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a
3386 sessão, da qual foi lavrada esta ata.

3387

3388

3389

3390

APROVAÇÃO DA ATA

3391

3392

3393

3394

Yuri Rafael de Oliveira Trovão
Presidente da Câmara de Atividades Minerárias